

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	8
1.5 Principais clientes	13
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	14
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	16
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	17
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	18
1.10 Informações de sociedade de economia mista	20
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	21
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	22
1.13 Acordos de acionistas	23
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	24
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	25
1.16 Outras informações relevantes	26
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	27
2.2 Resultados operacional e financeiro	37
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	41
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	43
2.5 Medições não contábeis	47
2.6 Eventos subsequentes as DFs	48
2.7 Destinação de resultados	49
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	52
2.10 Planos de negócios	53
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	56
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	57
3.2 Acompanhamento das projeções	59

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	60
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	74
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	75
4.4 Processos não sigilosos relevantes	76
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	81
4.6 Processos sigilosos relevantes	82
4.7 Outras contingências relevantes	83
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	84
5.2 Descrição dos controles internos	86
5.3 Programa de integridade	91
5.4 Alterações significativas	94
5.5 Outras informações relevantes	95
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	96
6.3 Distribuição de capital	104
6.4 Participação em sociedades	105
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	106
6.6 Outras informações relevantes	107
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	108
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	111
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	112
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	114
7.4 Composição dos comitês	129
7.5 Relações familiares	145
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	147
7.7 Acordos/seguros de administradores	151
7.8 Outras informações relevantes	152
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	153

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	161
8.3 Remuneração variável	165
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	167
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	173
8.6 Outorga de opções de compra de ações	174
8.7 Opções em aberto	175
8.8 Opções exercidas e ações entregues	176
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	177
8.10 Outorga de ações	178
8.11 Ações entregues	179
8.12 Precificação das ações/opções	180
8.13 Participações detidas por órgão	181
8.14 Planos de previdência	182
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	183
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	184
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	185
8.18 Remuneração - Outras funções	186
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	187
8.20 Outras informações relevantes	189
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	190
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	191
9.4 Outras informações relevantes	192
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	193
10.1 Descrição dos recursos humanos	195
10.2 Alterações relevantes	196
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	197
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	199
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	200
10.5 Outras informações relevantes	201
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	202
11.2 Transações com partes relacionadas	203
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	254
11.3 Outras informações relevantes	258
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	259
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	260
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	261
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	271
12.5 Mercados de negociação no Brasil	272
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	273
12.7 Títulos emitidos no exterior	274
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	275
12.9 Outras informações relevantes	277
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	278
13.1 Declaração do diretor presidente	279
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	280
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	281

1.1 Histórico do emissor

A Porto Seguro S.A. (“Porto”, “Porto Seguro” ou “Companhia”) foi constituída como sociedade holding em setembro de 1997, mas sua história teve início em 1945, quando sua controlada Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Seguro Cia.”) começou a comercializar seguros na cidade de São Paulo.

Atualmente, a Companhia oferece, por intermédio de suas marcas Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, uma ampla gama de produtos de seguros, incluindo seguros de automóvel, saúde, ramos elementares, acidentes pessoais, de vida (incluindo previdência), dentre outros. Oferece, também, produtos financeiros como cartão de crédito, financiamento, consórcio, além de serviços de mobilidade (como guincho, troca de pneus e outros) e para residências e empresas (como instalação e manutenção de eletrodomésticos e assistência de hidráulica e elétrica).

Cronologia

1945

Em 1945, José Alfredo de Almeida, José da Cunha Júnior, José Andrade de Sousa e Amador Aguiar, diretores e acionistas do Banco Brasileiro de Descontos (antiga denominação do Banco Bradesco) tendo Amador Aguiar como Diretor Gerente, fundam a Porto Seguro Cia., habilitada para atuar em operações de seguro e resseguro nas modalidades Fogo, Transportes, Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil, Automóveis, Roubos, entre outros ramos.

Anos 1970

Em 1972, Abrahão Garfinkel despede-se do Grupo Atlântica Boavista de Seguros e assume o controle acionário da Porto Seguro Cia.. Para ajudá-lo, convidou alguns companheiros de longa data, como: Felipe Cardillo, Jorge Ogawa, Ricardo Abeid, Valter Gianisele, Ademar Mendonça, Yoshiharo Nakamura e Pedro Marques Cavalcante. A estratégia dessa nova equipe foi fazer do Corretor de Seguros um parceiro e um grande aliado. Com essa mentalidade, iniciasse uma nova fase na história da Companhia. Na época, a Porto Seguro Cia. ocupava o 44º lugar no ranking das seguradoras por volume de prêmios retidos

Sobre Abrahão Garfinkel

Nascido em 1914, na Ucrânia, Abrahão Garfinkel chegou no Brasil em 1921, aos seis anos. Iniciou sua carreira no mercado segurador em 1933, na companhia Assicurazione Generali de Trieste e Venezia, como Auxiliar de Escritório. Em 1945, ano de constituição da Porto Seguro, Abrahão Garfinkel era funcionário da Seguradora Equitativa Terrestre, Acidentes e Transportes São Paulo. Em 1956, assumiu o cargo de Subdiretor da companhia Boavista de Seguros, na Sucursal São Paulo, local onde também se tornou, mais tarde, Diretor Superintendente. Desligou-se do Grupo Atlântica Boavista de Seguros, em 1972, para assumir a direção da Porto Seguro Cia., no mesmo ano. Exerceu o cargo de Presidente entre 1972 e 1978, quando faleceu. Rosa Garfinkel, esposa de Abrahão Garfinkel, é eleita para substituí-lo. Jayme Garfinkel, seu filho, passa a ser Vice-Presidente Executivo e posteriormente Presidente da Companhia.

Anos 1980-1999

Lançamentos de diversos produtos e iniciativas que mantiveram a Porto na ponta das empresas inovadoras do setor. Entre esses produtos e iniciativas vale destacar: Porto Residencial, Porto Empresarial, Porto Saúde, PortoPrev, Vacina Antirroubo, Dispositivos Antifurto, Brake Light, dentre outros. Além de produtos, a Companhia lança novos processos de melhoria em atendimento, como central de Atendimento 24 horas.

1.1 Histórico do emissor

Anos 2000-2019

Em 2003, a Porto comprou a AXA Seguros Brasil, renomeada para Azul Seguros. Em 2004, a Companhia realizou a abertura de capital, passando a negociar suas ações no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2007, lançou o Cartão Porto Seguro. Em 2009, a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. celebraram a associação para a unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis. Em 2019, após 41 anos na liderança da Porto, Jayme Garfinkel deixou o cargo de Presidente do Conselho de Administração, que passou a ser ocupado por Bruno Garfinkel, que ingressou na Porto em 2004. Durante esse período, também foram lançados, entre outras iniciativas e produtos, o Centro Automotivo 24 horas e o Porto Seguro Capitalização.

Anos 2020-2023

Durante a pandemia do Covid-19, a Companhia lançou o programa “Meu Porto Seguro”, que gerou mais de 10 mil postos de trabalhos temporários durante três meses e cursos de capacitação profissional para mais de 23 mil pessoas. Durante esse período, foram lançados também o seguro auto por assinatura Azul por Assinatura e o Auto Fácil Itaú, complementando uma linha de produtos mais acessíveis com o objetivo de aumentar a inclusão securitária. Posteriormente a Porto Seguro realizou a alteração da marca para Porto e a segregação das atividades em quatro unidades de negócios (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço), com o objetivo de alavancar o crescimento e a diversificação de seus negócios. Houve também um amplo processo de digitalização da Companhia, resultando em mais de 50% dos acionamentos para serviços de auto e residência sendo feitos pelo SuperApp ou WhatsApp. Em 2022, a Porto Seguro passou a ser integrante do Pacto Global da ONU, se comprometendo com seus Dez Princípios universalmente, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) até 2030, e em 2022 e 2023 foi eleita pelo Great Place to Work (GPTW) uma das dez melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Nesse período, foram realizadas operações de M&A como o acordo de cooseguro com a seguradora Mitsui Sumitomo, a joint venture com a rede de tratamentos oncológicos Oncoclínicas, além da aquisição da CDF, maior marketplace B2B2C do Brasil.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 – Bloco B (“Edifício Rosa Garfinkel”) – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

A Companhia participa como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (em conjunto com a Companhia denominadas como “Grupo Porto”), que podem explorar atividades de seguros em todos os ramos; atividades privativas de instituições financeiras e de sociedades equiparadas a instituições financeiras, incluindo, sem limitação, a administração de consórcios; a atividade de prestação de serviços; comercialização de equipamentos de monitoramento eletrônico de sistemas de proteção patrimonial; e atividades conexas, correlatas ou complementares à atividade de seguros e às demais atividades descritas acima.

As atividades estão segmentadas em 4 (quatro) Verticais de Negócios: Seguros, Saúde, Bank e Serviços.



Além das atividades descritas acima, há outros negócios como Porto Socorro, Renova, Caps, Carro por Assinatura, dentre outros.

A estrutura organizacional dos negócios e suas principais atividades, bem como a gama de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem ser melhor compreendidos na seguinte figura:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

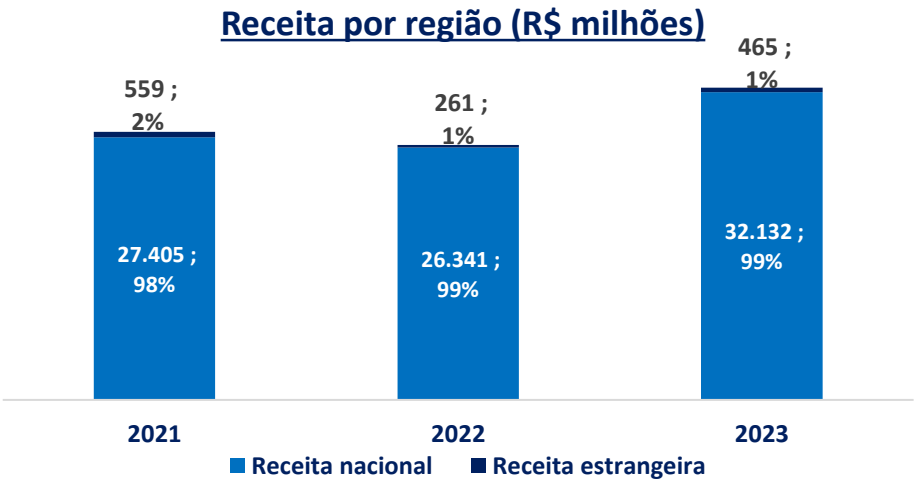
O Grupo Porto oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 – Informações por segmento e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.
- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida e Previdência.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Serviços: compreendem serviços de reparo, manutenção e instalação para residência e empresa, e também serviços de mobilidade como guincho, chaveiro, bateria, dentre outros.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

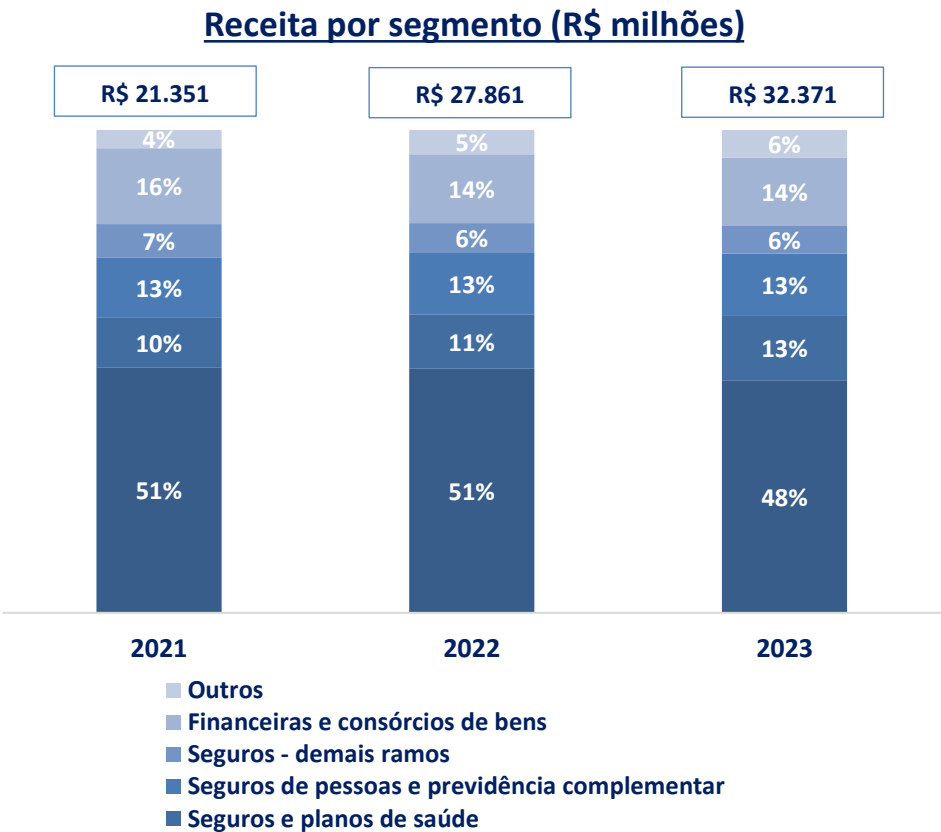
Abaixo podemos ver a proporcionalidade entre as receitas provenientes do Brasil e Uruguai:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



Não há no Grupo Porto concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

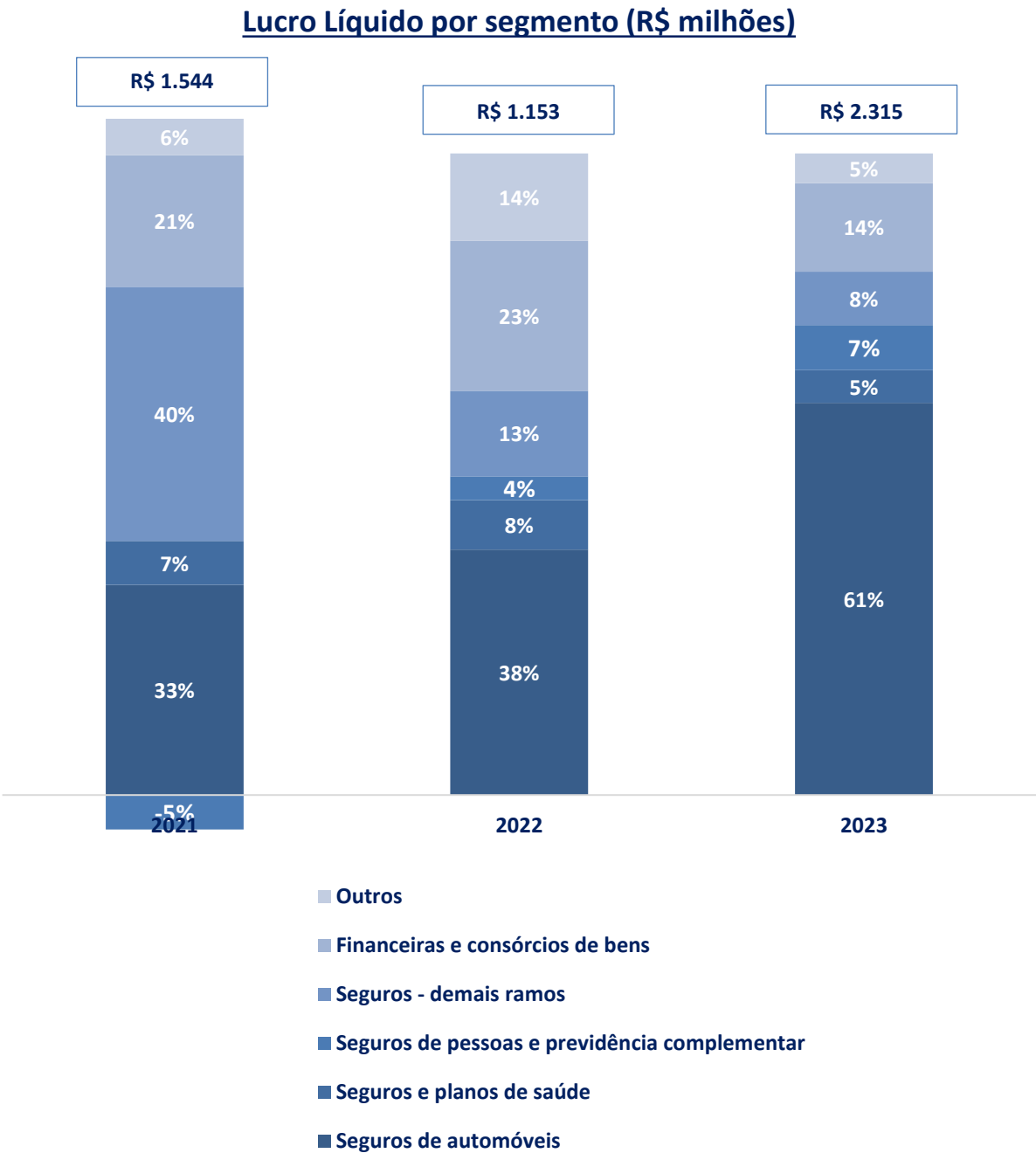


Compreende a receita total consolidada, subtraída as “outras receitas operacionais” e as “receitas com imóveis de renda”.

*A diferença entre os números apresentados no Formulário de Referência e a Divulgação de Resultados trimestrais, relacionados à receita e sua distribuição por segmento, decorre em razão de um ser societário e o outro gerencial, respectivamente.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor



*A diferença entre os números apresentados no Formulário de Referência e a Divulgação de Resultados trimestrais, relacionados ao lucro e sua distribuição por segmento, decorre em razão de um ser societário e o outro gerencial, respectivamente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

Não aplicável, pois a Companhia não possui processo de produção, uma vez que seus negócios se relacionam com os segmentos de seguros, saúde suplementar, negócios financeiros e serviços.

b. características do processo de distribuição

A Companhia comercializa seus produtos através de corretores independentes, agências bancárias, vendedores próprios, parceiros comerciais, telemarketing e internet, formando uma ampla gama de distribuição.

Destacamos os principais canais de distribuição:

Os corretores são o principal canal de vendas da Porto, representando cerca de 95% das receitas. São cerca de 36 mil corretores, oferecendo um diversificado portfólio de seguros, tais como seguro de automóvel, residência, patrimonial, saúde, odontológico, vida, planos de previdência, etc. Além disso, também comercializam os negócios não seguros, como cartão de crédito, consórcio, entre outros.

O canal bancário comercializa primordialmente produtos de seguro de automóvel e residências das marcas Porto Seguro, Azul Seguros e Itaú. Além disso, também são comercializados pelo canal bancário produtos como saúde, fiança locatícia e carro fácil.

A Companhia utiliza uma equipe de venda própria para a comercialização do produto consórcio, sendo a maior parte formada por consórcios de veículos e residências.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia segmenta seus negócios em quatro verticais: Seguro, Saúde, Bank e Serviço. O mercado segurador (ex-Saúde), principal setor de atuação da Companhia através de sua unidade de negócio Porto Seguro, atingiu em 2023 o volume de R\$ 175,4 bilhões em prêmios emitidos, conforme estatísticas divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), representando aumento de 8,9% sobre os R\$ 161,0 bilhões de 2022.

O segmento de automóvel, que representa 32,0% dos prêmios emitidos do setor, cresceu 9,1%, atingindo R\$ 56,2 bilhões em 2023. O segmento de pessoas (seguros de vida excluindo o VGBL) apresentou crescimento de 6,4% em comparação a 2022, representando 28,0% dos prêmios emitidos do setor, alcançando R\$ 49,1 bilhões. O segmento de seguros patrimoniais, que representa 18,8% do setor, evoluiu 11,5% em relação a 2022, atingindo prêmios emitidos de R\$ 32,9 bilhões.

Segue abaixo a participação de mercado da Companhia em prêmios auferidos nos principais segmentos de seguros (ex-Saúde) em que atua:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Principais Produtos – Porto Seguro

Principais Produtos de Seguros da Companhia (Regulados pela SUSEP)	Participação de Mercado ¹	Participação nas Receitas da Companhia ²
Automóvel	28,0%	49,2%
Patrimonial	8,4%	9,4%
Vida	2,8%	4,7%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2023 (Fonte: Susep)

²Dados da Companhia referentes ao ano de 2023

A Companhia atua também no segmento de Seguro Saúde através de sua unidade de negócio Porto Saúde. Levando em consideração toda o segmento de Saúde Suplementar (Saúde e Odonto) o mercado cresceu 17,4% em comparação a 2022, atingindo uma receita de R\$ 319,2 bilhões em 2023.

Segue abaixo a participação de mercado da Companhia em receitas no segmento de Saúde Suplementar:

Principal Produto – Porto Saúde

Saúde Suplementar (Saúde e Odonto) (Regulado pela ANS)	Participação de Mercado ¹	Participação nas Receitas da Companhia ²
	1,4%	14,1%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2023 (Fonte: ANS)

²Dados da Companhia referentes ao ano de 2023

A Companhia também atua por meio de sua unidade de negócio Porto Bank no segmento de negócios financeiros, tendo como produtos mais relevantes em seus resultados o Cartão de Crédito e o Consórcio. Em Consórcio de Imóveis, o mercado cresceu 26,6%, atingindo R\$ 376,1 bilhões de crédito administrado em 2023, enquanto o Consórcio de Veículos cresceu 14,3%, atingindo R\$ 449,8 bilhões em crédito administrado em 2023. Já em cartões, o mercado cresceu 12,1% em 2023, atingindo um faturamento de R\$ 2,408 trilhões.

Segue abaixo a participação de mercado da Companhia nos segmentos de Cartão de Crédito (faturamento) e Consórcio (crédito administrado):

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Principais Produtos – Porto Bank

Principais Produtos de negócios financeiros da Companhia (Regulados pelo Bacen)	Participação de Mercado¹	Participação nas Receitas da Companhia²
Consórcio Imóveis	12,7%	1,9%
Consórcio Automóvel	2,3%	0,8%
Cartão de Crédito	2,6%	8,3%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2023, exceto para Cartão que é referente ao 9M23 (Fonte: Bacen)

²Dados da Companhia referentes ao ano de 2023.

A Companhia também atua por meio de sua unidade de negócio Porto Serviço no segmento de assistência para automóvel, residência e empresa. Estimamos que o mercado total tenha tido uma receita de aproximadamente R\$ 100 bilhões em 2023, sendo cerca de R\$ 10 bilhões o mercado endereçável da Companhia.

Segue abaixo a estimativa de participação de mercado da Companhia nos segmentos de Serviço de Mobilidade e Serviço Residencial:

Principais Produtos – Porto Serviço

Principais Produtos de negócios financeiros da Companhia (Regulados pelo Bacen)	Estimativa de Participação de Mercado¹	Participação nas Receitas da Companhia²
Serviço de Mobilidade	40%	4%
Serviço Residencial	14%	3%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2023 (Fonte: Euromonitor, IEMI, Sindipeças, IBGE, SUSEP e análises da Companhia)

²Dados da Companhia e pro-forma da nova Porto Serviço referentes ao ano de 2023

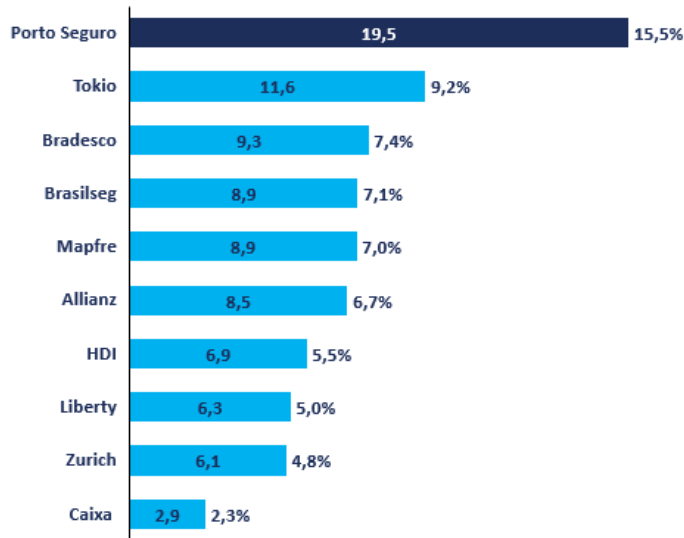
ii. condições de competição nos mercados

Em 2023, a Companhia, através das seguradoras Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, Azul Companhia de Seguros Gerais e Itaú Seguros de Auto e Residência, era a primeira empresa em volume de prêmios de seguros não vida (SUSEP), que considera todos os prêmios de seguros, exceto seguro de pessoas, saúde e previdência, com uma participação de 15,5% do total de prêmios de seguros de mercado, que é composto por cerca de 125 empresas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A seguir segue gráfico com os principais concorrentes da Companhia no mercado de seguros de produtos não vida.

Prêmios de Seguros Não-Vida¹ (R\$ bilhões) e Participação de Mercado² (%) em 2023



¹Dados de mercado referentes ao ano de 2023 (Fonte: Susep)

²Excluindo seguro de vida, saúde e previdência

d. eventual sazonalidade

O mercado de seguros brasileiro não apresenta variações significativas de volume de prêmios no decorrer do ano, podendo, no entanto, apresentar alterações na sinistralidade em decorrência de eventos climáticos, alterações na frequência de utilização de serviços medidas ou concentração de vencimento e/ou renovações de apólices em determinados períodos.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores e prestadores de serviços. Periodicamente, os fornecedores e prestadores são avaliados (por critérios financeiros e técnicos) e, conforme o caso, trabalhamos em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substituição do fornecedor. A Companhia possui um procedimento de gestão de fornecedores e prestadores, o qual estabelece a metodologia para homologação de sua contratação, baseada não apenas na qualidade do produto ou serviço e em seu preço, mas também na sua reputação, na sua situação financeira, na sua garantia de entrega e na disponibilidade dos produtos e serviços. Adicionalmente, a grande maioria dos fornecedores e prestadores de serviços das controladas da Companhia assina contratos contendo cláusulas padrões relacionadas a leis anticorrupção e sigilo de informações. A maioria dos fornecedores e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas não está sujeita a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia e suas controladas não possuem dependência material de fornecedores para a realização de suas atividades e não há concentração exagerada ou dependência de fornecedor exclusivo.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia e suas controladas contam com uma base amplamente diversificada de serviços e, em consequência, de fornecedores. No serviço de suporte tecnológico, como não há um insumo ou matéria-prima principal que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos utilizados na prestação de serviços da Companhia e de suas controladas ou que possa gerar grande impacto na geração de receita, a variação de preços de produtos não atinge de forma significativa as atividades da Companhia e de suas controladas.

A Porto conta com 13 mil prestadores de serviços, sendo que esta pulverização não resulta em concentração relevante em nenhum deles, o que contribui para uma volatilidade nos custos dos serviços prestados relativamente baixa e/ou relativamente alinhada à inflação do País, medida pelo IPCA. Além disso, a Companhia é uma compradora relevante de peças, já que possui cerca de seis milhões de veículos segurados e na maior parte dos casos é a própria Porto quem realiza a compra das peças para conserto de veículos com sinistros de perda parcial que tenham atingido o valor da franquia. O volume elevado de compra de peças contribui para negociações saudáveis junto aos seus fornecedores. A Porto Seguro também realiza o pagamento para prestadores do segmento de saúde, através de sua operação de seguro saúde e odontológico. A Companhia realizou um *Joint Venture* com a Oncoclínicas e mantém parcerias com diversos outros hospitais, laboratórios e médicos, o que também favorece uma relação saudável na negociação com estes fornecedores.

1.5 Principais clientes

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que representam mais de 10% de sua receita líquida em 31 de dezembro de 2023.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui clientes que representam mais de 10% de sua receita líquida em 31 de dezembro de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Determinadas sociedades controladas pela Companhia necessitam de autorizações governamentais para o exercício de suas atividades, estando sujeitas à regulamentação e supervisão de diversas entidades de acordo com os segmentos de negócios em que atuam, dentre as quais destacamos:

- As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, autarquia responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes. As sociedades integrantes do Sistema Nacional de Seguros devem obter autorizações para sua constituição e funcionamento, conforme normas vigentes. Aqui mencionamos as seguintes controladas da Companhia: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência S.A., Azul Companhia de Seguros Gerais, Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e Porto Seguro Capitalização S.A.
- As sociedades seguradoras e operadoras de planos de saúde médicos e odontológicos são reguladas e supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, e pelo Conselho Nacional de Saúde Suplementar – CONSU, órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde. Estão sujeitas à regulamentação dessas entidades, as seguintes sociedades controladas pela Companhia: Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., Portomed – Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda.
- As instituições financeiras e demais instituições a elas equiparadas devem obter autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, a autarquia federal responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil. O Banco Central do Brasil determina ainda requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN, órgão responsável por estabelecer as políticas monetária e financeira no país. As sociedades Portoseg – Crédito, Financiamento e Investimento, Portopar – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. estão sujeitas à regulamentação e supervisão pelo Banco Central do Brasil.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia e suas controladas ainda não aderiram a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais. A Companhia, e o Grupo Porto, procuram manter, no entanto, e exigir que os fornecedores mantenham válidas e regulares todas as licenças e condições sanitárias e ambientais exigidas pelos órgãos públicos competentes para a realização de suas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

atividades, bem como para atender às disposições específicas da legislação sobre proteção do meio ambiente e de saúde, segurança e medicina do trabalho.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O desenvolvimento das atividades e negócios da Companhia e de suas controladas não depende, de maneira que possa ser considerada excepcional, de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties.

Não obstante isso, a Companhia e suas controladas são titulares de marcas e nomes de domínio importantes para o reconhecimento do público consumidor final e que contribuem para a distribuição de seus serviços e para o fortalecimento de sua reputação no mercado.

A Companhia e suas controladas são empresas integrantes do Grupo Porto e, como tal, fazem uso em seus negócios do radical “Porto”, atualmente de titularidade da PSSA.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Em atenção ao disposto na política interna do Grupo Porto que trata de contribuições e doações, as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, não realizam contribuições financeiras, direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, no Brasil ou no exterior.

ii. em favor de partidos políticos

Em atenção ao disposto na política interna do Grupo Porto que trata de contribuições e doações, as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, não realizam contribuições financeiras, direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, no Brasil ou no exterior.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não exerce e não custeia, de maneira direta ou indireta, a atividade de influência ou de engajamento em decisões acerca de políticas públicas, incluindo o conteúdo de quaisquer atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

- (a) **Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida do emissor:**
- (b) **Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:**

Do total das receitas aferidas em 31 de dezembro de 2023, 98,6% foram provenientes do Brasil e 1,4% proveniente do Uruguai. Em 2022 essa distribuição foi de 99% atribuída ao Brasil e 1% ao Uruguai, e em 2021, 98% da receita foi atribuída ao Brasil e 2% atribuída ao Uruguai.

Não há no Grupo Porto concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

 Não há impactos relevantes decorrentes de regulação estrangeira nos negócios do emissor.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ESG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade:

A Companhia divulga anualmente informações sobre seus impactos sociais, ambientais e econômicos no Relatório de Administração, publicado juntamente com suas Demonstrações Financeiras e em seu Relatório de Sustentabilidade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Para elaboração do Relatório de Sustentabilidade é utilizada a metodologia GRI (Global Reporting Initiative).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Sim, o Relatório de Sustentabilidade, assim como as Demonstrações Financeiras, são auditadas por uma terceira parte.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

<https://ri.portoseguro.com.br/informacoes-aos-acionistas/relatorio-de-sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A matriz de materialidade está disponível no Relatório de Sustentabilidade, disponível no link do item “d” acima. Assim, como os indicadores chaves, que podem ser acessados ao longo deste arquivo.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor.

O Relatório de Sustentabilidade considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) priorizados, conforme abaixo:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

A Companhia não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza o inventário de emissões seguindo metodologia do GHG Protocol. As informações estão disponíveis no Registro Público de emissões, por meio do link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/32>.

i. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ESG divulgadas

Como consta no item “g”, a Companhia ainda não considera as recomendações do TCFD para elaboração do Relatório de Sustentabilidade, mas pretende alinhar um Plano de Ação para adoção de tais recomendações.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, pois a Companhia e suas controladas não são organizadas sob a forma de sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

No último exercício social a Companhia não realizou aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal de seus negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

A Companhia não esteve diretamente envolvida em operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital no exercício social.

1.13 Acordos de acionistas

No último exercício social a Companhia não celebrou, extinguiu ou modificou seu acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Grupo Porto deu continuidade ao processo de segmentação de seus negócios em quatro verticais, focadas em diferentes segmentos de mercado: Seguros, Saúde, Bank e Serviços.

A nova estrutura tem como objetivo aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes celebrados com terceiros que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

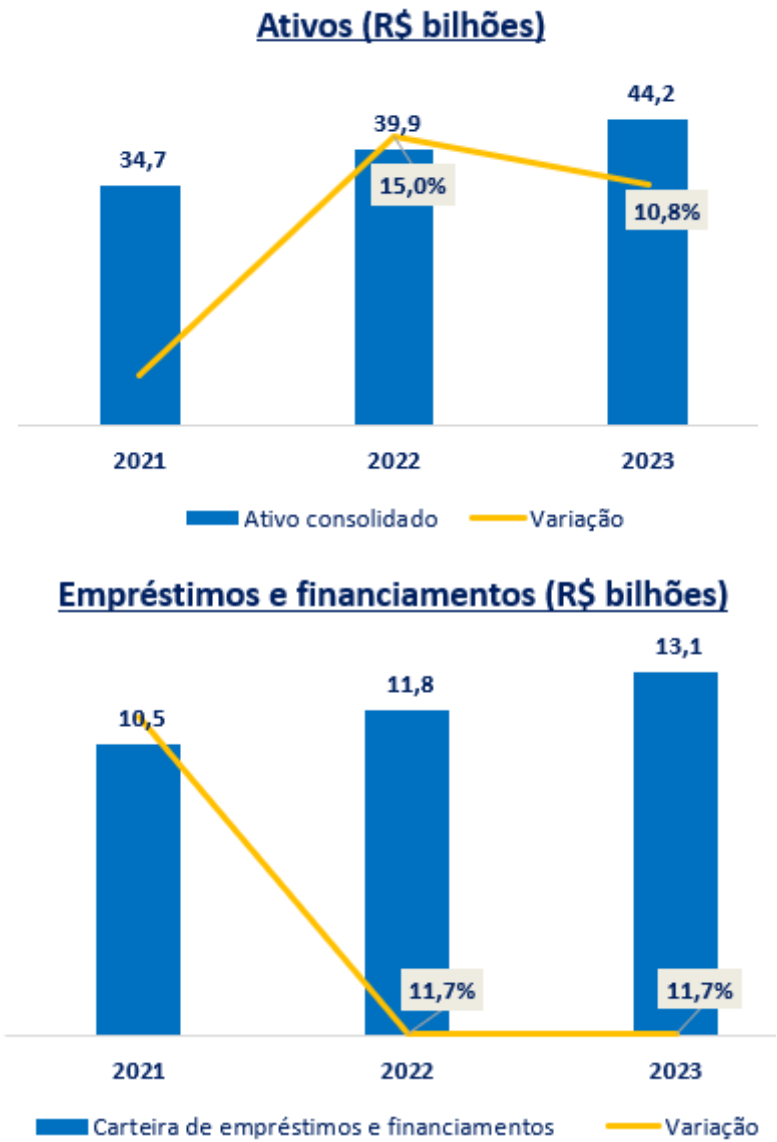
1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia encerram o exercício de 2023 de forma satisfatória e consistente com os últimos anos. Essas condições são demonstradas por suas posições de ativos e da carteira de empréstimos e financiamentos, que demonstram o crescimento de todas as principais linhas de negócio da Companhia:



Os aumentos dos volumes dos passivos de contratos de seguros e previdência complementar de 6,9% (2023/2022) e 7,7% (2022/2021).

A carteira total de aplicações financeiras atingiu R\$ 18 bilhões ao final de 2023. Em sua política de investimentos, a Companhia leva em conta as disposições regulatórias e diretrizes internas, a fim de maximizar os retornos, mantendo níveis prudentes de riscos de crédito, mercado, liquidez e seu apetite a risco. Em seu portfólio de investimentos são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

A carteira de recebíveis da Companhia totalizou em 2023 R\$ 13,6 bilhões, R\$ 12,2 bilhões em 2022 e R\$ 15,3 bilhões em 2021, crescimento de 11,3% em 2023 e 15,3% em 2022. O monitoramento das carteiras é realizado constantemente e inclui regras de aceitação de riscos e de liberação de empréstimos e financiamentos, incluindo informações internas e externas de cada cliente. São realizadas, ainda, provisões para perda dos ativos, considerando o comportamento histórico e a perda esperada para as operações de créditos, de acordo com as melhores práticas internacionais, entre outras informações.

Os investimentos em ativos intangíveis e imobilizados totalizaram 0,7 bilhão em 2023, R\$ 2,3 bilhões em 2022 e R\$ 1,1 bilhão em 2021 e foram direcionados, principalmente, para softwares, contratos de parceria mais valia advindos da CDF Assistência e Suporte Digital S.A., e ágio da combinação de negócios da Porto Assistência Participações.

Em 2023, o saldo de imobilizado era de R\$ 1,6 bilhões e apresentou uma redução significativa de 30% em comparação ao período de 2022 com R\$ 2,3 bilhões. Esta redução se deve, principalmente, pela redução ao valor recuperável dos veículos da controlada Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech") que tiveram uma forte desvalorização de mercado. Em 2021, o saldo de imobilizado era de R\$ 2,2 bilhões, um aumento de apenas 4% em relação ao período anterior.

O saldo de custo de aquisição diferido também apresentou variações significativas nos últimos exercícios. Em 2023 encerrou com R\$ 1,0 bilhão saldo 85% maior que o encerrado em 2022 de R\$ 0,5 bilhão, que foi maior que o saldo encerrado em 2021 de R\$ 0,2 bilhões. O montante em 2023 refere-se principalmente a receita de taxa de adesão dos grupos de consórcio e despesas de comissionamento que são reconhecidos com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio. O aumento refere-se, majoritariamente, ao crescimento ocorrido no segmento de consórcio nos últimos anos.

A Companhia tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional através de investimentos em tecnologia que proporcionarão um crescimento sustentável das atividades da Companhia ao longo dos próximos anos, apoiado em sistemas e processos modernos e eficientes. Esses investimentos são realizados majoritariamente por meio de recursos próprios, obtidos de sua geração de caixa.

No final do exercício de 2023, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 12,5 bilhões, um aumento de 18,1% em relação ao ano de 2022, que encerrou com uma posição de R\$ 10,6 bilhões (+17,5% em relação a 2021), que somou o patrimônio líquido em R\$ 9,0 bilhões.

Dadas as atividades da Companhia serem em grande parte reguladas por órgãos como a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Banco Central do Brasil ("BACEN") e Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), as controladas possuem exigências de capitais mínimos regulatórios, para os quais a Companhia possui políticas específicas de monitoramento. Os capitais mínimos regulatórios ("CMR") somaram em 2023 R\$ 6,6 bilhões, um aumento de 13,7% em comparação ao ano de 2022 que somou R\$ 5,8 bilhões e R\$ 4,8 bilhões em 2021; e para estas necessidades de capitais, a Companhia possui excedentes que se mantiveram estáveis nos

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

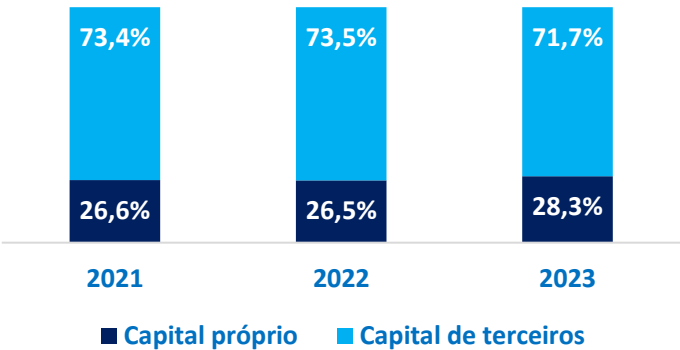
últimos três exercícios sociais, com R\$ 1,7 bilhão em 2023, R\$ 1,6 bilhão em 2022 e R\$ 1,7 bilhão em 2021.

b) estrutura de capital:

A Administração entende que a atual estrutura de capital é compatível com seus níveis de endividamento. Segue composição dos últimos três exercícios sociais:

	Consolidado (Valores em R\$ Milhões)					
	2021	%	2022	%	2023	%
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	9.240,6	26,6	10.578,4	26,5	12.497,8	28,3
Capital de terceiros (passivo circulante + não circulante)	25.453,0	73,4	29.336,0	73,5	31.741,8	71,7
Passivo circulante	17.437,6	50,3	20.263,3	50,8	23.359,6	52,8
Passivo não circulante	8.015,3	23,1	9.072,7	22,7	8.382,2	18,9
	34.693,5	100,0	39.914,4	100,0	44.239,6	100,0

Estrutura de Capital - Consolidado



c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O fluxo de caixa operacional da Companhia é suficiente para honrar seus compromissos financeiros, sendo mantidos excedentes de níveis prudentes e monitorados constantemente, dentro de sua política de apetite ao risco.

A estrutura normativa dos segmentos de seguros, saúde suplementar, previdência complementar, operações financeiras e consórcio de bens, à qual a maioria das controladas da Companhia estão sujeitas, exigem que sejam constituídas provisões técnicas e mantidas margens de solvências adequadas para essas operações. Essas provisões são determinadas com base em premissas atuariais e em metodologias estabelecidas em notas técnicas ou relatórios atuariais apresentados à SUSEP e à ANS. A tabela a seguir demonstra os recursos disponíveis para o pagamento dos compromissos financeiros assumidos:

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Consolidado					
	Valores em R\$ Milhões					
	2021	%	2022	%	2023	%
Passivo total	25.453,0		29.336,0		31.741,8	
Passivos de contratos de seguros	9.242,8	36,3	9.952,3	33,9	10.636,2	33,5
Passivos financeiros	12.414,1	48,8	14.937,6	50,9	15.847,5	49,9
	24.793,5		24.889,8		26.483,7	
Caixa e equivalentes de caixa	1.400,8	4,8	2.433,9	8,7	1.105,4	3,4
Operações de crédito	10.525,3	35,9	11.758,4	42,3	13.138,0	40,8
Aplicações financeiras	13.318,5	45,4	13.635,8	49,0	17.979,9	55,8
	29.309,0		27.828,1		32.223,4	

Adicionalmente, o Grupo Porto acompanha continuamente os seus níveis de capitais, reportando mensalmente à Administração a adequação do capital mínimo, nas classificações estabelecidas.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Nos exercícios sociais de 2021 a 2023, o Grupo Porto captou empréstimos e financiamentos principalmente para fomentar seus negócios do segmento de prestação de serviços. Foram contratados empréstimos para: (a) capital de giro e financiamentos via empréstimo para aquisição de veículos destinados à locação da controlada Mobitech; (b) financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da controlada Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Seguro Cia"), e (c) capital de giro e antecipação de recebíveis de clientes da controlada CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF").

Além dos empréstimos e financiamentos contratados, houve a emissão das debêntures destinadas para a controladora Porto Seguro e para as controladas Mobitech e CDF, este último contratado em 2022 para a aquisição de contratos de exclusividade com parceiros comerciais.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia avalia continuamente oportunidades de otimização de capitais a fim de obter a melhor estrutura de capitais para cada um de seus negócios, de acordo com políticas e estratégias definidas pela Administração. Com este propósito, pode ser que a Companhia venha a renovar e ampliar as captações, empréstimos e financiamentos já obtidos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Os principais contratos da Companhia referem-se às operações da controlada Mobitech, para aquisição de veículos destinados à locação. Os contratos de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures foram celebrados nas seguintes proporções:

	Consolidado		
	Valores em R\$ Mil		
	2021	2022	2023
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.401,7	3.672,4	3.781,1
Depósitos interfinanceiros	952,1	51,4	314,3
Outros	1.080,1	2.206,9	1.095,1
	4.433,9	5.930,7	5.190,5

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, que não as já informadas anteriormente.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Parte substancial dos passivos da Companhia referem-se a passivos de contratos de seguros (33,5% em 2023, 33,9% em 2022 e 36,3% em 2021), para os quais existem ativos garantidores de provisões técnicas, conforme demonstrado no item 2.1(c). Adicionalmente, são realizados depósitos para determinadas provisões judiciais, de acordo com a natureza das ações e/ou determinação judicial.

Para os demais passivos não há grau de subordinação entre os diversos credores.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A controlada Mobitech possui empréstimos que incluem cláusulas restritivas caracterizando vencimento antecipado em caso de: (i) falta de pagamento no dia do vencimento; (ii) protesto de títulos que gerem prejuízos a capacidade de pagamento das obrigações referente ao contrato; (iii) falência, insolvência civil, recuperação judicial ou extrajudicial; (iv) for declarado vencido pagamento ao credor de qualquer espécie; (v) se houver reorganização ou (vi) transformação societária ou transferência de controle acionário que não seja dentro do grupo econômico. Nos contratos de financiamentos da Mobitech, também há *covenants* financeiros, incluindo limites de dívida líquida sobre o patrimônio líquido, dívida líquida sobre o EBITDA, dentre outros.

As debêntures emitidas pela controlada CDF não possuem cláusula de *covenants*. Os contratos financeiros da controlada CDF celebrados com o Itaú possuem certas cláusulas, a saber: cláusulas de restrição de mudança de controle e aquelas que exigem a manutenção de determinados índices financeiros: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual que (a) 2,6x no ano de 2020; (b) 2,1x no ano de 2021; e (c) 1,8x a partir do ano de 2022 até a liquidação

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de todas as obrigações assumidas; (ii) a CDF obriga-se a não distribuir dividendos, realizar pagamento de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a CDF e/ou qualquer um dos devedores solidários estejam em mora com qualquer uma das obrigações assumidas. Sendo certo que, na hipótese de a CDF estiver adimplente com todas as obrigações previstas, e desde que a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado seja igual ou superior a 1,0x, a CDF poderá distribuir dividendos e juros sobre capital próprio de até no máximo (a) 50% do lucro líquido no ano de 2020; (b) 70% do lucro líquido no ano de 2021 e (c) 80% do lucro líquido a partir do ano de 2022 até a integral liquidação das obrigações assumidas; (iii) hipótese de ocorrência de vencimento antecipado se (a) a CDF não mantiver o índice resultante do quociente entre sua dívida líquida por seu EBITDA Ajustado em 2020 igual ou inferior a 1,8x até o final da operação em 2024; e (iv) não realizar distribuição de lucros (a) caso esteja inadimplente perante o Itaú Unibanco em decorrência do financiamento assumido; e (b) acima de 80% do lucro líquido do período.

O contrato financeiro celebrado entre a controlada CDF e Santander possui cláusulas restritivas, que determinam, entre outras restrições: (a) se a CDF distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 70% do lucro líquido anual, apurado pelo Banco Santander, em qualquer momento, caso a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, seja igual ou superior a 1,0x; ou (b) se a CDF distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 75% do lucro líquido anual, apurado pelo Banco, em qualquer situação e em qualquer outro momento, observado o disposto no item (a) acima; e (c) a CDF deverá manter a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, menor ou igual a 2,0x em 2021; e 1,5x a partir de 2022.

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Os contratos de captação e financiamento em moeda estrangeira, bem como o contrato de empréstimo para capital de giro da Mobitech consomem a totalidade dos limites disponibilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Ref	Consolidado Valores em R\$ Mil					
		Dezembro 2022	Dezembro 2023	A.V. 2023 x 2022 (%)	A.V. 2023 x 2022 (R\$)	A.H. 2022	A.H. 2023
Receitas							
Receita de seguro	i	21.431.383	26.352.305	23%	4.920.922	81%	81%
Receitas de operações de crédito		2.942.924	3.316.036	13%	373.112	11%	10%
Receitas de prestação de serviços	ii	1.973.198	2.646.648	34%	673.450	7%	8%
Receita com títulos de capitalização		67.368	80.088	19%	12.720	0%	0%
Outras receitas		187.649	202.461	8%	14.812	1%	1%
		26.602.522	32.597.538	23%	5.995.016	100%	100%
Despesas							
Despesas de seguro		(17.786.776)	(20.017.663)	13%	2.230.887	67%	61%
Despesas líquidas com contratos de resseguros/retrocessões		(32.483)	(73.070)	125%	40.587	0%	0%
Custos de aquisição - outros		(343.537)	(476.665)	39%	133.128	1%	1%
Despesas administrativas		(3.960.107)	(4.662.138)	18%	702.031	15%	14%
Despesas com tributos		(712.105)	(980.753)	38%	268.648	3%	3%
Custos dos serviços prestados		(302.402)	(284.188)	-6%	(18.214)	1%	1%
Outras despesas operacionais		(2.626.708)	(3.296.370)	25%	669.662	10%	10%
Resultado financeiro	iii	484.269	736.340	52%	252.071	2%	2%
Lucro do período		1.157.414	2.314.857	100%	1.157.443	4%	7%

(i) Receita de seguro: Em 2023 tivemos um aumento nos prêmios no seguro Auto de 12,1%, decorrente de uma adequação da precificação; e um crescimento nos prêmios dos seguros patrimoniais, tanto residencial como empresarial, ambos consequência do desempenho de venda e pela adequação na precificação. No Seguro de Vida a expansão nos prêmios foi de 15,6% em todos os segmentos (Individual, Coletivo, Viagem e Prestamista).

(ii) Receita de prestação de serviço: Essa receita teve impacto decorrente das receitas de administração de consórcios que totalizaram R\$ 764,4 milhões em 2023, com aumento de 37,0% em relação aos R\$ 558,1 milhões em 2022. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 29,0%, passando para 314,8 mil em 2023, em relação aos 244,0 mil em 2022. Além disso, as demais receitas de prestação de serviço totalizaram R\$ 1.882,2 milhões em 2023 com um aumento de 33,0% em relação aos R\$ 1.415,2 milhões em 2022, sendo as principais receitas provenientes do aumento: (i) R\$ 313,1 milhões nas receitas da Porto Assistência, que explora serviços de assistência automotiva e residencial e (ii) R\$ 183,3 milhões provenientes da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial.

(iii) Resultado financeiro: O aumento do resultado financeiro em 52,1% foi impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável, uma vez que as aplicações financeiras (ex-previdência) obtiveram retorno de 87,7% do CDI, devido ao desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O lucro líquido em 2023 foi o dobro em comparação ao período de 2022, atingindo o montante de R\$ 2,3 bilhões. Na vertical de Seguros tivemos uma readequação de preços e tarifas além de uma melhora operacional para diminuir custos de sinistros, reduzindo a sinistralidade; na vertical de Saúde houve investimentos em tecnologia e manutenção das taxas de renovação; na vertical Bank houve uma expansão de 26,9% em Consórcio e uma diminuição na inadimplência em 0,5 p.p. em comparação ao ano de 2022.

Abaixo, a demonstração do resultado do exercício de 2021:

	Dezembro de 2021	A.H. 2021
Receitas		
Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	17.586.240	81%
Receitas de operações de crédito	2.119.399	10%
Receitas de prestação de serviços	1.309.719	6%
Outras receitas	586.276	3%
Total das receitas	21.601.634	100%
Despesas		
Total de variação das provisões técnicas	(1.512.974)	-7%
Despesas com sinistros e benefícios, líquidas	(8.612.488)	-40%
Custos de aquisição - seguros	(3.697.949)	-17%
Custos de aquisição - outros	(350.827)	-2%
Despesas administrativas	(3.601.766)	-17%
Despesas com tributos	(617.409)	-3%
Custos dos serviços prestados	(187.201)	-1%
Outras despesas operacionais	(1.773.980)	-8%
Resultado Financeiro	468.711	2%
Lucro líquido do exercício	1.544.263	7%

Destacamos que os saldos de 2021 não serão comparados aos saldos de 2022 e 2023, uma vez que a Companhia adotou o IFRS 17 em 2023 e reapresentou os saldos de 2022, para fins de comparabilidade. Desta forma, determinadas rubricas contábeis da DRE e da DFC das demonstrações financeiras do exercício findo de 2023 e 2022 não são comparáveis as demonstrações financeiras anteriores a esta adoção.

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Ref	Dezembro 2022	Dezembro 2023	Consolidado Valores em R\$ Mil	
				A.V. 2023 x 2022 (%)	A.V. 2023 x 2022 (R\$)
Caixa líquido atividades operacionais		2.850.592	69.766	-98%	(2.780.826)
Caixa gerado nas operações		2.136.459	2.588.400	21%	451.941
Lucro líquido do exercício		1.157.414	2.314.857	100%	1.157.443
Variações nos ativos e passivos	i	1.335.352	(1.416.407)	-206%	(2.751.759)
Outros	ii	(621.219)	(1.102.227)	-77%	(481.008)
Caixa líquido atividades de investimento	iii	(1.526.193)	72.190	105%	1.598.383
Caixa líquido atividades de financiamento	iv	(291.325)	(1.470.461)	-405%	(1.179.136)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.033.074	(1.328.505)	-229%	(2.361.579)

- (i) Nas variações nos ativos e passivos as principais variações foram nos saldos de aplicações financeiras que em 2022 teve uma variação de R\$ 317 milhões e em 2023 essa variação foi de R\$ 4.344 milhões, ambas variações negativas. Os saldos de impostos e contribuições a recolher também apresentaram um aumento relevante, em 2022 encerrando em R\$ 396 milhões e em 2023 a variação foi de R\$ 889 milhões, ambas positivas.
- (ii) Nas variações de outros vemos que houve pagamento maior de imposto de renda e contribuição social, uma vez que em 2022 a variação foi de R\$ 430 milhões negativos, comparado ao ano de 2023 que a variação foi de R\$ 822 milhões negativos.
- (iii) Atividades de Investimentos: A variação mais significativa que temos nesse grupo refere-se a aquisição de imobilizado e intangível. Em 2022, a movimentação no fluxo de caixa foi de R\$ 2.264 milhões, enquanto que em 2023 foi de R\$ 701 milhões, ambas negativas.
- (iv) Atividades de Financiamento: Em 2023 tivemos variação relevante devido ao pagamento de empréstimos e financiamentos e arrendamentos, a variação em 2023 foi de R\$ 3.456 milhões, enquanto em 2022 foi de R\$ 2.232 milhões, ambos negativos.

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2021

	Consolidado Valores em R\$ Mil
	Dezembro de 2021
Caixa líquido atividades operacionais	1.852.342
Caixa gerado nas operações	2.810.471
Lucro líquido do exercício	1.544.263
Variações nos ativos e passivos	(133.492)
Outros	(824.637)
Caixa líquido atividades de investimento	(929.224)
Caixa líquido atividades de financiamento	(438.165)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	484.953

¹ A partir de 1º de janeiro de 2023 a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros. Para fins de comparabilidade, e em atendimento ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tal mudança requer aplicação retrospectiva, de forma que, os saldos das demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentados considerando os efeitos da adoção do IFRS 17, e os saldos de 2021 o ajuste foi realizado diretamente no Patrimônio Líquido. Assim, destacamos que as informações apresentadas nesta seção estão considerando os saldos reapresentados para o período de 2022. Os saldos de 2021 não são comparáveis aos saldos de 2022 e 2023, dada a adoção no IFRS 17.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita.
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

2023

Em 2023, o Grupo Porto apresentou um lucro líquido recorde recorrente de R\$ 2,3 bilhões, o dobro do registrado no período anterior.

A receita total registrou um crescimento significativo, alcançando R\$ 32,4 bilhões, um aumento de 22,6% em relação ao período anterior.

Na vertical seguros, os prêmios avançaram 12,1%, atingindo R\$ 20,9 bilhões no período, explicado principalmente pelas adequações na precificação no seguro Auto, em decorrência do aumento nos preços dos veículos e pela estratégia de aceleração das vendas em determinadas praças, o que contribuiu para um crescimento de 245 mil veículos na frota segurada nos últimos 12 meses (+4,3% vs. 2022). No consolidado dos Seguros Patrimoniais, o crescimento dos prêmios foi de 18,2%, impulsionado pelo seguro Residencial (+17,2% vs. 2022), favorecido pelo desempenho do canal bancário e pelo seguro Empresarial (+24,4% vs. 2022), beneficiado pelo desempenho de vendas e pelas adequações na precificação, reforçando a liderança da Porto Seguro neste segmento. No seguro de Vida, a expansão de prêmios foi de 15,6%, com crescimento de duplo dígito em todos os segmentos (Individual, Coletivo, Viagem e Prestamista). A sinistralidade consolidada da vertical foi de 49,4%, uma melhora de 7,7 p.p., resultado das adequações de tarifas realizadas, aperfeiçoamento nos modelos de subscrição e de uma tendência mais favorável nos preços dos carros que integram a frota segurada, exemplificado pela redução no valor de tabela FIPE, diminuindo a pressão sobre os valores indenizados. Vale ressaltar também que a busca por melhorias operacionais para diminuir os custos de sinistros também gerou frutos, reduzindo a sinistralidade.

Na vertical Saúde, houve um crescimento de mais de 30% (+38,4% vs. 2022) em seu faturamento pelo segundo ano consecutivo, favorecida pelo aumento de 129 mil vidas no seguro Saúde em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 543 mil vidas (+31,3% vs. 2022). O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto Saúde, de investimentos em tecnologia, e da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde melhorou 2,7 p.p. vs. 2022 beneficiada pelas iniciativas de adequação tarifária, ações para redução de fraudes e aperfeiçoamento na subscrição de riscos.

Na vertical Bank, as receitas dos principais negócios obtiveram um crescimento consolidado de 11,8% vs. 2022. Destaque para a expansão de 26,9% no Consórcio, favorecido pelo desempenho das campanhas de venda e retenção. O Cartão de Crédito e Financiamento por sua vez tiveram elevação de receita de 11,0%. A inadimplência acima de 90 dias reduziu 0,5 p.p., em comparação ao mesmo período em 2022, permanecendo abaixo da média de mercado e apresentando queda nos últimos meses do ano, decorrente do trabalho realizado de gestão de risco e qualidade da carteira, com foco nos clientes que possuem relacionamento com a Porto, além da tendência de melhora observada no mercado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2022

Em 2022, a Companhia manteve um crescimento significativo nas receitas, totalizando R\$ 18,9 bilhões, um aumento de 27,4% em relação a 2021, impulsionado principalmente pelo seguro Auto em razão da estratégia de aceleração das vendas em determinadas praças, das adequações de tarifas e do desempenho favorável dos seguros Patrimoniais e de Vida.

O índice combinado da Vertical Seguros melhorou substancialmente, atingindo 89,6%, explicado principalmente pela melhor sinistralidade alcançada no ano nos seguros de Auto, Patrimonial e de Vida. A maior contribuição foi proveniente do Auto, que obteve uma melhora gradativa ao longo de 2022 decorrente do aprimoramento na subscrição de riscos, recomposição tarifária e aumento no controle de sinistros.

Na Porto Saúde, o crescimento das receitas de R\$ 3.271,7 milhões foi alavancado pela expansão de 45,5% nos prêmios do seguro Saúde, cuja carteira obteve um incremento de 64 mil vidas em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando 413 mil vidas no período. Ao longo do ano, a vertical avançou na ativação de corretores, nos investimentos em tecnologia e no aumento da exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde melhorou significativamente, decorrente do menor impacto de custos com a Covid-19 e da redução de internações, além das medidas de aprimoramento na subscrição e recomposição tarifária.

No Porto Bank, as receitas totalizaram R\$ 3.562,0 milhões, aumento de 26,9% (vs. 2021), com ênfase para a expansão nas Operações de Crédito e ampliação de mais de 250 mil negócios, impulsionado principalmente pelo Cartão de Crédito, Consórcio e Fiança Locatícia. Considerando o cenário macroeconômico desafiador, a Companhia ficou ainda mais rigorosa nas políticas de concessão, privilegiando o crédito para clientes que possuem relacionamento com a Companhia e novos instrumentos de cobrança que elevaram a recuperação de clientes devedores.

Nos demais negócios, a desaceleração no crescimento do Carro por Assinatura foi decorrente das iniciativas que buscam recompor a rentabilidade da carteira, preservando nas renovações os contratos de melhor qualidade. Além disso, a Companhia segue reforçando parcerias estratégicas com o objetivo de gerar valor através da ampliação da oferta de serviços para novos públicos e segmentos.

O resultado financeiro de R\$ 604,3 milhões superou o valor de 2021 de R\$ 468,7 milhões, decorrente principalmente do maior retorno das aplicações financeira ex-previdência contribuindo para o aumento do lucro em ambos períodos.

2021

Em 2021, a Companhia demonstrou mais uma vez a solidez de suas operações, apresentando crescimento do lucro líquido em duplo dígito, sustentado principalmente pelo aumento das receitas e pela queda da sinistralidade, mesmo diante dos impactos causados pela pandemia do COVID-19.

Os prêmios de seguros totalizaram R\$ 17,7 bilhões, encerrando o ano apresentando um aumento de 12,1%, favorecidos pela fidelização e expansão na base de clientes através de soluções segmentadas para os diferentes perfis de consumidores. O seguro Auto expandiu 11,6% nos prêmios, sustentado principalmente pelo incremento de 311 mil veículos na frota segurada (vs. 2020). Os prêmios dos seguros Patrimoniais aumentaram 10,0% (vs. 2020), decorrente principalmente do crescimento dos seguros Empresariais, do Residencial da marca

2.2 Resultados operacional e financeiro

Porto Seguro e dos novos produtos, em especial os seguros para bikes, smartphones e responsabilidade civil profissional. No seguro de Vida, houve uma ampliação de 12,8% (vs. 2020) nos prêmios, explicado pela evolução dos seguros de Vida Individual, Vida Coletivo e pela retomada do crescimento do seguro de Viagem, favorecido pela retomada dos deslocamentos com destinos internacionais.

O índice combinado atingiu 94,9% permanecendo 1,1 p.p. melhor do que a média dos últimos 10 anos. No comparativo anual, o índice aumentou 4,8 p.p. em relação a 2020, explicado pela elevação da sinistralidade do Auto no segundo semestre de 2021 e do Saúde até o terceiro trimestre de 2021.

O crescimento da receita dos Negócios Financeiros apresentou elevação nas receitas de 20,9% no ano (vs. 2020), através do crescimento acelerado de seus principais negócios. As receitas de Cartão de Crédito e Financiamento cresceram 24,0% (vs. 2020), através de iniciativas bem sucedidas de vendas e de uma estratégia eficaz de crédito, com um crescimento significativo da Carteira de Crédito (+32,9% vs. 2020), atingindo R\$ 13,3 bilhões ao final de 2021. Os Riscos Financeiros e Capitalização expandiram as receitas em 14,9% (vs. 2020), impulsionados principalmente pelo Aluguel Essencial, com processo de contratação mais ágil, digital e econômico em relação ao produto tradicional, e pela ampliação da base de parceiros (imobiliárias e corretores), revisão de estratégia e aceitação. As receitas do Consórcio obtiveram um incremento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelo crescimento da carteira de créditos administrados, atingindo R\$ 32,1 bilhões ao final do ano (+36,0% vs. 2020) associado ao aumento do número de cotas ativas (+13,3% vs. 2020).

O resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões em 2021, atingindo a rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex-Previdência) de 184% do CDI. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável. Esse resultado foi 49,1% inferior ao obtido em 2021, que foi muito superior à média histórica dessa linha.

O lucro líquido alcançou R\$ 1.544,2 milhões em 2021 (-8,5% vs. 2020), atingindo um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 16,9% no período, 2,7 p.p. menor do que o registrado em 2020.

O ano de 2021 foi bastante dinâmico para a Porto Seguro, marcado por diversas iniciativas nos campos da inovação e societário, com reflexos positivos no processo de transformação digital e que demonstram o protagonismo da Companhia na jornada de aceleração do crescimento.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

2023, 2022 e 2021

Na operação de seguros, o principal negócio da Companhia, o processo de precificação é dinâmico e considera diversas variáveis (nível de risco, taxa de juros projetada, volumes, custo dos insumos, entre muitas outras). A Companhia tem desenvolvido soluções para aumentar a conversão de vendas e assim ampliar sua base de clientes. Os modelos de aceitação estão sendo aperfeiçoados de modo a intensificar a exploração do portfólio de produtos existentes e assim realizar mais ativamente ofertas alinhadas com o perfil e a necessidade de cada cliente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

- c) **impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

2023

No ano de 2023, a receita financeira foi de R\$ 2 bilhões, o que representou um aumento de 42,7% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 736,3 milhões, representando aumento de 52,1% em relação aos R\$ 484,3 milhões em 2022 e gerando uma rentabilidade de 11,4% (88% do CDI).

2022

No ano de 2022, a receita financeira foi de R\$ 1,4 bilhões, o que representou um aumento de 22,0% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 484,3 milhões, representando um aumento de 3,3% em relação aos R\$ 468,7 milhões em 2021. A carteira total de aplicações financeiras, excluindo os recursos de reservas técnicas previdenciárias atingiu (R\$ 10,3 bilhões) e gerou uma rentabilidade de 8,47% (68% do CDI).

2021

No ano de 2021, a receita financeira foi de R\$ 1,6 bilhão, o que representou uma redução de 18,0% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 468,7 milhões, representando redução de 49,1% em relação aos R\$ 921,1 milhões em 2020. A carteira total de aplicações financeiras, excluindo os recursos de reservas técnicas previdenciárias atingiu (R\$ 9,1 bilhões) e gerou uma rentabilidade de 8,1% (387% do CDI).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2023

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar a IFRS 17 que trouxe mudança nas práticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros, substituindo a norma até então vigente, o IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de Seguros.

Em consonância com o requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tais mudanças de práticas requerem a aplicação retrospectiva de forma a ajustar os exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, se ajustados a partir do início do exercício mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Reservas de lucros, refletidos no Investimento da Controladora.

Além dos saldos de transição, houve o ajuste referente ao Custo Inicial de Contratação (CIC), uma vez que os saldos de custos de aquisição já estão refletidos nos Fluxos de Caixa Estimados de acordo com a norma. Para não haver duplicidade contábil, a CIC foi ajustada nesta transição, de acordo com o CPC 23, conforme parágrafo anterior.

O saldo ajustado na transição em 31 de dezembro de 2021 está apresentado abaixo:

TRANSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	R\$ Mil
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021	9.364.728
Resultado Operacional	150.662
Reconhecimento "Other Comprehensive Income" - OCI	(28.534)
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(48.146)
Total de ajuste na aplicação inicial do IFRS 17	73.982
Baixa Custo Inicial de Contratação - CIC	(330.250)
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	132.100
Total de ajuste da baixa da CIC	(198.150)
Patrimônio líquido após aplicação inicial do IFRS 17 e CIC	9.240.560

(*) Alíquotas utilizadas de 25% de IR, 15% de CS (para a Portomed 9% de CS) e 25% para a Porto Uruguai.

2022

Em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração nas principais políticas contábeis da Companhia, exceto pela alteração das Provisões Judiciais, Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais, onde os depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos de natureza fiscal, cível e trabalhista passam a ser apresentados pelo valor bruto no Balanço

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Patrimonial.

A Companhia efetuou as reclassificações dos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2021.

2021

Em 31 de dezembro de 2021 não houve alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2023, constou no parecer do auditor parágrafo de ênfase relacionado a reapresentação dos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, em decorrência da mudança nas políticas contábeis de seguros, em decorrência da adoção do IFRS 17 (CPC 50) Contratos de Seguros, considerando as orientações da CVM e conforme previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. A opinião dos auditores independentes não contém modificação relacionada a esse assunto.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais. A composição dos segmentos reportáveis estão descritos a seguir:

2023

- **Seguros de automóveis:** compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- **Seguros e planos de saúde:** compreendem (a) os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições; e (b) as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.
- **Seguros de pessoas e previdência complementar:** compreendem (a) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro; e (b) receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- **Seguros – demais ramos:** compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos pela Porto Seguro Uruguai.
- **Financeiras e consórcio de bens:** compreendem (a) receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura; e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- **Outros:** compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas do Grupo Porto (inclusive as receitas de serviços prestados pela Porto Serviços Uruguai), e receitas com títulos de capitalização.

2022

A Companhia não introduziu ou alienou nenhum segmento operacional que tenha causado ou que venha causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

2021

A Companhia não introduziu ou alienou nenhum segmento operacional que tenha causado ou que venha causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

I. Aquisição da UNIGÁS

Em 29 de agosto de 2023, conforme divulgado em Fato Relevante, houve a aquisição de 100% de participação da Fernandes e Fernandes – Sistemas de Aquecimento Ltda. (“Unigás”), por meio da Controlada Porto Serviços Ltda. (“Porto Serviços”).

A Unigás é uma empresa constituída há quase 30 anos, com ampla experiência e especialização na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

Em 31 de outubro de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída esta operação, sendo seu preço de aquisição de R\$ 19.046 mil.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas. O estudo técnico “Purchase Price Allocation” – PPA, está em fase de elaboração, e dentro do prazo permitido pela norma contábil.

2022

I. Cisão da Porto Assistência

A Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da operação da Porto Cia (a partir de 1º de maio de 2022) e Porto Serviços (a partir de 1º de agosto de 2022). A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro, além de ser uma condição precedente à combinação de negócios.

II. Conclusão da constituição Porto Assistência Participações

Em 1º de setembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que concluiu em 31 de agosto de 2022 a constituição da Porto Assistência Participações, mediante o aporte integral das ações da Porto Assistência e CDF a valor contábil histórico.

A Porto Assistência Participações é controlada pela Companhia e explora serviços de assistência automotiva e residencial, oferecidas hoje aos clientes do Grupo Porto, e também as soluções da CDF, uma empresa que possui o maior “marketplace” B2B2C de serviços do Brasil, com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial, além de suporte remoto para consumidores dos segmentos de varejo, telecomunicações, “utilities”, seguros e mercado financeiro, criando uma das maiores empresas de serviços do país para diversos clientes através de diferentes canais de venda.

III. Constituição de "Joint Venture" de serviços médicos oncológicos

Em 17 de dezembro de 2022, a Companhia comunica em Fato Relevante a celebração, nesta data, de um Acordo para a constituição de uma “joint venture” de serviços médicos oncológicos,

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

por meio de 40% de participação da Porto Serviços e Comércio e 60% de participação da Oncoclínicas.

Em 07 de junho de 2023, após aprovação pelo CADE e cumprimento das condições precedentes aplicáveis da operação, a Porto Serviços Comércio e a Oncoclínicas iniciaram parceria, através da Oncologia e Participações Ltda. (“Onkos”), em um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional.

Por fim, a Porto Serviços e Comércio vendeu 60% da sua participação acionária na Onkos para a Oncoclínicas e poderá receber até R\$ 160 milhões por essa transação.

Em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos R\$ 60 milhões como receita de alienação de participação societária, e o restante está condicionado ao cumprimento de metas contratuais.

2021

I. Acordo e troca de ações com a PetLove

Conforme comunicados ao mercado ocorridos em 16 de abril e 28 de junho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços”), se aliou à PetLove Cayman Ltd. (“Petlove”) e passou a deter 13,5% de participação da empresa Petlove. Em contrapartida, a Porto Serviços transferiu o controle (100% das ações) da Porto Pet Administração de Planos de Saúde Animal S.A. (“Porto.Pet”) – nova razão social para Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. (“Health For Pet”). Este acordo ainda prevê a autorização do uso das marcas Porto Seguro e Porto.Pet no Brasil e a divulgação dos planos de saúde para animais oferecidos pela Porto.Pet nos canais de distribuição da Porto Seguro, dentre eles, a distribuição de materiais publicitários aos corretores.

II. Aquisição de controle conjunto - ConectCar

Em 01 de outubro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), diante do cumprimento das condições contratuais e das aprovações regulatórias, concluiu a aquisição de 50% das ações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”), que eram de titularidade do Grupo Ultra. O valor da operação foi de R\$ 165 milhões, liquidados financeiramente em 1º de outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 apurou-se ajuste de preço da operação, no montante de R\$ 6.538 mil, devolvidos para a Portoseg. Desta forma, o efeito líquido da operação foi de R\$ 158.462 mil.

c. Eventos ou operações não usuais.

Além dos itens descritos no item 10.3 b) deste documento, destacamos como eventos e operações não usuais:

2023

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía eventos ou operações não usuais a serem divulgadas nesta seção.

2021

I. Benefícios tributários – Lei do Bem

Com as recentes e continuas manifestações favoráveis e aceitações por parte das autoridades tributárias competentes e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, aos pedidos de benefício fiscal da lei do bem, referente aos projetos realizados durante o período de 2012 a 2020, e adicionado ao fato de que as características dos projetos de pesquisas e desenvolvimentos são similares em todo este período, a Companhia entendeu que as incertezas relacionadas à aceitação foram diluídas, passando a ser remoto o risco de um possível contingenciamento dos benefícios tributários.

Com base nesta mudança de estimativa por conta desses fatos recentes, a Companhia reconheceu no resultado do período o total de benefício no montante de R\$ 124,6 milhões, sendo: (i) reversão da totalidade do provisionamento dos saldos relacionados ao IFRIC23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, no montante de R\$ 15,6 milhões em 2016 e R\$ 21,3 milhões em 2017 e (ii) benefícios tributários referente as despesas dos projetos incorridas nos montantes de R\$ 20,1 milhões em 2018, R\$ 25,6 milhões em 2019 e R\$ 42,0 milhões em 2020.

II. Indébitos tributários – depósitos judiciais

A Companhia efetuou a reversão do passivo diferido de IR e CS, no valor de R\$ 272,9 milhões, sobre atualização monetária de depósitos judiciais federais conforme decisão do STF em sede de repercussão geral publicada em 16/12/2021 sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre juros SELIC decorrentes de recuperação de tributos pagos indevidamente (indébitos tributários) e em virtude da Circular nº 09/2021 emitida pelo IBRACON.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis:

Não aplicável, em razão de não haver medições não contábeis, como Lajida ou Lajir, divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável, em razão de não haver medições não contábeis, como Lajida ou Lajir, divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável, em razão de não haver medições não contábeis, como Lajida ou Lajir, divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em continuidade ao programa de reorganização societária, com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações, no 1º trimestre de 2024 a controlada Porto Assistência e Serviços foi incorporada pela CDF Assistências Ltda.

A Companhia declara que não é possível estimar os efeitos financeiros decorrentes de esta incorporação, e que este evento subsequente não originou em ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024 e sua divulgação ocorreu em 26 de fevereiro de 2024.

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
a. Regras sobre retenção de lucros	Reserva legal - constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva estatutária - reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.		
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o estatuto social, serão destinados aos acionistas os dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	No mínimo, anual.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve restrições ou regulamentação especial.		

2.7 Destinação de resultados

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 03 de fevereiro de 2021 foi divulgada Política de Destinação de Resultados da Companhia, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração, que está disponível em seu site de Relações com Investidores (https://ri.portoseguro.com.br/), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br)
---	---

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
 - iii. contratos de construção não terminada.
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial na última demonstração financeira de encerramento do exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial na última demonstração financeira de encerramento do exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Companhia investiu em (CAPEX) no montante de R\$ 363 milhões no ano de 2023 e segue investindo no ano de 2024 nos projetos de inovação e transformação digital que já estavam em andamento, tais como Auto 2.0 que simplifica o processo de cotação de seguros, Hub de vendas, que permite numa única Plataforma digital a compra de produtos Porto, projeto Cross que vai atender uma carteira importante de produtos com objetivo de alavancar as vendas cruzadas, sistema Orquestrador, que atuará como um centralizador de toda tecnologia e políticas de meios de pagamento do Grupo Porto, além dos investimentos recorrentes em desenvolvimento de sistemas (como o Atenas, responsável pela integração de softwares às normas do IFRS17), aquisição de licenças de software e infraestrutura de hardware, como servidores e notebooks, destinados ao aprimoramento e controle de processos de renovação tecnológica da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus principais projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em sinergia com a reorganização societária que o Grupo Porto realizou no decorrer de 2023, visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, a controlada Mobitech realizou ações para vendas de parte de seus veículos, totalizando uma baixa de R\$ 584 milhões em 2023.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme descrito no item 2.10 (a).

c) Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos produtos e/ou serviços em andamento, exceto pelos já divulgados e descritos no item 2.10 (a).

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

As oportunidades inseridas e relacionadas às questões ESG, são apresentadas em cada vertical de negócios abaixo, vejam:

Na vertical Seguros, entendemos nosso papel fundamental na transição para uma economia de baixo carbono, tanto do ponto de vista da capacidade de compreensão e gerenciamento dos riscos atrelados a mudanças climáticas, desenvolvendo produtos para proteger cidadãos, empresas e governos a se protegerem contra danos materiais causados pelo aquecimento global, quanto do ponto de vista de ofertar produtos que fomentem essa transição de baixo carbono.

2.10 Planos de negócios

Em 2023 foram adquiridas 21,9 mil apólices de seguros para veículos elétricos e híbridos, 20,5 mil apólices de bike, 15,9 mil apólices de placas solares, 684 apólices do RC Ambiental (Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental de Transportes da Porto) e 9.241 hectares de florestas no seguro Agro.

Além dos feitos em termos de cobertura, a Companhia também demonstrou um comprometimento sólido com práticas sustentáveis e responsáveis. A digitalização dos processos na Azul Seguros resultou em uma economia de 45 toneladas de papel e 760 kg de plástico, contribuindo com a redução do impacto ambiental. No universo residencial, a Vertical Seguros, através do Itaú Residencial, promoveu a coleta de 97,4 kg de resíduos residenciais de seus segurados, contribuindo para a conscientização ambiental e para a construção de comunidades mais sustentáveis. Além disso, nos 583 atendimentos de sinistro em Ramos Elementares, a empresa arrecadou e destinou adequadamente 7 toneladas de eletroeletrônicos sinistralizados, com uma gestão adequada de resíduos.

A vertical **Porto Bank** inserida no cenário financeiro, tem se dedicado de maneira proativa a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento sustentável e na promoção do consumo consciente de seus clientes. Comprometida com esses objetivos, a instituição tem desenvolvido iniciativas para impulsionar práticas mais sustentáveis, oferecendo consórcios para placas solares e bikes, contribuindo não apenas para o desenvolvimento desse mercado, mas também para a redução do uso de combustíveis fósseis e a emissão de GEE. Em 2023, alcançamos 830 clientes com este produto.

Através da frente de eficiência operacional, reduzimos nossas emissões de GEE por meio da digitalização das nossas faturas e revisitando o processo de emissão de segunda via de cartão de crédito. Essas ações não só fortalecem o compromisso ambiental da instituição, mas também resultaram em uma economia expressiva, totalizando mais de R\$ 187 milhões.

Adicionalmente, a Porto Bank facilita a escolha de clientes pelo consumo de energia solar, estabelecendo uma parceria com a empresa Flora Energia. Essa colaboração permite aos clientes adotarem a energia solar sem a necessidade de instalação individual da tecnologia, proporcionando uma redução de até 30% na conta de consumo e uma proteção contra as variações tarifárias da rede tradicional. O serviço integrado ao Cartão de Crédito já beneficiou 188 clientes, consolidando-se como mais um exemplo do compromisso da Porto Bank com a promoção de soluções sustentáveis.

Para a vertical **Porto Saúde**, na esfera da saúde complementar, a vertical Porto Saúde assume um compromisso integral com o bem-estar e a qualidade de vida de seus segurados, destacando-se como um agente ativo na promoção da sustentabilidade.

No ano de 2023, a empresa não apenas priorizou a implementação de programas preventivos destinados a beneficiários e estipulantes, proporcionando acesso a serviços essenciais, mas também alcançou marcos significativos em iniciativas voltadas para a saúde ambiental. Ao disponibilizar a 52,8 mil beneficiários e estipulantes acesso a programas preventivos focados na promoção à saúde, a Porto Saúde reforçou seu compromisso com a prevenção e o cuidado integral. Por meio de uma plataforma parceira, foram realizados 113,6 mil atendimentos em psicologia, e outros 73,1 mil atendimentos online através do Alô Saúde, resultando na economia de 365,4 km rodados e, conseqüentemente, na redução de aproximadamente 50 toneladas, conforme a metodologia GHG Protocol.

No sentido de otimizar processos e reduzir o impacto ambiental associado ao consumo de recursos, a Porto Saúde investiu na digitalização das carteirinhas físicas no Seguro Odontológico e das carteirinhas no Seguro Saúde. Essa ação representou uma economia substancial de recursos naturais, evitando o consumo de 534,2 mil folhas de papel, o que equivale a preservar

2.10 Planos de negócios

107 árvores. Além disso, essa medida resultou em uma significativa redução no consumo de água, estimado em 5,3 mil m³ durante a produção, e contribuiu para a diminuição de 16 toneladas de CO₂.

Assim, a Porto Saúde reafirma seu comprometimento não apenas com a saúde dos indivíduos, mas também com a saúde do planeta, consolidando-se como uma referência no setor de saúde complementar alinhada com os princípios da sustentabilidade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

As informações prestadas no Item 3 deste Formulário sobre as perspectivas e projeções dos negócios, são apenas previsões, as quais são baseadas nas expectativas atuais da Administração em relação ao futuro da Companhia. Tais expectativas estão altamente atreladas a condições de mercado, ao desempenho econômico geral do País, dos setores que a Companhia atua e dos mercados internacionais. Desse modo, os resultados podem diferir das projeções aqui divulgadas.

a. objeto da projeção.

As projeções são calculadas com base no Resultado Gerencial da Companhia, considerando:

- Prêmios/Receitas
- Sinistralidade
- Perda de Crédito
- Índice de eficiência e G&A
- Resultado Financeiro Consolidado
- Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

b. período projetado e o prazo de validade da projeção.

O período projetado é o exercício de 2025, e o prazo de validade das projeções é o ano corrente, ou até que a Administração se manifeste de forma diferente.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

As expectativas divulgadas ao mercado têm como premissa o alinhamento às projeções orçamentárias da Companhia. Para garantir esse alinhamento, são avaliados os orçamentos anuais e a estratégia de diversificação dos negócios da Porto Seguro. Os intervalos das projeções divulgados são definidos de acordo com as expectativas da Administração da Companhia. Vale destacar que são realizadas análises periódicas da aderência entre as expectativas divulgadas e as possíveis revisões orçamentárias ou projeções internas de resultado que eventualmente possam ser realizadas em função de alterações de perspectivas macroeconômicas, do ambiente competitivo ou regulatório, de acordo com o disposto na regulação aplicável.

As projeções refletem meras expectativas da Administração com relação ao futuro dos negócios da Companhia e constitui dado hipotético que não representa, portanto, promessa de desempenho por parte da Companhia ou de sua Administração. A concretização dessas projeções dependerá de diversos fatores que escapam ao controle da Companhia, inclusive o comportamento dos consumidores dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e fatores macroeconômicos, podendo os resultados efetivos diferirem substancialmente das projeções apresentadas.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeções para o exercício de 2025

Apresentamos, na tabela a seguir, as projeções da Porto Seguro para 2025, conforme Fato Relevante divulgado em 14/02/2025:

	Range		Range
Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2024)	+2% a +5%	Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2024)	+25% a +40%
Sinistralidade Vertical	51% a 55%	Sinistralidade Vertical	75% a 80%
Índice de G&A Vertical	10,3% a 11,2%	Índice de G&A Vertical	4,5% a 5,5%

	Range		Range
Var. Receita Total Vertical (vs. 2024)	+14% a +22%	Receita Total Vertical (R\$ bi)	2,5 a 2,8
Perdas de Crédito (R\$ bi)	-1,9 a -2,3	Índice de G&A Vertical	8,0% a 9,0%
Índice de Eficiência	32,5% a 35%		

	Range
Resultado Financeiro (R\$ bi)	1,2 a 1,4
Taxa efetiva	30% a 34%

3.2 Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

As projeções disponibilizadas em 12 de novembro de 2024 foram substituídas pelas novas projeções listadas no fato relevante divulgado em 14 de fevereiro de 2025.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Os resultados apresentados no exercício social de 2024 (já encerrado) se enquadraram nas projeções divulgadas em 12 de novembro de 2024, conforme o seguinte quadro:

					
	Range	Realizado		Range	Realizado
Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2023)	+5% a +10%	+ 7,0% 	Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2023)	+40% a +50%	+ 47,3% 
Sinistralidade Vertical	50% a 54%	51,4% 	Sinistralidade Vertical	75% a 79%	76,1% 
Índice de G&A Vertical	10,5% a 11,5%	10,7% 	Índice de G&A Vertical	5,1% a 6,1%	5,4% 
					
	Range	Realizado		Range	Realizado
Var. Receita Total Vertical (vs. 2023)	+18% a +24%	+ 22,4% 	Receita Total Vertical	2,4 a 2,7 bi	2,5 bi 
Perdas de Crédito (R\$ bi)	-1,75 a -2,05	-1,82 bi 	Índice de G&A Vertical	8,0% a 9,0%	9,0% 
Índice de Eficiência	31% a 35%	32,9% 			
					
	Range	Realizado			
Resultado Financeiro (R\$ bi)	0,85 a 1,0 bi	0,92 bi 			
Taxa efetiva	30,0% a 36,0%	32,7% 			

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções divulgadas em 14 de fevereiro de 2025 seguem válidas.

A Companhia esclarece que as projeções divulgadas refletem as expectativas da Administração com relação aos negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou por outros fatores de risco.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-lo adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, reputação, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Por fim, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta.

(a) Emissor;

A Companhia incorre em Risco de Subscrição, os quais podem ter um efeito adverso significativo nos negócios.

As empresas seguradoras da Companhia gerem o risco de subscrição proveniente da operação de seguros em cinco tipos de riscos: (i) Risco de prêmios, gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento dos sinistros que ainda vão ocorrer naqueles compromissos já assumidos; (ii) Risco de provisão, gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente ao dispêndio financeiro com pagamentos dos sinistros já ocorridos; (iii) Risco de Retenção, gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos; (iv) Risco de aceitação, gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos e (v) Risco de prática de sinistros, gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

I. Risco de Prêmios

Os resultados da Companhia dependem significativamente da consistência entre os sinistros realmente ocorridos e as premissas que são utilizadas para a determinação de preços de produtos (prêmios de seguros) e das obrigações relativas a benefícios e sinistros futuros. Os passivos decorrentes das obrigações relativas a sinistros futuros são determinados com base no pagamento esperado de tais benefícios, calculados por meio de premissas de frequência de sinistros, severidade média, retorno de investimentos, mortalidade, incidência de morbidade, despesas administrativas, retenção de clientes, bem como determinados fatores macroeconômicos, como inflação e taxa de juros. Essas estimativas são baseadas em experiências passadas, projeções atuariais e modelos estatísticos, bem como avaliações feitas pela administração da Companhia e podem diferir da experiência real e, dessa forma, não se pode determinar precisamente os valores a serem definitivamente pagos para liquidar essas obrigações.

Na medida em que os sinistros reais sejam menos favoráveis do que as projeções, é possível que se tenha que aumentar as provisões de sinistros, o que pode gerar um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

II. Risco de Provisão

O processo de determinação das provisões técnicas está sujeito à incerteza quanto ao valor final para liquidação dos sinistros no futuro porque eles poderão ser influenciados por índices de atualização, mudanças na legislação e sinistros de responsabilidade civil facultativa que possuem maior cauda para desenvolvimento, especialmente quando sujeitos a decisões judiciais. O dimensionamento das provisões técnicas leva em consideração o histórico do desenvolvimento do valor dos sinistros desde a sua ocorrência até a sua liquidação definitiva, a utilização de metodologias atualizadas e reconhecidas pela comunidade atuarial e o entendimento dos processos e sistemas da Companhia, através do contato permanente com os departamentos operacionais de sinistros e subscrição. Entretanto, a fixação de um nível apropriado de provisões de sinistros é um processo inerentemente incerto. Os sinistros reais e as despesas de sinistros poderão divergir, em alguns casos significativamente, das estimativas de provisões refletidas nas demonstrações financeiras. Os sinistros reais podem ser maiores que os montantes provisionados devido a diversos fatores, incluindo o aumento no número de sinistros e custos mais altos para a liquidação dos sinistros existentes do que os custos inicialmente estimados. Se as perdas reais forem significativamente superiores às estimativas, a Companhia poderá ser exposta a um aumento significativo em suas provisões técnicas.

Particularmente nas operações de Vida e Previdência complementar o principal risco é o risco biométrico. As premissas atuariais e financeiras utilizadas podem não condizer com a experiência real de mortalidade e longevidade da nossa carteira de clientes e a taxa de juros real pode diferir da taxa projetada, podendo gerar um aumento significativo nas provisões técnicas.

Atualmente, a Companhia comercializa planos individuais e empresariais de previdência complementar. Os planos com garantia mínima de taxas de juros não são comercializados desde o final do ano de 2003, porém ainda há contratos vigentes nessas condições. O principal risco para esses planos é a garantia de remuneração mínima de IGPM + 6% a.a., que a depender da

4.1 Descrição dos fatores de risco

disposição de ativos financeiros no mercado financeiro que no cenário econômico atual pode, gerar a necessidade de constituição de reserva adicional para cobrir potenciais déficits futuros do plano.

Para os demais planos não há taxa de juros contratada para os ativos e os passivos, sendo estas determinadas conforme a rentabilidade obtida na aplicação dos recursos.

III. Risco de Retenção

A contratação de proteções (resseguro, cosseguro entre outros) são realizadas para mitigar o risco de catástrofes e concentração de riscos de valor elevado. A contratação de resseguro não exime a Companhia do pagamento de suas obrigações caso a resseguradora não honre os contratos ressegurados

A Companhia será responsável pelo pagamento dos sinistros aos seus segurados mesmo no caso em que as resseguradoras não cumpram com suas obrigações de acordo com o contrato de resseguro, onerando o resultado da Companhia.

A concentração das receitas no segmento de seguro automóvel pode tornar a Companhia mais sensível às condições desfavoráveis desse segmento.

A carteira de seguros da Companhia é composta por cerca de dois terços dos prêmios de seguros no segmento de automóvel, qualquer condição de mercado desfavorável nesse segmento pode afetar seus negócios.

A concentração regional das receitas pode gerar um impacto negativo nos resultados da Companhia.

IV. Risco de Aceitação

A avaliação do risco abrange a possibilidade de poder estimar e atribuir um prêmio de risco conforme as características e comportamentos do risco, ou que possa ser avaliado por similaridade com outros riscos. O processo de aceitação do risco inclui a validação do risco em manuais internos de procedimentos que contemplam os riscos sem aceitação, riscos com restrições e limitações de valor em risco. As decisões quanto a liberação dos riscos classificados como “sem aceitação” é submetida à avaliação e parecer prévio da Diretoria de Produto Técnica. São exemplos riscos/situações que podem ser classificadas como Sem Aceitação: (a) Atividade empresarial em seguros patrimoniais ou pessoas; (b) Veículos em seguro de automóvel; (c) Tomadores de crédito em seguro de riscos financeiros; (d) Estados, cidades, regiões geográficas, etc.; (e) Emissão de apólices com valores que excedam os limites dos contratos de resseguro; (f) Emissão de apólices com valores que excedam os limites técnicos aprovados quando não houver cobertura de resseguro.

V. Risco de Prática de Sinistros

4.1 Descrição dos fatores de risco

A regularização do sinistro, bem como a sua liquidação, é definida conforme descritas no contrato de seguro. As áreas de sinistros são perfeitamente alinhadas com a política de subscrição de risco, zelando pelo pagamento correto do sinistro, desde que amparado no contrato de seguro. Essas áreas atuam de forma a manter os manuais de regras e procedimentos completos, publicados e atualizados prevendo dentre outras situações, aquelas que devem ser submetidas a um processo de alçada para liberação.

As medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI") da Companhia e de suas controladas poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos, inclusive no que se refere à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar indisponibilidades nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas dependem de sistemas de tecnologia da informação para o desenvolvimento e monitoramento de suas atividades, sendo que esses sistemas são vulneráveis. A título exemplificativo, podem ocorrer falhas de rede, desastres naturais, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas ou cibernéticos, erros de software, avarias, invasões físicas ou eletrônicas, e/ou vírus que podem resultar em fraudes, roubos e/ou destruição de informações em seus sistemas.

Qualquer ação praticada com o objetivo de burlar as medidas de segurança de tecnologia da informação da Companhia ou de suas controladas e de seus produtos e/ou de seus fornecedores teriam potencial para ocasionar a apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e de suas controladas e/ou de seus clientes que estejam armazenadas nos servidores da Companhia ou de suas controladas ou em nuvens públicas por ela homologadas.

Tais ações poderiam também provocar interrupções em serviços ou operações. Adicionalmente, as medidas de segurança de proteção de dados, próprios e de clientes, processados e armazenados pela Companhia e suas controladas, podem ser inadequadas ou insuficientes para impedir violações de segurança, incluindo ataques cibernéticos. Além disso, os sistemas de backup, planos de continuidade de negócios e de recuperação de desastres, podem não cobrir todos estes eventos e sistemas usados.

Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais os aspectos críticos das operações da Companhia e suas controladas dependam poderá ter um efeito adverso sobre seus negócios, reputação, resultados operacionais e condição financeira. Além disso, a Companhia e suas controladas armazenam informações confidenciais relacionadas a seus produtos, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou da Companhia e de suas controladas, poderá sujeitar a Companhia e suas controladas a penalidades civis e criminais, expor a Companhia e suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

controladas a responsabilidades diversas perante os seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Caso a Companhia e suas controladas sejam obrigadas a despendar significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade nos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

Ademais, incêndios ou outros desastres podem afetar as instalações e escritórios administrativos da Companhia e de suas controladas, incluindo bases de dados, o que poderá afetar adversamente atividades administrativas, armazenamento e processamento de dados corporativos, volumes de produção e, conseqüentemente, desempenho financeiro.

Para além disso, caso a Companhia e suas controladas não sejam capazes de efetuar os reparos ou realizar as atualizações necessárias tempestivamente em seus sistemas, e se essa eventual interrupção ou mau funcionamento se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados.

Para que possa atingir suas metas de crescimento, a Companhia e suas controladas precisam melhorar continuamente seus sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se a Companhia não conseguir atualizá-los corretamente, as suas operações poderão ser prejudicadas, o que pode lhe causar efeito adverso.

A concentração das receitas no segmento de seguro automóvel pode tornar a Companhia mais sensível às condições desfavoráveis desse segmento.

A distribuição dos prêmios/faturamento de seguro da Companhia está representada por 50% do total no segmento auto, deste modo, qualquer condição que venha a desfavorecer a modalidade, acarretará em impactos relevantes para o negócio.

Adicionalmente, concentração regional das receitas pode gerar um impacto negativo nos resultados da Companhia, especialmente por questões de aumento dos índices de criminalidade ou climática.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A criação, aquisição ou integração de negócios envolvem certos riscos que podem impactar desfavoravelmente nos resultados da Companhia.

A Companhia possui uma estratégia de diversificação de seus negócios, a qual pode resultar no insucesso de novos projetos e que podem deteriorar o resultado da Companhia. Qualquer aquisição ou fusão de sociedades ou de ativos e a integração dessas sociedades ou desses ativos envolvem certos riscos, dentre os quais destacamos os relacionados a:

- Dificuldades nos processos de integração de novas redes, sistemas de informação, de pessoal, financeiros e de contabilidade, de riscos e outros sistemas de gestão, planejamento financeiro e elaboração de relatórios, produtos e bases de clientes em nosso negócio existente pode enfrentar dificuldades, fazendo com que incorramos em custos inesperados e despesas operacionais, além de gerar demandas adicionais à nossa administração;
- Materialização de passivos ou contingências inesperadas relacionadas com as instituições ou com os ativos adquiridos;
- Autoridades reguladoras e de defesa da concorrência podem impor restrições ou limitações nos termos da aquisição ou fusão, solicitar a alienação de certos ativos ou negócios ou recusar a aprovação de tal transação; e
- As sinergias operacionais e financeiras esperadas e outros benefícios provenientes de tais fusões ou aquisições podem não ser totalmente alcançados.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, a redução de custos e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou incorrer em maiores custos de integração do que o estimado, os resultados das operações e nossa situação financeira podem ser afetados adversamente de forma relevante.

Condições adversas nos índices de criminalidade e catástrofes podem resultar em prejuízos inesperados.

O aumento nos índices de criminalidade no Brasil pode ter impacto direto nos sinistros, afetando significativamente algumas linhas de negócio da Companhia. Os crimes de roubo de veículos, de residências, de empresas, além de incidência de alagamentos, vendavais e outros eventos naturais ou sociais podem comprometer os negócios.

Podem ocorrer falhas em processos internos, erros humanos assim como fraudes internas ou externas, que nos expõem a perdas ou situações adversas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Devido a operação da Companhia, que envolve inúmeros processos e colaboradores, podem ocorrer perdas devido a falhas no processamento de transações com clientes ou fornecedores dado inobservância de procedimentos, regras ou na própria gestão dos processos.

As partes internas podem tentar fraudar ou burlar regulamentos ou normativos legais com o objetivo de obter ganhos próprios ou de terceiros. Adicionalmente, terceiros também podem tentar roubar informações ou fraudar propostas ou sinistros de forma a obter vantagem em transação comercial.

Danos à nossa imagem e marca podem ocasionar na perda de negócios, assim como reduzir as perspectivas de crescimento.

Dependemos de nossa imagem e marca para a condução dos diversos negócios que possuímos em nosso portfólio. Nesse sentido, há diversos aspectos que podem causar danos à nossa marca e provocar perdas de negócios e percepção negativa junto aos clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Incluimos nesses aspectos, mas não se limitando, vazamento de informações de clientes para o público, multas e penalidades impostas por reguladores e órgãos públicos, postura ética falha de nossos colaboradores e administradores assim como terceiros, entre outros aspectos que podem não estar mapeados.

Podemos sofrer perdas na carteira de títulos e valores mobiliários devido ao não cumprimento pela contraparte, incluindo o governo federal brasileiro.

Assim como a grande maioria das demais seguradoras locais, parte relevante da carteira de investimentos é composta por títulos do governo federal brasileiro, que apesar de apresentarem baixo risco de crédito, pode, em última instância, não honrar os pagamentos acordados. Desta forma, podem ocorrer perdas ou redução do desempenho financeiro da Companhia dado a inadimplência.

Adicionalmente, o Grupo atua no mercado de financiamento, empréstimos e crédito por meio da PortoSeg. Assim, alterações no ambiente econômico local como piora do produto interno bruto, aumento do desemprego e endividamento das famílias pode elevar as perdas de crédito do Grupo.

Podemos sofrer perdas em nossas receitas financeiras devido a variações nas condições de mercado, incluindo mudanças nas taxas de juros, preços de ações, câmbio ou commodities.

Parte do resultado da Companhia é composto das receitas financeiras, as quais podem sofrer perdas devido a alterações nas condições de mercado. Ainda que tenhamos controles, limites definidos e cálculo de cenários de estresse para perdas para a gestão da carteira de títulos e

4.1 Descrição dos fatores de risco

valores mobiliários, não é possível estimar com precisão o nível de perda efetivo possível de que podemos incorrer em determinado momento futuro.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas às leis anticorrupção, que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por suas subsidiárias, seus dirigentes, administradores, colaboradores ou ainda por terceiros agindo em seu benefício.

Os processos de prevenção e combate à corrupção, de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia e de suas controladas podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar (a) violações às leis anticorrupção, (b) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (c) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (d) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia e de suas controladas podem resultar em multas e indenizações nas esferas administrativa e civil, além das penalidades no âmbito criminal aos indivíduos que concorrerem para a infração, ocasionando um efeito adverso relevante sobre a reputação, bem como sobre as operações da Companhia e suas controladas, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à lei anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

(b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores;

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR") exerce o controle direto da Companhia, com poderes para direcionar os negócios, definir a política de gestão, de eleger e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, e de aprovar atos que sejam de competência da assembleia de acionistas, inclusive os que dizem respeito a reorganizações societárias e pagamento de dividendos. Os interesses da PSIUPAR podem, eventualmente, e ainda que sempre alinhados com o interesse social, não coincidir com os interesses de parte dos acionistas não controladores da Companhia.

(c) suas controladas e coligadas;

As sociedades controladas pela Companhia que estão sujeitas à regulação podem vir eventualmente a sofrer intervenção por parte dos referidos órgãos, o que poderia afetar diretamente a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente impactada por decisões desfavoráveis em ações judiciais que tenham suas controladas como partes. O resultado das ações ainda pendentes de julgamento é incerto e a Companhia poderá, eventualmente, sofrer efeito adverso se suas obrigações relativas a essas ações judiciais excederem os montantes provisionados para essas contingências.

A controlada Portoseg CFI, que atua no mercado de financiamento, empréstimos e crédito, pode apresentar perdas de crédito acima das esperadas/provisionadas. As perdas de crédito podem aumentar em função de mudanças no ambiente econômico, tais como aumento do desemprego, alto endividamento das famílias ou mesmo crescimento da inflação. A relação de tais variáveis com as perdas efetivas não é constante e replicável a cada ciclo econômico. Os modelos de concessão de crédito, que analisam a probabilidade de perdas e ajudam a definir o valor a ser concedido (se algum) possuem imprecisões inerentes, mesmo quando utilizam vasta experiência passada e ferramentas de mercado de ponta.

Adicionalmente, devido ao ramo de atividade, a Portoseg CFI e a Porto Seguro Locadora de Veículos Ltda. realizam captações com o mercado interbancário e podem sofrer impactos em função de mudanças no ambiente econômico, tais como o aumento de despesas financeiras com os fundings de taxas pós-fixadas, diminuição dos limites de crédito e/ou o aumento das taxas praticadas no mercado interbancário, o que poderia afetar diretamente o resultado da Companhia.

Eventual resultado negativo na operação de suas controladas, por razões macroeconômicas ou ligadas aos específicos e respectivos setores de atuação podem afetar negativamente também o resultado da Companhia.

(d) seus administradores;

A Porto é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências, podendo o Conselho de Administração, dentro dos preceitos legais, delegar competências aos referidos Comitês.

O risco relacionado aos administradores está atrelado à estratégia sobre os trabalhos conduzidos pelos comitês internos. Este impacto poderá incorrer em perdas financeiras, dadas as alterações das condições econômicas e de mercado.

(e) seus fornecedores;

A Porto Seguro S/A, por meio de suas controladas, oferece produtos e serviços a seus clientes, os quais depende do relacionamento com fornecedores, prestadores e terceiros. Possuímos uma rede de prestadores de serviços que atendem nossos clientes como oficinas, serviços de reboque, serviços gerais a residências e pode ser afetada em caso de realização desses serviços sem aderência às práticas constantes nas políticas internas e, ainda, se não for possível, por qualquer razão, prever e manter uma vasta rede de atendimento adequadamente distribuída pelo território nacional.

Adicionalmente, comercializamos seguro saúde, que depende da capacidade de celebrar, renovar contratos e manter relacionamentos com hospitais, médicos, dentistas e outros provedores de serviços de assistência à saúde. Além disso, em determinadas regiões, há prestadores de serviços estratégicos, que se não fizerem parte da rede credenciada da Companhia e de suas controladas, poderão impactar a sua competitividade no mercado de saúde suplementar

(f) seus clientes;

A incerteza relacionada à probabilidade de os clientes não honrarem, total ou parcialmente, com seus compromissos financeiros pode afetar negativamente os resultados da Companhia.

Tal risco pode afetar tanto os seguros de “risco decorrido”, quando o pagamento é realizado após a cobertura de risco já ter sido utilizada, quanto para produtos/serviços de crédito, financiamento, entre outros.

(g) setores da economia nos quais o emissor atue;

Fatores de risco associados a eventos econômicos ou financeiros podem exercer grande influência nos resultados da Companhia, afetando não apenas a evolução de suas receitas com a venda de produtos e serviços, como também o retorno das aplicações de recursos financeiros.

Mesmo antes da pandemia, a expansão da atividade já dependia de uma solução para o nosso problema fiscal, em primeiro lugar, e de uma agenda mais ampla de reformas que

4.1 Descrição dos fatores de risco

viabilizassem o crescimento sustentado da produtividade nacional, em segundo. Dessa maneira, dificuldades nessas dimensões podem comprometer as perspectivas para a economia brasileira mesmo depois de passado o período mais agudo da crise. Sob um ambiente de elevada e persistente incerteza, não são desprezíveis os riscos de postergação de planos de investimentos por parte das empresas, e lenta geração de empregos, o que por sua vez compromete a elevação da renda real e crescimento mais vigoroso do consumo.

Além disso, a economia brasileira é também sensível à deterioração do ambiente externo, de modo que as dificuldades domésticas podem ser aguçadas na eventualidade de uma recuperação da economia global decepcionante. Desdobramentos geopolíticos que prejudicam a recuperação do fluxo de comércio global tendem a exercer maior impacto nas economias emergentes como um todo, e no Brasil em particular.

Sobre os resultados operacionais das várias linhas de negócios da Companhia, destacam-se os seguintes riscos:

- Redução das receitas com a venda de produtos e serviços em virtude de uma desaceleração ou mesmo queda da atividade econômica em geral e da renda em particular;
- Aumento dos sinistros das diversas linhas de negócio;
- Elevação da inadimplência da carteira de crédito;
- Elevação dos custos (serviços terceirizados, peças, tributos, etc.);
- Elevação da inadimplência;
- Compressão de margens.

Já sobre os resultados de aplicações financeiras, enumeramos a seguir alguns dos possíveis riscos a que a Companhia está exposta:

- Maior volatilidade nos preços dos ativos financeiros e, consequentemente, maior instabilidade nos resultados da Companhia;
- Reprecificação acentuada nos valores desses ativos, sobretudo na hipótese de um evento de cauda cuja origem pode ser tanto doméstica como externa;
- Diminuição, mesmo que temporária, da liquidez dos mercados financeiros, limitando a capacidade da Companhia de reduzir sua exposição a alguns desses ativos;
- Redução da oferta de mecanismos de proteção (“hedge”) para a carteira de ativos financeiros, bem como a elevação do risco com as respectivas contrapartes;
- Restrição regulatória sobre ativos passíveis de compor a carteira de investimentos e das reservas técnicas, limitando o escopo da gestão desses recursos e as alternativas de ativos, bem como limitando o potencial de remuneração da carteira de investimentos financeiros.

(h) regulação dos setores em que o emissor atue;

Os setores regulados em que o emissor atua, com destaque para os mercados de seguros, financeiro, de previdência complementar, de assistência privada à saúde e de capitais, estão sujeitos a ampla e rígida regulamentação e supervisão das seguintes autarquias e agências reguladoras: Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Banco Central do Brasil (Bacen); Superintendência Nacional de Seguros Privados (PREVIC); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4.1 Descrição dos fatores de risco

A regulamentação afeta todos os aspectos das operações, inclusive estabelece exigências de capital mínimo, reservas obrigatórias e margem de solvência. Eventuais mudanças nos aspectos regulamentares podem afetar diretamente os resultados operacionais e consequentemente o valor das ações.

Ainda, eventuais alterações em leis, decretos ou regulamentos pelo Governo Federal, podem afetar adversamente as operações.

Para além desses riscos mencionados anteriormente, há ainda aqueles relacionados com intervenções regulatórias que porventura limitem a livre precificação de nossos produtos e serviços, bem como onerem de forma relevante a estrutura de custos desses mesmos produtos e serviços.

O avanço e desenvolvimento de legislações específicas podem afetar diretamente o resultado da Companhia

A regulação específica relacionada às questões socioambientais e climáticas, como gestão de resíduos, mudanças climáticas e licenciamento ambiental ou mesmo a criação de novas legislações podem afetar todos os aspectos das operações, inclusive onerando de forma relevante a estrutura de custos de nossos produtos e serviços.

Colaboradores e prestadores de serviços podem gerar demandas trabalhistas.

As legislações específicas ao trabalho podem levar colaboradores e prestadores a gerarem demandas trabalhistas, implicando assim em possíveis impactos nos resultados, nos valores mobiliários emitidos assim como impactos na imagem da Companhia.

(i) países estrangeiros onde o emissor atue;

O sistema regulatório sob o qual a Companhia trabalha e potenciais mudanças nesse sistema podem causar efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia, bem como sobre o valor de mercado das ações ordinárias.

Mudanças nas leis e regulamentos aos quais estão sujeitas as subsidiárias da Companhia, podem causar efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia. A Companhia possui uma Seguradora atuante no Uruguai denominada Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. O mercado segurador no Uruguai é regulado pelo Banco Central do Uruguai (BCU).

(j) questões sociais;

A Porto Seguro S/A esta exposta ao risco social no que tange a ocorrência de penalidades, sanções, autuações ou multas, especialmente no que tange ao não cumprimento dos direitos humanos, tanto de seus colaboradores, fornecedores e clientes. Ressalta-se adicionalmente que além dos impactos financeiros, a empresa pode ser associada a eventos que podem impactar sua reputação.

Destaca-se que dado os setores de atuação, observa-se aumento da relevância da pauta junto aos reguladores (Banco Central do Brasil e Superintendência de Seguros Privados), os quais nos últimos anos emitiram regulamentações que tangenciam os riscos sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(k) questões ambientais;

A empresa está exposta à uma série de riscos ambientais que incluem poluição e contaminação do solo, ar e água, desmatamento e degradação de ecossistemas, uso insustentável de recursos naturais, mudanças nos padrões climáticos e impactos na biodiversidade, aumento da regulação ambiental e fiscalização, e litígios ambientais.

Dado a diversidade de produtos e negócios os impactos têm magnitude de impacto e frequências em diferentes níveis e classificações. Nesse sentido, a Companhia busca adotar controles e processos para mitigar os riscos potenciais inerentes.

(l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição;

Considerando o ambiente de negócio que a Porto Seguro opera, questões climáticas podem influenciar o negócio da Companhia sob diversas formas.

Alterações climáticas podem resultar em aumento da sinistralidade da Companhia e prejuízos inesperados, dado eventos climáticos extremos, com o aumento de chuvas intensas, ocorrência de granizo, e enchentes e elevação das incidências de raios, impactando o resultado da Companhia, principalmente no seguro automóvel e patrimoniais, principalmente.

Adicionalmente, mudanças no clima podem mudar os padrões já conhecidos de doenças, afetando a morbidade e mortalidade relacionadas àquelas transmitidas por vetores. Além disso, podem alterar determinantes sociais e ambientais da saúde como qualidade do ar e da água, comida suficiente e moradia segura, impactando a sinistralidade do seguro, especialmente de saúde e vida.

A empresa enfrenta riscos climáticos que abrangem eventos extremos, como tempestades, enchentes, secas e ondas de calor, bem como a transição para uma economia com baixo teor de carbono. Esses riscos representam uma ameaça potencial a médio e longo prazo, pois podem resultar em perdas devido a danos físicos a propriedades e interrupções de negócios.

Além disso, a transição para uma economia com baixo teor de carbono pode afetar o valor dos ativos financeiros da empresa, como por exemplo investimentos em empresas. É importante ressaltar que a exposição a esses riscos pode variar de acordo com o modelo de negócio, o enquadramento operacional e o perfil de risco da empresa, e parte dos seus produtos pode estar concentrada em mercados, setores ou áreas geográficas que enfrentam riscos físicos e de transição materialmente relevantes.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores;

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não aplicável, na medida em que na data de preenchimento deste Formulário de Referência a Companhia entende que não há outras questões não compreendidas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- 1) A Companhia incorre em Risco de Subscrição, os quais podem ter um efeito adverso significativo nos negócios.
- 2) As medidas de segurança de tecnologia da informação (“TI”) da Companhia e de suas controladas poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos, inclusive no que se refere à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar indisponibilidades nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia e suas controladas.
- 3) A concentração das receitas no segmento de seguro automóvel pode tornar a Companhia mais sensível às condições desfavoráveis desse segmento.
- 4) A criação, aquisição ou integração de negócios envolvem certos riscos que podem impactar desfavoravelmente nos resultados da Companhia.
- 5) Podem ocorrer falhas em processos internos, erros humanos assim como fraudes internas ou externas, que nos expõem a perdas ou situações adversas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos fatores de risco indicados no item “4.1 – Fatores de Risco”, a Companhia está exposta a riscos de mercado, ou seja, riscos de mudanças em fatores como taxas de juros ou taxas de câmbio, nos preços de ações e indicadores de inflação, que sejam capazes de influenciar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta são: juros pré-fixados, juros pós-fixados, crédito privado, inflação, taxas de câmbio e renda variável.

As operações no mercado de renda fixa são realizadas, principalmente, por meio de títulos públicos. As classes destes títulos e os prazos de vencimento são escolhidos de acordo com o objetivo dos fundos, que recebem recursos de reserva técnica e recursos livres. Os derivativos também são utilizados como instrumentos de proteção e em operações de curto e médio prazos que buscam capturar oportunidades de ganhos. As operações com derivativos são registradas na B3. Além dos títulos públicos e dos derivativos, utiliza-se no mercado de renda fixa títulos expostos ao risco de crédito privado. Tais títulos possuem menor liquidez, em comparação aos títulos públicos, porém com rentabilidade mais atraente.

As operações no mercado de renda variável são realizadas por meio de ações e derivativos (também registrados na B3).

Assim como na renda fixa, o nível de volatilidade está em linha com o objetivo dos fundos.

Um importante fator de risco considerado é a liquidez dos ativos. O monitoramento é realizado de acordo com as características de cada ativo, obedecendo aos limites definidos pelas políticas de risco de crédito e de liquidez.

Em 31/12/2023 a composição da carteira de aplicações de recursos próprios da Companhia era composta da seguinte forma:

Fator de Risco	% PL
Ações	4%
Crédito Privado	9%
Indexados Inflação	39%
Prefixados	21%
Pós-Fixados	28%

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia considera como relevantes os processos cujos valores discutidos envolvam valores superiores a 5% de seu patrimônio líquido e/ou processos que envolvam riscos de imagem ou relacionados a questões societárias relevantes ou, ainda, que possam, de algum modo, influenciar possível decisão de investimento.

Com base nos critérios acima apontados, a Companhia descreve o seguinte processo:

Processo nº.: 0011776-11.2000.4.03.6100 (PIS Lei 9.718/98)	
a. juízo	Justiça Federal da 15ª Vara da Seção Judiciária do Estado de São Paulo
b. instância	Tribunais Superiores
c. data de instauração	12/04/2000
d. partes no processo	Ativa: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e Porto Seguro Vida e Previdência S.A. Passiva: Delegacia Especial das Instituições Financeiras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 786 milhões
f. principais fatos	Obrigatoriedade de recolhimento do PIS sobre seu faturamento, equiparando o conceito de faturamento à totalidade das receitas. Para fins de base de cálculo do PIS, o conceito legal de faturamento foi definido como sendo a receita bruta decorrente da venda de mercadorias ou da prestação de serviços. Ocorre que as empresas seguradoras não possuem faturamento, logo, não há base de cálculo para recolhimento do PIS nos termos desta Lei.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em primeira instância, mandado de segurança julgado parcialmente procedente para afastar tão somente o alargamento da base de cálculo do PIS veiculado pelo art. 3º, §1º, da Lei 9.718/98, deixando consignado, por outro lado, que o valor referente ao prêmio pago pelos segurados deverá ser mantido na base de cálculo da referida exação por se tratar de receita supostamente decorrente da prestação de serviço. Em segunda instância, foi negado provimento ao recurso de apelação das empresas sob o fundamento de que as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, quanto à base de cálculo das instituições financeiras e equiparadas, dentre as quais as operadores de seguro privados, sujeitam-se à incidência do PIS sobre as receitas advindas das atividades típicas da pessoa jurídica, independentemente de sua classificação fiscal e contábil, nas quais se incluem os

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	prêmios pagos pelo segurado e as receitas financeiras.
h. estágio do processo	Impetrado Mandado de Segurança em 12/04/2000, para afastar a exigência do PIS nos termos estipulados pela Lei 9.701/98, relativamente ao período-base de 2000 e subsequentes, garantindo o direito de recolher nos termos da LC nº 7/70, ou, ao menos, sobre a receita bruta advinda dos serviços prestados, afastando a inclusão, na sua base de cálculo, das demais receitas extraídas da Lei nº 9.718/98 (receitas financeiras e receitas advindas de prêmio). Proferida sentença em 16/10/2000 julgando procedente a demanda para conceder a segurança e afastar o alargamento da base de cálculo do PIS veiculado pelo art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98, e garantir o direito das Requerentes ao recolhimento do PIS nos termos da LC nº 7/70. A União Federal interpôs recurso de apelação 09/01/2001. Proferido acórdão em 19/04/2006 dando provimento à remessa oficial para anular a sentença de primeiro grau por considerá-la <i>citra petita</i> e determinar o retorno dos autos à vara de origem para novo julgamento, julgando prejudicado o recurso de apelação da União. Diante da inexistência da causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário em tela após a anulação da sentença, as Requerentes passaram a efetuar, a partir de 24/01/2007, depósitos judiciais nas contas nº 1181.635.2403-0 e 1181.635.2456-1, vinculadas à presente demanda, até o período de vencimento em janeiro de 2015, atraindo, assim, os efeitos do artigo 151, II, do Código Tributário Nacional. Proferida sentença em 11/10/2007 julgando parcialmente procedente a demanda para afastar tão somente o alargamento da base de cálculo do PIS veiculado pelo art. 3º, §1º, da Lei 9.718/98, deixando consignado, por outro lado, que o valor referente ao prêmio pago pelos segurados deverá ser mantido na base de cálculo da referida exação por se

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	tratar de receita supostamente decorrente da prestação de serviço. Interposto recurso de apelação pelas empresas em 13/05/2008. A União Federal também interpôs recurso de apelação em 06/12/2007. Proferido acórdão em 21/02/2013, negando provimento aos recursos de apelação das empresas e da União, sob o fundamento de que as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, quanto à base de cálculo das instituições financeiras e equiparadas, dentre as quais as operadores de seguro privados, sujeitam-se à incidência do PIS sobre as receitas advindas das atividades típicas da pessoa jurídica, independentemente de sua classificação fiscal e contábil, nas quais se incluem os prêmios pagos pelo segurado e as receitas financeiras. Opostos embargos de declaração em 11/03/2013 e proferido, em 18/12/2014, acórdão integrativo que os rejeitou por considerar inexistentes vícios de omissão no acórdão. Interpostos recursos Especial e Extraordinário pelas empresas em 09/02/2015. Proferida decisão em 25/09/2015 determinando o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo do RE nº 609.096/RS (Tema STF 372/RG). Apresentada petição em 16/02/2017 requerendo a conversão em renda em favor da União dos depósitos judiciais, extinguindo o crédito tributário em tela, e a manutenção do sobrestamento dos apelos extremos interpostos até que sobrevenha decisão do STF sobre o Tema 372/RG. A União, em 02/03/2017, discordou do pleito, alegando, que: i) a transformação em pagamento dos depósitos judiciais somente pode ocorrer após o trânsito em julgado da demanda, nos moldes do artigo 1º, § 3º, II, da Lei nº 9.703/98; e que ii) estando a
--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Administração Pública vinculada ao princípio da legalidade, somado ao fato de o referido dispositivo legal não prever tal possibilidade antes da ocorrência do trânsito do feito, os valores deverão permanecer depositados. Em 24/03/2017, foi proferido despacho pelo Desembargador Federal Relator, no sentido de indeferir o pedido de conversão em renda, ante a manifesta discordância da União. Protocolizada petição em 28/03/2017 requerendo a reconsideração da decisão, tendo em vista a insubsistência das alegações fazendárias. Protocolizada petição pela União, em 05/10/2017, informando que aceita a transformação dos depósitos em pagamento definitivo, se a impetrante expressamente renunciar à pretensão formulada na ação em relação a todos os valores que já se encontram depositados. Caso contrário, requer seja rejeitado o seu pedido de transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo em favor da União antes de encerrado o litígio, face à proibição estabelecida no art. 1º, § 3º, II, da Lei 9.703/98, bem como ante a preclusão da questão, que já foi anteriormente decidida. Protocolizada petição pelas empresas em 05/12/2017 informando que, embora tenha interesse na conversão em renda em favor da União dos depósitos judiciais, não pretende renunciar à pretensão formulada na ação. Proferido despacho em 11/01/2018, no sentido de indeferir a conversão em renda, em razão do impasse e determinar o retorno do feito ao sobrestamento. Protocolizada petição em 16/12/2019, requerendo a concessão de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade dos débitos com a apresentação de seguro garantia como contracautela em substituição aos depósitos judiciais realizados, autorizando-se, assim, o levantamento dos valores depositados em juízo.
--	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Em 21/02/2020 foi proferida decisão indeferindo o pedido formulado por ser descabida a substituição por seguro garantia, uma vez que nos termos da jurisprudência do STJ (Súmula 112) somente o depósito judicial tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, II, do CTN. Protocolizada petição, em 13/05/2020 (via e-mail), requerendo a conversão em renda para garantir o direito das empresas de realizar a dedução dos valores depositados na base de cálculo do IRPJ/CSLL, no período crítico da pandemia relacionada à COVID-19. Proferida decisão, em 14/07/2020, indeferindo o pleito das empresas, com base na jurisprudência do STJ, haja vista que o pedido de liberação dos valores depositados contraria frontalmente o art. 1º, §3º, I da Lei 9.703/98, que determina a devolução do valor ao depositante após o encerramento da lide. Providenciada petição nos autos, em 17/05/2023, requerendo o levantamento das receitas financeiras oriundas de aplicações livres de recursos e receitas financeiras de reservas técnicas, que não devem compor a base de cálculo do PIS e, por isso, representam um excesso de depósito judicial, devendo ser, portanto, levantados pelas Requerentes.
i. se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores envolvidos na ação e relevância da tese

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O valor total provisionado no processo indicado no item 4.4 é R\$ 575 milhões.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Na data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não tinham outras contingências relevantes além do processo judicial mencionado no item 4.4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia possui a política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2023. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia revisar a política, no mínimo, anualmente.

Há também políticas e/ou instruções normativas detalhando cada um dos riscos, aprovadas de acordo com a sua alçada de governança, após apreciação do Comitê de Riscos.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. **os riscos para os quais se busca proteção**

Diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, a Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Assim, busca-se proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente o atingimento dos objetivos definidos pela Alta Administração, principalmente:

- Risco de Subscrição
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Capital
- Risco de Mercado e IRRBB
- Risco Operacional
- Risco Reputacional
- Risco de Conformidade (Compliance)
- Risco de Cibernético
- Risco Socioambiental e Climático
- Risco de Terceiros

ii. **os instrumentos utilizados para proteção**

Face os riscos que a Companhia está exposta, são utilizados instrumentos de proteção, entre eles instrumentos financeiros (derivativos), contratos de cessão de risco (resseguro ou cosseguro), instrumentos contratuais e cláusulas específicas (seguros), colaterais (garantias para concessão de crédito), sistemas de aferição de risco, automatizados e manuais, os quais provém métricas e indicadores.

Tais instrumentos proporcionam efetiva mitigação dos riscos aos quais a empresa está exposta, possibilitando a administração tomar ações de maneira tempestiva, caso necessário.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado da Companhia e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Neste sentido, adotou-se a abordagem de três linhas de defesa como base da estrutura de gerenciamento de riscos, conforme descrito abaixo:

- Primeira linha (unidades operacionais): as diversas unidades operacionais e de negócios que lidam diretamente com os negócios da organização têm responsabilidade pelos riscos que decorrem de sua atividade. Desta forma, é esperado que as unidades de negócio adotem procedimentos e controles adequados para que sua gestão esteja alinhada com os apetites as diretrizes definidas pela organização.
- Segunda linha (funções de controle): as funções de controle têm como responsabilidade orientar e supervisionar se os processos e controles definidos pela primeira linha estão de acordo com as diretrizes organizacionais. As funções de controle estão relacionadas principalmente a área de gestão de riscos corporativos, compliance e controles internos.
- Terceira linha (auditoria interna): a função de auditoria interna atua de forma mais ampla e independente na verificação de aderência às diretrizes ao avaliar a eficácia do ambiente de gestão e controle de riscos (supervisão sobre a primeira e segunda linha de defesa.)

A estrutura de gestão de riscos também conta com o apoio de Comitês específicos, como o Comitê de Riscos Integrado (CRI).

O CRI tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. O ambiente de controles internos abrange toda organização, desde o conselho de administração aos colaboradores da Companhia e de suas controladas, através de trabalhos periódicos voltados à efetividade dos processos e controles, bem como ao atendimento das exigências de normas e regulamentações aplicáveis.

A efetividade do ambiente de controles internos é permanentemente avaliada pelos auditores independentes, pela auditoria interna, áreas corporativas de controles internos, compliance e gestão de riscos e supervisionados pelo Comitê de Riscos Integrado e Comitê de Ética e Conduta instalados no âmbito da PSSA, que supervisionam todas as entidades do Grupo Porto, cujos relatórios e reportes periódicos contribuem para ações de melhoria contínua, avaliando diversos temas que percorrem suas operações, seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis. Nos relatórios emitidos nos últimos exercícios, não foram identificadas falhas que pudessem colocar em risco a efetividade do ambiente de controles internos da Companhia e de suas controladas e a continuidade dos seus negócios. Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

- b) as estruturas organizacionais envolvidas:**

A estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas, conforme previsto na Política de Gerenciamento de Riscos, é composta pelo conselho de administração, pela diretoria e pelas áreas de controles internos, compliance e riscos corporativos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao conselho de administração:

- (a) Fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia.
- (b) Aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores.
- (c) Fiscalizar a gestão dos Diretores.
- (d) Examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia.
- (e) Solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos.
- (f) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria.

5.2 Descrição dos controles internos

- (g) Apreciar o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à assembleia geral.
- (h) Estabelecer as alçadas da diretoria para prática de determinados atos, como contratação de endividamento.

Diretoria

Compete à diretoria:

- (a) Avaliar periodicamente, ou sempre que houver mudança significativa no perfil de risco, a eficácia dos controles internos, informando ao conselho de administração os resultados dessas análises e, caso necessário, as respectivas propostas de ação, bem como a adoção, o cumprimento e a manutenção dos processos destinados ao saneamento das deficiências identificadas.
- (b) Orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos sob sua responsabilidade.
- (c) Zelar pela adequação da área de controles internos, bem como a melhoria contínua dos processos e procedimentos a elas relacionados.

Área de Controles Internos:

Compete à área:

- (a) Administrar o sistema de controles internos.
- (b) Fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda.
- (c) Avaliar e testar controles que tenham função de mitigação de riscos que impactam o balanço da empresa, as obrigações regulatórias, a conformidade com os padrões éticos e de conduta ou sua imagem.
- (d) Supervisionar o processo de avaliação de controles em conjunto com a diretoria e assegurar monitoramento constante de riscos e controles.
- (e) Acompanhar a diretoria na implantação de regras e procedimentos de controles internos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas.

Área de Compliance:

Compete à área:

- (a) Assegurar a revisão, aprovação e aplicação e gestão do Programa de Compliance;
- (b) Avaliar a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, a Política de Ética e Conduta e às políticas e aos procedimentos internos da Porto e demais regulamentos que as empresas abrangidas estejam obrigadas a observar;

5.2 Descrição dos controles internos

- (c) Auxiliar as áreas de negócios no atendimento às demandas dos reguladores externos;
- (d) Monitorar a adesão dos colaboradores aos treinamentos obrigatórios relacionados à Governança Corporativa e de Conformidade;
- (e) Promover e disseminar os valores éticos e da cultura de conformidade entre os colaboradores da supervisionada, disseminando o Programa de Compliance, por meio de ações periódicas de aculturação (comunicados e treinamentos), bem como, da manutenção da Política de Ética e Conduta do Grupo Porto.

Estrutura de Gestão de Riscos:

Compete à área:

- (a) Desenvolver e manter esta Política com diretrizes, conceitos e metodologias atualizadas para gerenciamento dos riscos, alinhadas com os requerimentos regulatórios, diretrizes da Companhia e melhores práticas.
- (b) Coordenar a elaboração e as revisões do inventário de riscos, participando, juntamente com as diversas unidades organizacionais, da identificação, avaliação e mensuração de riscos.
- (c) Monitorar o inventário e o perfil de risco e os níveis de exposição, assim como seu alinhamento ao apetite por risco.
- (d) Identificar os processos de trabalho associados aos principais riscos identificados e avaliá-los periodicamente quanto a efetividade das metodologias, ferramentas e controles utilizados para gestão dos riscos, bem como a suficiência e adequação dos recursos humanos e materiais envolvidos nesta atividade nas diversas áreas supervisionadas (1ª linha).
- (e) Reportar, periodicamente e sempre que necessário, os resultados dos monitoramentos e análises de risco a Diretorias, Comitê de Risco Integrado (CRI), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.
- (f) Monitorar periodicamente as exposições a risco, verificando seu alinhamento com os limites estabelecidos, bem como alterações nos ambientes interno e externo, incluindo mudanças significativas na estrutura ou nas operações da supervisionada e riscos novos ou emergentes que possam alterar significativamente o perfil de riscos das empresas.
- (g) Orientar quanto a estratégias e alternativas para gestão de riscos, na medida que isso não comprometa sua independência.
- (h) Participar da análise de mudanças, de forma a auxiliar na avaliação de seus riscos e potenciais implicações/necessidade de alteração na EGR.
- (i) Atuar junto as áreas gestoras em situações de riscos e/ou desenquadramento dos limites, de forma a obter as justificativas e planos de ação necessários.
- (j) Acompanhar a implementação de planos de ação ou medidas corretivas que visem a sanar deficiências da EGR;
- (l) Orientar as unidades operacionais e de negócios (1ª Linha) e Diretoria da Companhia em relação à gestão de riscos e ao reporte de perdas operacionais, assim como executar a sua avaliação e o seu encaminhamento ao regulador.

5.2 Descrição dos controles internos

(m) Auxiliar as diversas unidades operacionais e de negócios na identificação/avaliação de seus riscos atuais e emergentes, sejam eles oriundos de fonte interna ou externa, ocasionados pelas operações da própria supervisionada ou por outras empresas do grupo, e consolidar os resultados de forma a garantir sua consistência.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração através de reportes periódicos realizados tanto pelas áreas de negócio, como pelas áreas corporativas de controles internos, compliance e gestão de riscos corporativos.

A administração da Companhia é responsável por: (a) estabelecer e manter controles internos eficazes das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (b) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos, conforme o disposto em nossa Política de Ética e Conduta; e (c) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

Participam deste ambiente colaborativo de gestão e monitoramento dos controles internos: gestores e diretores responsáveis pelas áreas de negócio, gestores e diretores responsáveis pelas áreas corporativas e conselho de administração.

Todas as oportunidades de melhoria, correção ou adoção de controles internos são realizadas através do estabelecimento de planos de ação que são acompanhados e geridos sistematicamente pelas áreas corporativas de controles internos, compliance, e gestão de riscos. Os planos de ação são constantemente monitorados e avaliados para fins de implementação e atendimento do objetivo esperado. A estrutura de controles internos mencionada, aliadas às revisões e trabalho conjunto da diretoria, do conselho de administração e da área de controles internos, compliance e riscos corporativos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos da Companhia relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Após a finalização dos trabalhos de auditoria por parte do auditor independente e emissão do relatório de auditoria, a administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Resolução CVM 23/2021, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Os trabalhos realizados pelo auditor independente não apontaram deficiências ou recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das

5.2 Descrição dos controles internos

demonstrações financeiras da Companhia. Este também é o entendimento da administração, que considera não haver deficiências significativas nos seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

Destacamos, no entanto, que os planos de ação elaborados para as demais deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente, classificadas como “outras deficiências”, são monitorados mensalmente e reportados periodicamente à alta administração. O processo de avaliação e conclusão das ações tomadas reforça o compromisso da Companhia com a integridade do ambiente de controles internos e com a efetividade dos seus controles.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Não aplicável tendo em vista que, conforme informado no item 5.2 (d) deste Formulário de Referência, no trabalho realizado pelo auditor independente, data base dez/2023, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sim, a Companhia e suas controladas possuem regras, políticas e procedimentos/práticas para a prevenção detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

As empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, realizam mapeamento periódico dos processos das áreas de negócios, a fim de identificar o nível de exposição aos riscos de corrupção e auxiliam na implementação e no monitoramento dos controles necessários para mitigação destes riscos. Adicionalmente, são realizados testes de controles periódicos pela área de controles internos, bem como avaliação anual da auditoria interna. Também são aplicados treinamentos presenciais e web-aula sobre o tema aos colaboradores, líderes e alta administração, contendo os principais pontos trazidos pelas normas anticorrupção, como atos lesivos, sanções aplicáveis e critérios do programa de Compliance do Grupo Porto.

Além da disponibilização da Política Corporativa Anticorrupção e do Programa de Compliance, a Política de Ética e Conduta é disponibilizada para consulta na intranet da empresa e no site de Relações com Investidores. Esses documentos incluem diretrizes e orientações para prevenir atos de corrupção, atos fraudulentos e outros atos ilícitos, no intuito de possibilitar uma atuação em conformidade com as legislações vigentes. Também são adotados critérios de prevenção e controle para o público de prestadores de serviços e fornecedores, como avaliação de conduta.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os mecanismos e procedimentos de integridade das empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, são geridos pela gerência de compliance, responsável pela identificação, monitoramento e gestão dos riscos de integridade da empresa, bem como a conformidade dos processos com regulamentos internos e externos. A gerência é subordinada à diretoria jurídica e se reporta periodicamente aos comitês de riscos, de auditoria e de ética e conduta instalados no âmbito da PSSA, e que supervisionam todas as empresas do Grupo Porto. De forma independente, a auditoria interna realiza avaliação anual dos controles internos relacionados ao Programa de Compliance. Dessa forma, entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas operações.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, o grupo Porto possui Política de Ética e Conduta formalmente aprovada.

5.3 Programa de integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

A Política de Ética e Conduta é aplicável a todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e terceiros em geral, sendo parte integrante dos contratos de admissão dos colaboradores e também disponibilizado para consulta na intranet, além de haver divulgação a cada atualização.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.**

As violações são avaliadas pelas áreas de compliance e de inspetoria - a depender do tema - e pela diretoria da Companhia, para posterior aplicação das medidas cabíveis, que podem ser de natureza administrativa (advertência, suspensão, rescisão contratual, entre outros) ou judicial.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Política de Ética é revisada pelo Comitê de Ética e Conduta da Porto e a última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2023. O arquivo é disponibilizado para consulta na intranet da empresa e no site de Relações com Investidores

(<http://ri.portoseguro.com.br/governanca-corporativa/estatuto-socialpoliiticas-e-manuais/>).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo.**

Sim, a Porto Seguro possui Canal de Denúncias, que pode ser acessado pelo site

<https://www.portoseguro.com.br/fale-conosco/contatos/canal-de-denuncia> ou pelo telefone 0800 707 0015 (telefone exclusivo para atendimento de colaboradores).

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.**

O canal de denúncias é corporativo (Grupo Porto), gerido internamente e recepciona denúncias que sejam relativas e provenientes de todas as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.**

O canal online está apto para recebimento de relatos do público interno e externo, independentemente do tipo de relação com a empresa, entretanto, o número de telefone é exclusivo para recepção denúncias de colaboradores.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé.**

Além de ter a identidade preservada, bem como toda a condução do caso ser tratado com sigilo, a Companhia não admite que o denunciante de boa-fé sofra qualquer tipo de retaliação. A denúncia pode ser registrada, mantendo-se o anonimato e será recepcionada da mesma forma para o tratamento.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A apuração das denúncias é realizada internamente pela área da Inspeção e pelas áreas de governança.

5.3 Programa de integridade

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas (orientação: A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados)

Não há casos identificados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não Aplicável.

5.4 Alterações significativas

Não houve, no último ano, alterações significativas dos principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

Não há nenhuma questão adicional.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Jayme Brasil Garfinkel						
525.260.388-04	Brasil	Sim	Sim	10/10/2022		
Não						
8	0,000	0	0,000	8	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.						
11.342.322/0001-35	Brasil	Sim	Sim	25/10/2021		
Não						
457.883.778	70,816	0	0,000	457.883.778	70,816	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
4.880.128	0,755	0	0,000	4.880.128	0,755	
OUTROS						
183.822.146	28,430	0	0,000	183.822.146	28,430	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
646.586.060	100,000	0	0,000	646.586.060	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.				11.342.322/0001-35		
Itaú Seguros S.A.						
61.557.039/0001-07	Brasil	Sim	Não	30/11/2009		
Não						
1.833.232	0,801	0	0,000	1.833.232	0,801	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Itaú Unibanco S.A.						
60.701.190/0001-04	Brasil	Sim	Não	17/11/2016		
Não						
43.651.038	19,066	0	0,000	43.651.038	19,066	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ITAUSEG PARTICIPAÇÕES S.A						
07.256.507/0001-50	Brasil	Sim	Não	30/04/2013		
Não						
52.808.249	23,066	0	0,000	52.808.249	23,066	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.				11.342.322/0001-35		
Jayme Brasil Garfinkel						
525.260.388-04	Brasil	Sim	Sim	01/07/2017		
Não						
458.802	0,200	0	0,000	458.802	0,200	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Pares Empreend. e Partic. S/A						
43.761.758/0001-55	Brasil	Sim	Sim	15/04/2011		
Não						
94.021.035	41,068	0	0,000	94.021.035	41,068	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO S/A						
59.884.445/0001-24	Brasil	Sim	Sim	29/03/2012		
Não						
36.169.533	15,799	0	0,000	36.169.533	15,799	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.				11.342.322/0001-35		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
228.941.889	100,000	0	0,000	228.941.889	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Pares Empreend. e Partic. S/A				43.761.758/0001-55		
Ana Luiza Campos Garfinkel						
299.713.918-05	Brasil	Sim	Não	15/04/2011		
Não						
10.192.058	18,312	6.794.705	50,000	16.986.763	24,531	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Bruno Campos Garfinkel						
267.737.238-09	Brasil	Sim	Não	15/04/2011		
Não						
10.192.058	18,312	6.794.705	50,000	16.986.763	24,531	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Cleusa Campos Garfinkel						
410.929.458-49	Brasil	Sim	Não	15/04/2011		
Não						
16.986.763	30,521	0	0,000	16.986.763	24,531	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Pares Empreend. e Partic. S/A				43.761.758/0001-55	
Jayme Brasil Garfinkel					
525.260.388-04	Brasil	Sim	Sim	01/07/2017	
Não					
18.285.878	32,855	0	0,000	18.285.878	26,407
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
55.656.757	100,000	13.589.410	100,000	69.246.167	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO S/A				59.884.445/0001-24		
Jayme Brasil Garfinkel						
525.260.388-04	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024		
Não						
3.365.289	100,000	0	0,000	3.365.289	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
3.365.289	100,000	0	0,000	3.365.289	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/03/2024
Quantidade acionistas pessoa física	127.965
Quantidade acionistas pessoa jurídica	407
Quantidade investidores institucionais	512

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	182.560.698	28,235%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	182.560.698	28,235%

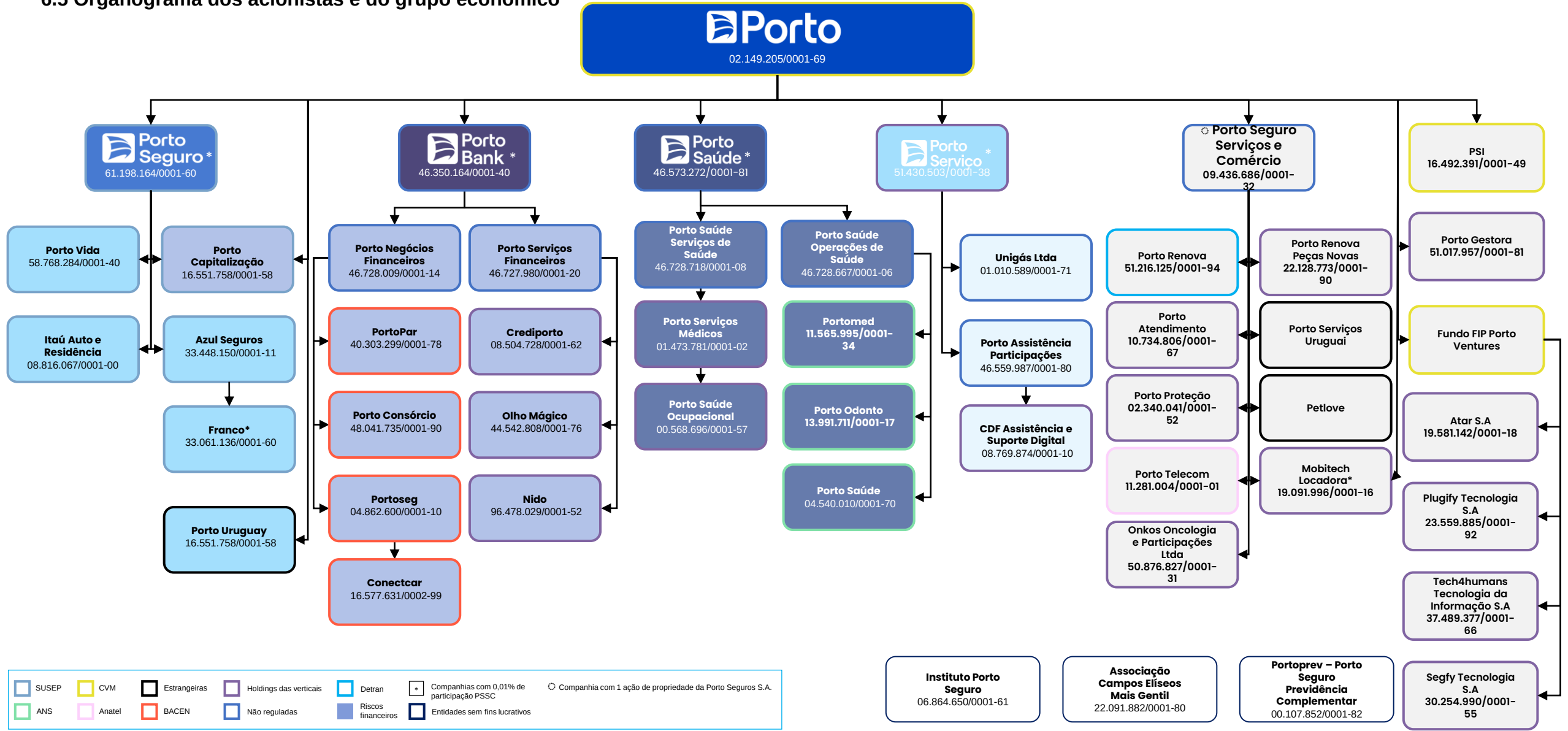
Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Azul Companhia De Seguros Gerais	33.448.150/0001-11	100
CDF Assistências Ltda.	52.570.231/0001-34	100
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	08.816.067/0001-00	100
PORTO BANK S.A.	46.350.164/0001-40	99,99
PORTO SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.	46.573.272/0001-81	99,99
PORTO SEGURO – SEGURO SAÚDE S.A.	04.540.010/0001-70	100
PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.	48.041.735/0001-90	100
PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A	16.551.758/0001-58	99,99
Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais	61.198.164/0001-60	99,99
PORTO SEGURO GESTORA DE RECURSOS LTDA.	51.017.957/0001-81	100
Porto Seguro Investimentos S.A.	16.492.391/0001-49	100
Porto Seguro Serviços E Comercio S.A	09.436.686/0001-32	99,99
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	58.768.284/0001-40	100
PORTO SERVIÇO S.A.	51.430.503/0001-38	99,99
PORTOSEG S.A. – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	04.862.600/0001-10	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações, além das já prestadas, que julgamos ser relevantes nesse item.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Política de Indicação e Sucessão de Administradores prevê regras e critérios a serem observados nos processos de seleção e indicação de membros para a administração das sociedades que formam o Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas Controladas. A política prevê que o processo de indicação deverá considerar a complementaridade de competências, disponibilidade de tempo para o exercício da função e diversidade, considerados os critérios relacionados na referida política. Os processos de seleção e de indicação dos membros aos cargos da administração devem observar ainda os seguintes critérios: (i) a compatibilidade entre as competências e valores dos potenciais candidatos e a identidade da Companhia, alinhadas aos valores, missão, visão e princípios profissionais; (ii) a meritocracia, evidenciada por meio da contínua demonstração de potencial e alcance de resultados e da experiência adquirida ao longo dos anos; (iii) a compatibilidade entre as qualificações do candidato à vaga e as especificidades inerentes ao exercício do cargo, de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor; (iv) o conhecimento, por parte dos indicados, da legislação e da responsabilização por sua atuação; e (v) a participação no rodízio de funções e o encarreiramento interno, salvo em caráter excepcional de recrutamento externo. Adicionalmente, os critérios que subsidiarão a análise dos processos de indicação, devem estar embasados: (i) no estatuto social; (ii) nas demais normas internas da Companhia e do Grupo Porto; e (iii) na legislação vigente.

Compete ao Conselho de Administração, com suporte e assessoramento do Comitê de Pessoas e Cultura, aprovar, supervisionar e controlar os processos relativos ao planejamento, à operacionalização, à manutenção e à revisão das regras e procedimentos descritos na referida política. Ao Comitê de Pessoas compete especificamente: (i) avaliar o perfil dos principais cargos de liderança, levando em conta os desafios da Corporação Porto Seguro, sugerindo adequações e correções, se necessário e (ii) revisar periodicamente, aprimorar e recomendar melhorias nos critérios e procedimentos estabelecidos na referida política. A área de Recursos Humanos deverá apoiar nas decisões e processos internos, gerando análises, relatórios, matrizes de avaliação e documentação suporte do procedimento adotado para seleção e escolha de sucessores. A área Jurídica será responsável pela documentação e instrução dos processos de eleição dos administradores e aprovação formal perante os órgãos reguladores, observando ainda o atendimento das condições e dos requisitos mínimos definidos na referida política.

A Política de Indicação e Sucessão de Administradores foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de outubro de 2018 e revisada em 15 de dezembro de 2020. Referida política está disponível nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri).

O Conselho Fiscal da Companhia não funciona em caráter permanente e só será instalado quando solicitado por acionistas, na forma da lei. O Conselho Fiscal foi instalado nos exercícios de 2021 e 2022 e não foi instalado para os exercícios de 2023 e 2024.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, todos residentes no Brasil e que não façam parte da administração da Companhia, e igual número de suplentes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O funcionamento, remuneração, competência, deveres e responsabilidades de seus membros obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

O Conselho Fiscal possui regimento próprio aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 20.04.2018. Referido documento está disponível na CVM e na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>).

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O processo formal de avaliação de desempenho dos administradores foi implementado pela Companhia, tendo se iniciado para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, como órgão colegiado, do presidente do Conselho de Administração, e da secretaria de governança e posteriormente expandido para abranger os conselheiros, individualmente considerados, todos os comitês ligados ao Conselho de Administração, a Diretoria, como órgão colegiado, e o diretor presidente da Companhia, com ciclos de avaliação realizados a cada mandato. A partir de 2024, o processo passará a ser realizado anualmente.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O Conselho de Administração, a Diretoria e os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são avaliados constantemente pela frequência e participação nas reuniões, sendo analisados o envolvimento, a forma de atuação e condução dos negócios da Corporação Porto Seguro, pautados com base no estatuto social, nos regimentos dos comitês, no cumprimento da legislação aplicável, bem como no Código de Boas Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. A cada ciclo de dois anos, é realizado um processo formal de avaliação de desempenho, conduzido pelo Conselho de Administração, em que os membros do Conselho de Administração respondem a perguntas a respeito do funcionamento de cada órgão, bem como do desempenho individual de cada membro do Conselho de Administração (autoavaliação), do Presidente do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e do Secretário de Governança.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração busca prevenir, identificar e administrar os potenciais conflitos de interesses que podem surgir entre aqueles que fazem parte da Governança da Companhia, adotando preceitos de transparência e equidade, especialmente nas operações eventualmente realizadas entre partes relacionadas. O membro do Conselho de Administração eleito não poderá exercer direito de voto na hipótese de se configurar qualquer impedimento superveniente à sua eleição, nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia. Nos termos de seu regimento interno os conselheiros deverão ainda atuar de forma isenta, sendo que, para prevenir casos de conflito de interesses as seguintes regras deverão ser observadas: (i) cabe a cada membro informar ao Conselho seu eventual conflito de interesse tão logo o assunto seja incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho e, de qualquer

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

forma, antes do início de qualquer discussão sobre cada tema; (ii) se o próprio Conselheiro não se manifestar, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato, deverá informá-lo ao Presidente do Conselho; (iii) tão logo identificado o conflito de interesses, o Conselheiro não poderá ter acesso a informações, bem como exercer voto sobre aquele determinado assunto; e, (iv) na primeira reunião que seguir o ato de sua eleição, o Conselheiro eleito deverá informar aos membros do Conselho: (a) as principais atividades que desenvolva externas à Companhia; (b) a participação em conselhos de outras empresas; e (c) o relacionamento comercial com empresas do Conglomerado Porto Seguro, inclusive se prestam serviços a essas empresas. Essas informações devem ser prestadas sempre que houver um novo evento que enseje a atualização desse tipo de informação.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Conselho de Administração:

7 membros, sendo 5 membros autodeclarados como do gênero masculino e 2 membros do gênero feminino

Diretoria:

8 membros, sendo todos autodeclarados como do gênero masculino

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Conselho de Administração:

7 membros, sendo todos autodeclarados como de cor branca

Diretoria:

8 membros, sendo todos autodeclarados como de cor branca

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Comitê de Risco Integrado é o órgão responsável por zelar pelo cumprimento das políticas de gestão de riscos (incluindo a Política de Gestão de Risco Socioambiental e Climático), a efetividade do processo de gerenciamento de riscos, assim como prover recomendações relacionadas ao apetite e limites de exposição por tipo de risco.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	2	13	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	0	15	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria:

Composta por 8 membros, com poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, competindo-lhe ainda administrar e gerir os negócios da Companhia, com atribuições especialmente previstas no estatuto social da Companhia. A Diretoria possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018.

Comitê de Auditoria:

A Companhia possui um Comitê de Auditoria permanente, previsto em seu Estatuto Social desde 29 de março de 2018, no entanto não regulamentado pela CVM. O Comitê possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018 e atualizado em 31 de março de 2021. O Comitê de Auditoria é coordenado por um membro independente do Conselho de Administração e um de seus integrantes possui conhecimento comprovado nas áreas de contabilidade e auditoria.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018 e atualizado em 23 de junho de 2021.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018 e atualizado em 06 de dezembro de 2023.

Comitê de Pessoas e Cultura:

O Comitê de Pessoas e Cultura possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2023. Esse comitê unificou os Comitês de Remuneração e de Pessoas, que deixaram de existir individualmente nessa data.

Comitê de Clientes, Marketing e Digital:

O Comitê de Clientes, Marketing e Digital possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2023. Esse comitê unificou o Comitê de Marketing e o Comitê Digital, que deixaram de existir individualmente nessa data.

Comitê de Finanças Corporativas:

O Comitê de Finanças Corporativas, nova denominação do Comitê de Investimentos, possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018 e atualizado em 06 de dezembro de 2023.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2023.

Auditoria Interna:

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A Auditoria Interna da Porto Seguro é composta pela Diretoria de Auditoria Interna que se reporta ao Conselho de Administração, possuindo lideranças específicas para o desempenho das atividades nos diversos segmentos de atuação.

Os regimentos do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês de Assessoramento estão disponíveis na CVM e na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente por intermédio do Comitê de Auditoria.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditores Independentes, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece que a empresa de auditoria independente poderá, eventualmente, ser contratada para a realização de outros serviços, desde que: (i) esses serviços não impactem a sua independência (como definido acima); (ii) sejam previamente aprovados pelo Comitê de Auditoria; e (iii) esses serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Referida política está disponível na CVM e na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>).

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Grupo Porto dispõe de um canal de denúncias corporativo, por meio do qual é possível receber qualquer caso de fraude, corrupção, desvios éticos e de conduta, bem como sobre questões relacionadas a práticas de ASG e de conformidade.

O Comitê de Ética e Conduta é o órgão responsável pelo acompanhamento das denúncias realizadas por intermédio desse canal, reportando diretamente ao Conselho de Administração, quando necessário.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome

André Luís Teixeira Rodrigues

CPF:

799.914.406-15

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

11/08/1973

Experiência Profissional:

André Luís Teixeira Rodrigues é Diretor Executivo no Grupo Itaú Unibanco desde 2008. Atualmente é Diretor Executivo Coordenador do Banco de Varejo, que compreende os segmentos Itaú Agências, Itaú Personnalité, Área Empresas, Poder Público e Folhas de Pagamentos, além de responsável no Varejo pelas áreas de Produtos e Franquias PF e PJ, CRM, Canais Digitais e UX. Iniciou sua carreira no Grupo Itaú Unibanco em 2000, é Diretor desde 2005, foi Diretor Executivo entre 2008 a 2020, tendo atuado no Banco Itaú BBA desde sua criação em 2003 até 2018 e a partir de 2019 no Banco de Varejo. É ainda, membro do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. É bacharel em Engenharia Mecânica Habilitação: Automação e Sistemas ("Mecatrônica"), pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Conselho de Administração (Efetivo)		28/03/2024	Sim	24/03/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Bruno Campos Garfinkel

CPF: 267.737.238-09

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de empresas

Data de Nascimento: 26/10/1977

Experiência Profissional:

Bruno Campos Garfinkel é graduado em administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, cursou MBA na Boston University em 2004. Iniciou sua trajetória no Grupo Porto em 2004 como trainee na Azul Companhia de Seguros Gerais, ocupando a posição de gerente geral de sucursal (São Paulo). Na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais assumiu a posição de diretor regional em 2008, ocupando cargos de gerente de processos e sistemas de sinistros e de superintendente de sinistro auto; Eleito em 2013 como diretor de sinistros e em 2015 também como diretor de produto – automóvel, permanecendo nesses cargos até a sua eleição como membro do conselho de administração da Companhia em 2017. No conselho, passou a ocupar o cargo de presidente em maio de 2019. É também Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia, e membro do Conselho de Administração da Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. desde outubro de 2021, da Porto Assistência Participações S.A. desde agosto de 2022, e da Porto Serviço S.A. e da Porto Saúde Participações S.A., desde maio de 2024. Ocupa ainda cargos na diretoria da Pétalas Empreendimentos e Participações S.A., Pares Empreendimentos e Participações S.A., holding, e da Rosag Empreendimentos e Participações S.A., holding, sendo as duas últimas sociedades controladoras da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. Antes de ingressar no Grupo Porto, ocupou o cargo de gerente de investimento private no Banco CCF – Banco de Investimento (1999-2001).

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Presidente do Conselho de Administração		28/03/2024	Sim	29/03/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Celso Damadi

CPF: 074.935.318-03

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 28/05/1969

Experiência Profissional:

Celso Damadi é contador, formado pela Universidade Mackenzie (1996). Concluiu, em 2001, o curso de controladoria e, em novembro/2005, o MBA em gestão empresarial, ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 2005, como gerente de controladoria, assumiu o cargo de superintendente de controladoria em 2010, promovido a diretor de controladoria em agosto de 2011, passando a responder como Diretor Geral – Financeiro e Controladoria em 2016, e desde março de 2020 ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos na Companhia e nas demais sociedades do Grupo Porto. É membro do conselho de administração e diretor vice-presidente – financeiro, controladoria e investimentos da Porto Serviço S.A. e da Porto Saúde Participações S.A. É ainda membro do conselho de administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos	28/03/2024	Sim	29/03/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome DOMINGOS DE TOLEDO
PIZA FALAVINA

CPF: 214.175.878-57

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 03/02/1984

Experiência Profissional:

Domingos de Toledo Piza Falavina possui uma vasta experiência profissional com atuação em empresas do mercado financeiro como JP Morgan, onde atuou de maio de 2012 a agosto de 2023. Atuou também, anteriormente, no Itaú, UBS, entre outras empresas deste segmento. É graduado em administração de empresas, com especializações em finanças, comércio exterior e administração, pela University of Missouri St. Louis e mestre em riscos financeiros pela faculdade Stern, New York University (NYU). No Grupo Porto, também atua como diretor de relações com investidores da Porto Serviço S.A. e da Porto Saúde Participações S.A. e como diretor na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, controlada direta da PSSA, e na Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., controlada indireta da Companhia.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Diretor de Relações com Investidores		28/03/2024	Sim	01/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome José Rivaldo Leite da Silva

CPF: 047.332.458-07

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 08/08/1965

Experiência Profissional: José Rivaldo Leite da Silva é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Senador Fláquer (1995), especialista em Gestão em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing ESPM, cursou ainda, especialização em Formação de Consultores pela Adigo (2007). Ingressou na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sociedade seguradora controlada pela Companhia, em 1996, como Gerente de Produção de Regional, assumindo o cargo de Gerente de Produção de Sucursal em 2000. Em 2006, assumiu o cargo de Superintendente de Sucursal, sendo nomeado Diretor Regional em setembro de 2007 e, ocupou até outubro de 2009, o cargo de Diretor de Produção, em março de 2016 passou a responder como Diretor Geral Corretores de Seguros e Vendas On-Line. Assumiu em março de 2020 o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing, onde atuou até março de 2023, tendo seguido como Diretor Vice-Presidente Comercial até 06 de setembro de 2023 e atualmente é Diretor Vice-Presidente Seguros da Companhia. É CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente Comercial nas seguintes sociedades controladas diretamente e indiretamente da Companhia: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., Porto Seguro Vida e Previdência S.A., Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Seguro Saúde S.A. Porto Seguro - Seguros Del Uruguay S.A. (sociedades seguradoras). É Diretor Vice-Presidente nas sociedades: Porto Seguro Capitalização S.A. (sociedade de capitalização) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda., Mobitech Locadora de Veículos S.A. (sociedades prestadoras de serviços), Porto Saúde Participações S.A., Porto Saúde Operações S.A., Porto Saúde Serviços S.A., Porto Bank S.A., Porto Negócios Financeiros S.A. e Porto Serviços Financeiros S.A. Ocupou ainda, o cargo de Diretor na sociedade Porto Seguro Atendimento Ltda. no período entre novembro de 2013 a junho de 2016 e na Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. entre janeiro de 2020 e janeiro de 2022.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente – Seguros	28/03/2024	Sim	30/06/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Lene Araújo de Lima

CPF: 118.454.608-80

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogado

Data de Nascimento: 10/07/1972

Experiência Profissional:

Lene Araújo de Lima é advogado, graduado pela Universidade Braz Cubas (1997), especialista em Processo Civil pela COGEAE/PUC-SP (2000) com MBA Executivo Internacional pela Fundação Instituto de Administração de São Paulo FIA (2008). Iniciou sua carreira na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sociedade seguradora controlada pela Companhia, em 1994, no Departamento Jurídico. Em 2002, foi promovido à Gerente Jurídico e, em junho de 2008, assumiu a Diretoria Jurídica, sendo responsável pelas áreas Jurídica, Sindicância, Prevenção à Fraude, Controles Internos, Suprimentos, Obras, Processos, Projetos e Segurança Corporativa. Foi também Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional da Companhia e das sociedades integrantes do Grupo Porto até 2023. Atualmente, é Diretor Vice-Presidente – Serviços da Companhia e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Porto Serviço S.A. e de suas controladas: Unigás Ltda.; CDF Assistências Ltda.; CDF Assistência e Suporte Digital S.A.; e Porto Assistência Participações S.A.; Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Portoprev Porto Seguro Previdência Complementar até maio de 2015.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente – Serviços	28/03/2024	Sim	29/07/2011

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Lie Uema do Carmo

CPF: 275.817.378-61

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogada e Professora

Data de Nascimento: 19/12/1976

Experiência Profissional:

Lie Uema do Carmo é advogada com mais de 20 anos de experiência profissional com atuação em grandes escritórios de São Paulo, com foco nas áreas Societária, M&A, Mercado de Capitais, Contratos Empresariais, Fundos de Investimento, Governança Corporativa e Compliance, Arbitragem e Direito da Construção. Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) (2009), cum laude. Visiting scholar, Law School, Columbia University, EUA (2011). Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2006). LL.M. pela University of Chicago (2003). Especialização em Direito do Comércio Internacional pela University Institute of European Studies and International Labor Organization (1999). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1998). Professora da Graduação e do Mestrado Profissional na FGV Direito SP. Foi coordenadora do Mestrado Profissional da FGV Direito SP e de diversos cursos de especialização lato sensu da mesma escola. Foi membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro S.A. em dois períodos (2005-2010 e 2015-2020). A Sra. Lie Carmo é considerada membro independente de acordo os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/03/2024	Sim	31/07/2023

Nome Luiz Augusto de Medeiros Arruda

CPF: 286.554.708-64

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 09/02/1980

Experiência Profissional: Luiz Augusto de Medeiros Arruda é bacharel em economia pela PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desde 2002 e cursou a Harvard Business School OPM Program no período de 2018 a 2020. Na Companhia foi eleito para o cargo de Diretor Vice-Presidente Marketing, Clientes e Dados da Companhia em 31 de março de 2023, tendo sido eleito também em 06 de setembro de 2023 para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial. Ocupa atualmente também o cargo de Diretor Vice-Presidente Marketing, Clientes e Dados nas seguintes sociedades controladas direta ou indiretamente da Companhia: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., Porto Seguro Vida e Previdência S.A., Azul Companhia de Seguros Gerais e Porto Seguro Seguro Saúde S.A. (sociedades seguradoras); Porto Seguro Capitalização (sociedade de capitalização); Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., (sociedade prestadora de serviços); e Porto Seguro - Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (sociedade de consultoria e assessoria em saúde ocupacional e segurança do trabalho). Atuou ainda como Sócio/Diretor na Quiz Brasil, nos anos de 2002 a 2010 e como Sócio/Diretor na Avantgarde na América do Sul e como Membro do Board Global nos anos de 2011 a 2020.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing	28/03/2024	Sim	31/03/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Marco Ambrogio Crespi Bonomi **CPF:** 700.536.698-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 06/05/1956

Experiência Profissional: Marco Ambrogio Crespi Bonomi é graduado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado FAAP (1978). Tem cursos de aperfeiçoamento executivo financeiro pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo, e de mercado de capitais pela Universidade de Nova York. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia. Foi membro independente do Conselho de Administração no Grupo Itaú Unibanco de 2017 a 2022. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Geral (2015 a 2017). Foi Vice-Presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI) (2004 a 2011).
Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Vice Presidente Cons. de Administração		28/03/2024	Sim	29/03/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Marcos Roberto Loução

CPF: 857.239.919-49

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Estatístico

Data de Nascimento: 23/07/1974

Experiência Profissional:

Marcos Roberto Loução é estatístico, formado pela Universidade Federal do Paraná no ano de 2000, concluiu o curso de pós-graduação em Gestão de Projetos PMI/FGV em 2003, e em 2004, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral e neste mesmo ano concluiu Pós MBA pela Kellog School of Management. Ingressou na Companhia em abril de 2008 como Gerente de Risco e Operações na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sociedade controlada pela Companhia, onde ocupou os cargos de Diretor, de outubro de 2013 a março de 2018, Diretor de Produto Ramos Elementares, de março de 2018 à março de 2019, e atualmente o cargo de Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros na Porto Seguro S.A. ("Companhia"), tendo sido eleito em março de 2019, e Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, tendo sido eleito em março de 2022. É Diretor Presidente nas seguintes controladas da Companhia: Porto Bank S.A., Porto Negócios Financeiros S.A., Porto Serviços Financeiros S.A., Porto Seguro Capitalização S.A., Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda., Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. É Diretor Vice-Presidente nas seguintes controladas da Companhia: Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. e Diretor Presidente na Mobitech Locadora de Veículos S.A. Ainda, é Diretor nas seguintes empresas: Crediporto Promotora de Serviços Ltda., Porto Seguro Renova Serviços e Comércio Ltda., Porto Seguro Renova – Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda., Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. Foi membro do Conselho de Administração da Porto Assistência Participações S.A. de agosto de 2022 a agosto de 2024. É atualmente membro do Conselho de Administração da Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros	28/03/2024	Sim	29/03/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome PATRÍCIA M. MURATORI CALFAT

CPF: 278.068.078-45

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Publicitária

Data de Nascimento: 06/08/1977

Experiência Profissional:

Patricia M. Muratori Calfat é formada em Publicidade pela Universidade Paulista, Unip em 1999 e Alumni na Harvard Business School, onde cursou Business Administration and Management, Operations no Program of Leadership Development entre 2016 e 2018 e Pós graduada em Direitos Humanos pela PUC-RS em 2021. Foi Diretora Geral de Mídia na DM9DDDB Brasil entre Agosto de 2009 e Setembro de 2013. Já exerceu o cargo de Head de Vendas Telecom entre Setembro de 2013 e Setembro de 2016 e Head de Vendas Varejo entre Outubro de 2016 até Fevereiro de 2019, é membro independente do Conselho de Administração Rio Alto Energias Renováveis S.A. desde janeiro de 2021 e na Google Brasil exerce, atualmente, o cargo de Diretora do Youtube na América Latina. A Sra. Patricia Calfat é considerado membro independente de acordo os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/03/2024	Sim	31/03/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome PAULO SERGIO KAKINOFF

CPF: 194.344.518-41

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de empresas

Data de Nascimento: 06/09/1974

Experiência Profissional:

Paulo Sérgio Kakinoff é Diretor Presidente da Companhia, eleito em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de janeiro de 2024. Iniciou sua trajetória na Porto em março de 2020, atuando como membro do Conselho de Administração, cargo que ocupou até julho de 2023. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, começou sua carreira na indústria automobilística, onde atuou por 18 anos. Ocupou o cargo de Diretor Presidente da GOL Linhas Aéreas de 2012 a 2022, tendo sido anteriormente membro independente do Conselho de Administração da empresa por dois anos e, posteriormente, por um ano. Foi Presidente da Audi Brasil, ocupou funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil, Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha, e membro do Conselho de Supervisão da Volkswagen Participações. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração das empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, Simpar S.A, Suzano Papel e Celulose, MRV&Co e Cocal Energia Sustentável.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Diretor Presidente / Superintendente		28/03/2024	Sim	02/01/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Pedro Luiz Cerize

CPF: 774.487.316-53

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 03/05/1969

Experiência Profissional:

Pedro Luiz Cerize é graduado com honras em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo FGV/SP, com MBA em finanças pelo IBMEC Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Trabalhou na Corretora Socopa, Banco Fator e Banco Itaú-BBA. Foi sócio-fundador e gestor da Skopos Investimentos de 2001 até 2023. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, onde atua desde março de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de São Paulo Comgás, Contax, Fosfertil, Romi, COPEL e PDG Realty S.A. Empreendimentos. Além do cargo de Administração exercido na Companhia, o Sr. Pedro Luiz Cerize exerceu cargos de administração nas seguintes companhias abertas: Companhia de Gás de São Paulo Comgás e PDG Realty S.A. Empreendimentos, no cargo acima especificado.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	Até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/03/2024	Sim	28/03/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Roberto de Souza Santos

CPF: 641.284.587-91

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 02/05/1961

Experiência Profissional:

Roberto de Souza Santos é graduado em administração de empresas pela Universidade Federal Fluminense (1985). Foi eleito para o cargo de diretor presidente da PSSA, posição em que atuou de março de 2018 a dezembro 2023, tendo ocupado anteriormente o cargo de diretor vice-presidente executivo da PSSA, entre setembro de 2017 a março de 2018 e o cargo de diretor geral – seguros patrimoniais e saúde, entre junho de 2016 e setembro de 2017. É também membro do conselho de administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia, tendo ocupado o cargo de Diretor Presidente até 2023. Ingressou na Porto Seguro quando da aquisição da Azul Companhia de Seguros Gerais, como membro da diretoria dessa sociedade. Presidente do Conselho Diretor da CNseg, foi presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e professor da Escola Nacional de Seguros.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/03/2024	até a AGO que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Conselho de Administração (Efetivo)		28/03/2024	Sim	02/01/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Sami Foguel

CPF: 263.344.758-94

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 03/06/1974

Experiência Profissional:

Sami Foguel é diretor presidente da Companhia, tendo sido eleito em 10 de maio de 2024. Sami Foguel é graduado em engenharia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em junho de 1998, e mestre em administração de empresas pela Escola de Negócios da Universidade de Michigan em 2004. Foi eleito em 20 de outubro de 2021 como diretor vice-presidente – saúde da PSSA. É ainda CEO – saúde nas sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. Exerce também o cargo de diretor vice-presidente – saúde na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Foi também Presidente do Conselho de Administração da RBD (Rede Brasileira de Diagnóstico) em 2020/2021 e Diretor Presidente do Grupo Alliar, no período de 2019/2021, sendo as duas empresas atuantes no setor de saúde. No período entre 2018/2019, atuou no setor de telecomunicações, como diretor presidente da Tim Brasil, subsidiária da Telecom Itália. Em 2017/2018 foi COO (Chief Operation Officer), CCO (Chief Cargo Officer) da TAP Linhas Aéreas e “head” da Portugalia Airlines ou PGA, pertencente também ao Grupo TAP. Atuou também no período entre 2014/2018 como vice-presidente de operações de clientes da Azul Linhas Aéreas. Sami também atua como membro independente do conselho de administração e do comitê de partes relacionadas da Pague Menos.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO de 2025.	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		28/03/2024	Sim	27/10/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: Bruno Campos Garfinkel

CPF: 267.737.238-09

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de empresas

Data de Nascimento: 26/10/1977

Experiência Profissional:

Bruno Campos Garfinkel é graduado em administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, cursou MBA na Boston University em 2004. Iniciou sua trajetória no Grupo Porto em 2004 como trainee na Azul Companhia de Seguros Gerais, ocupando a posição de gerente geral de sucursal (São Paulo). Na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais assumiu a posição de diretor regional em 2008, ocupando cargos de gerente de processos e sistemas de sinistros e de superintendente de sinistro auto; Eleito em 2013 como diretor de sinistros e em 2015 também como diretor de produto – automóvel, permanecendo nesses cargos até a sua eleição como membro do conselho de administração da Companhia em 2017. No conselho, passou a ocupar o cargo de presidente em maio de 2019. É também Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia, e membro do Conselho de Administração da Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. desde outubro de 2021, da Porto Assistência Participações S.A. desde agosto de 2022, e da Porto Serviço S.A. e da Porto Saúde Participações S.A., desde maio de 2024. Ocupa ainda cargos na diretoria da Pétalas Empreendimentos e Participações S.A., Pares Empreendimentos e Participações S.A., holding, e da Rosag Empreendimentos e Participações S.A., holding, sendo as duas últimas sociedades controladoras da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. Antes de ingressar no Grupo Porto, ocupou o cargo de gerente de investimento private no Banco CCF – Banco de Investimento (1999-2001).

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Membro do Comitê de Pessoas e Cultura, Comitê de Finanças Corporativas.		28/03/2024	Não	06/12/2023

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Membro do Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Ética e Conduta	31/03/2022	Não	29/03/2017
Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/2022	Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Membro do Comitê Clientes, Marketing e Digital	31/03/2022	Não	29/03/2017

Nome: Celso Damadi

CPF: 074.935.318-03

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contador

Data de Nascimento: 28/05/1969

Experiência Profissional:

Celso Damadi é contador, formado pela Universidade Mackenzie (1996). Concluiu, em 2001, o curso de controladoria e, em novembro/2005, o MBA em gestão empresarial, ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 2005, como gerente de controladoria, assumiu o cargo de superintendente de controladoria em 2010, promovido a diretor de controladoria em agosto de 2011, passando a responder como Diretor Geral – Financeiro e Controladoria em 2016, e desde março de 2020 ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos na Companhia e nas demais sociedades do Grupo Porto. É membro do conselho de administração e diretor vice-presidente – financeiro, controladoria e investimentos da Porto Serviço S.A. e da Porto Saúde Participações S.A. É ainda membro do conselho de administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Finanças Corporativas e membro do Comitê de pessoas e Cultura.		28/03/2024	Não	06/12/2023

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê Risco Integrado	28/03/2024	Não	29/03/2018
----------------	----------------------------	------------	--	----------------------------------	------------	-----	------------

Nome: Cynthia Nesanovis Catlett

CPF: 297.728.888-07

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Consultora

Data de Nascimento: 07/08/1980

Experiência Profissional:

Cynthia Catlett é atualmente Vice-Presidente da Charles River Associates e foi até o início de 2021 Senior Managing Director da Prática de Investigações e Riscos da FTI Consulting Brasil. Com vasta experiência em consultoria investigativa, Cynthia frequentemente atua como consultora para grandes corporações, comitês de auditoria, conselhos de administração, instituições financeiras e escritórios de advocacia nos quais ela conduz investigações corporativas envolvendo alegações de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. Especialista na lei americana anticorrupção, já trabalhou nas maiores investigações de corrupção e lavagem de dinheiro do mundo corporativo da última década. Sua experiência inclui projetos de investigação na América Latina, América do Norte, Europa e Ásia nos setores público e privado. Possui experiência na elaboração e estruturação de estratégias de conformidade regulatória, no planejamento e execução de investigações de fraudes, na condução de avaliações de risco da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA) e no auxílio a clientes em casos de litígios e processos arbitrais. Antes de ingressar na FTI Consulting, Cynthia foi sócia da Prática de Investigações & Serviços de Disputas na Grant Thornton Brasil, sendo responsável por trabalhos no Brasil e na América Latina. Trabalhou em duas das “Big 4s”, na Divisão Criminal da Procuradoria-Geral em Washington, DC, e no Departamento de Integridade Institucional do Banco Mundial. No Banco Mundial, participava das investigações de fraude e corrupção em contratos financiados pelo banco referentes a projetos na Europa Oriental, Ásia Central, África, Oriente Médio, África do Norte e América Latina. É membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro Uruguay, sociedade controlada indiretamente pela Companhia.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2025.			28/03/2024	Não	15/12/2020

Nome: DOMINGOS DE TOLEDO
PIZA FALAVINA

CPF: 214.175.878-57

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador
de Empresas

Data de Nascimento: 03/02/1984

Experiência Profissional:

Domingos de Toledo Piza Falavina possui uma vasta experiência profissional com atuação em empresas do mercado financeiro como JP Morgan, onde atuou de maio de 2012 a agosto de 2023. Atuou também, anteriormente, no Itaú, UBS, entre outras empresas deste segmento. É graduado em administração de empresas, com especializações em finanças, comércio exterior e administração, pela University of Missouri St. Louis e mestre em riscos financeiros pela faculdade Stern, New York University (NYU). No Grupo Porto, também atua como diretor de relações com investidores da Porto Serviço S.A. e da Porto Saúde Participações S.A. e como diretor na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, controlada direta da PSSA, e na Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., controlada indireta da Companhia.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a RCA que se realizar após a AGO que que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Finanças Corporativas		28/03/2024	Não	01/11/2023

Nome: Eduardo Rogatto Luque **CPF:** 142.773.658-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Auditor **Data de Nascimento:** 06/07/1969

Experiência Profissional:

Eduardo Rogatto Luque, Presidente dos Conselhos Fiscais da Qualicorp S.A., Natura &Co e da Fundação Antônio e Helena Zerrenner (Fundação Ambev); membro dos Conselhos Fiscais da Itausa S.A. e da Ambev; membro do Conselho de Administração e presidente do Comitê de Auditoria da Cantu Store S.A; membro do Comitê de Auditoria da Focus Energia S.A (até Março 2022); membro do Comitê Executivo do Grupo Irko; vice-presidente da ABRAPSA (Associação Brasileira dos Provedores de Serviços Administrativos); membro do IBRACON (Instituto de Auditoria Independente do Brasil), do Instituto Americano de “Certified Public Accountants” (AICPA), do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), e dos Institutos Brasileiros de Contabilidade (CRC e CFC); Sócio PwC entre 2004 a 2016 (carreira total de 27 anos; com um intercâmbio de 3 anos nos EUA) com uma vasta experiência no atendimento de grandes grupos empresariais, inclusive em processos de Ofertas Públicas Iniciais de Ações (IPOs) e arquivamentos na SEC. É membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro Uruguay, sociedade controlada indiretamente pela Companhia.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2025.			28/03/2024	Não	31/03/2022

Nome: FÁBIO FERREIRA DURÇO

CPF: 272.180.478-23

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Advogado e Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 15/10/1978

Experiência Profissional:

Fábio Ferreira Durço é doutorando em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Economia pela Fundação Getulio Vargas FGV/EESP (2011), pós-graduado em Economia pela Fundação Getulio Vargas FGV/EESP/CEABE (2006), pós-graduação em Administração de Empresas (2003) pela Fundação Getulio Vargas FGV/EAESP/CEAG, graduado em Direito pela PUC/SP (2020), graduado em Administração de Empresas (1999). Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – ONU) e integrou a equipe de coordenação do Projeto Pensando o Direito, realizado no âmbito da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL-MJ). De 2004 a 2019, trabalhou na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV DIREITO SP). Foi vice-coordenador executivo do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da FGV DIREITO SP (FGV LAW). É autor do livro A Regulação do Setor Ferroviário Brasileiro (Arraes Editora, 2015) e Fiscalização Ambiental (Juruá Editora 2021). Entre 2019 e 2022, foi diretor de fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente, diretor de trânsito e administrativo-financeiro da Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana da Prefeitura de Guarulhos. Atualmente, é professor da Escola de Negócios da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Coordenador Geral da Pós-Graduação Lato Sensu da mesa instituição, consultor financeiro e estratégico e advogado. É integrante do conselho consultivo da Câmara Portuguesa de Comércio.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.			28/03/2024	Não	31/07/2023

Nome: Izak Rafael Benaderet **CPF:** 128.339.398-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 22/10/1974

Experiência Profissional:

Izak Rafael Benaderet é graduado em Ciências Econômicas pela PUC e possui MBA em Finanças pelo IBMEC. Ingressou na Corporação em novembro de 2013, como Diretor da Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Atualmente é Diretor da Porto Seguro Investimentos Ltda., responsável por decidir sobre as alocações de recursos para as carteiras administradas das empresas do grupo Porto Seguro e gestão de fundos de terceiros e Diretor da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Antes de ingressar no Grupo Porto Seguro, ocupou o cargo de Diretor na BNP Paribas Asset Management onde foi responsável pela gestão e estratégias de Renda Fixa, Multimercados e Crédito, com cobertura nos mercados de moedas, juros, crédito, bolsa e commodities.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a RCA que se realizar após a AGO que que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Finanças Corporativas		28/03/2024	Não	06/12/2023

Nome: Lie Uema do Carmo

CPF: 275.817.378-61

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Advogada e Professora

Data de Nascimento: 19/12/1976

Experiência Profissional:

Lie Uema do Carmo é advogada com mais de 20 anos de experiência profissional com atuação em grandes escritórios de São Paulo, com foco nas áreas Societária, M&A, Mercado de Capitais, Contratos Empresariais, Fundos de Investimento, Governança Corporativa e Compliance, Arbitragem e Direito da Construção. Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) (2009), cum laude. Visiting scholar, Law School, Columbia University, EUA (2011). Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2006). LL.M. pela University of Chicago (2003). Especialização em Direito do Comércio Internacional pela University Institute of European Studies and International Labor Organization (1999). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1998). Professora da Graduação e do Mestrado Profissional na FGV Direito SP. Foi coordenadora do Mestrado Profissional da FGV Direito SP e de diversos cursos de especialização lato sensu da mesma escola. Foi membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro S.A. em dois períodos (2005-2010 e 2015-2020). A Sra. Lie Carmo é considerada membro independente de acordo os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2025.			28/03/2024	Não	06/12/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Risco Integrado		28/03/2024	Não	31/07/2023

Nome:Luiz Alberto Pomarole

CPF:043.405.558-19

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador de Empresas

Data de Nascimento:04/04/1963

Experiência Profissional:

Luiz Alberto Pomarole é graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Oswaldo Cruz (1986). Atuou como Diretor Geral da Companhia de março de 2012 a novembro de 2017. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de março de 2018 até abril 2020. Ingressou na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sociedade seguradora controlada pela Companhia, em 1979, como auxiliar de escritório, assumindo o cargo de Gerente de Atendimento de Aceitação Auto em 1988. Foi nomeado Diretor de Produto – Automóvel em agosto de 2000 e respondeu como Diretor Vice-Presidente até março de 2012, quando passou a atuar como Diretor Geral – Produto Automóvel, desde março de 2016. Exerceu este mesmo cargo na Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., sociedade seguradora controlada pela Companhia, de março de 2016 a novembro de 2017. Exerceu, também, o cargo de Diretor Geral nas sociedades: Porto Seguro Vida e Previdência S.A., Porto Seguro – Seguro Saúde S.A. (sociedades seguradoras); Porto Seguro Capitalização S.A. (sociedade de capitalização) e Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (sociedade administradora de consórcios). Atuou também, como Diretor nas sociedades Azul Companhia de Seguros Gerais (sociedade seguradora) até janeiro de 2018; Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (sociedade de odontologia de grupo); Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., Porto Seguro Atendimento Ltda., Porto Seguro Renova – Serviços e Comércio Ltda., Porto Seguro Locadora de Veículos Ltda. e Porto Seguro Renova – Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. (sociedades prestadoras de serviços), todas controladas pela Companhia, até novembro de 2017. Ocupou o cargo de Diretor Geral da Porto Seguro – Seguros del Uruguay S.A. (sociedade seguradora) até fevereiro de 2016. Atuou como Diretor da Portoseg S.A. – Credito, Financiamento e Investimento (sociedade financeira) de abril de 2010 a maio de 2016. Foi, também, Diretor das seguintes sociedades prestadoras de serviços controladas pela Companhia: Crediporto Promotora de Serviços Ltda. de abril de 2010 a junho de 2015; Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. de maio de 2010 a janeiro de 2014; Porto Seguro Investimentos Ltda. de maio de 2012 a novembro de 2013; Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. de maio de 2012 até junho de 2016; Porto Seguro – Bioqualynet Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. de fevereiro de 2013 a junho de 2016; Bioqualynet Sul Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. de fevereiro de 2013 até seu encerramento, em junho de 2015, e Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. de abril de 2010 a novembro de 2013. Ocupou o cargo de Vice-Presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais – FenSeg.

Além do cargo de administração exercido na Companhia, não exerce ou exerceu nenhum cargo em outras companhias abertas.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Membro do Comitê de Ética e Conduta		28/03/2024	Não	29/03/2018

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Membro do Comitê de Risco Integrado (Coordenador)	28/03/2024	Não	29/03/2018
----------------	----------------------------	------------	---	---	------------	-----	------------

Nome: Luiz Augusto de Medeiros Arruda

CPF: 286.554.708-64

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 09/02/1980

Experiência Profissional:

Luiz Augusto de Medeiros Arruda é bacharel em economia pela PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desde 2002 e cursou a Harvard Business School OPM Program no período de 2018 a 2020. Na Companhia foi eleito para o cargo de Diretor Vice-Presidente Marketing, Clientes e Dados da Companhia em 31 de março de 2023, tendo sido eleito também em 06 de setembro de 2023 para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial. Ocupa atualmente também o cargo de Diretor Vice-Presidente Marketing, Clientes e Dados nas seguintes sociedades controladas direta ou indiretamente da Companhia: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., Porto Seguro Vida e Previdência S.A., Azul Companhia de Seguros Gerais e Porto Seguro Seguro Saúde S.A. (sociedades seguradoras); Porto Seguro Capitalização (sociedade de capitalização); Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., (sociedade prestadora de serviços); e Porto Seguro - Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (sociedade de consultoria e assessoria em saúde ocupacional e segurança do trabalho). Atuou ainda como Sócio/Diretor na Quiz Brasil, nos anos de 2002 a 2010 e como Sócio/Diretor na Avantgarde na América do Sul e como Membro do Board Global nos anos de 2011 a 2020.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Membro do Comitê de Clientes, Marketing e Digital		28/03/2024	Não	31/03/2023

Nome: Marco Ambrogio Crespi Bonomi

CPF: 700.536.698-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 06/05/1956

Experiência Profissional:

Marco Ambrogio Crespi Bonomi é graduado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado FAAP (1978). Tem cursos de aperfeiçoamento executivo financeiro pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo, e de mercado de capitais pela Universidade de Nova York. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia. Foi membro independente do Conselho de Administração no Grupo Itaú Unibanco de 2017 a 2022. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Geral (2015 a 2017). Foi Vice-Presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI) (2004 a 2011). Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a RCA que se realizar após a AGO que que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Comitê de Clientes, Marketing e Digital		28/03/2024	Não	28/03/2024

Nome:

PATRÍCIA M. MURATORI CALFAT

CPF:

278.068.078-45

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Publicitária

Data de Nascimento:

06/08/1977

Experiência Profissional:

Patrícia M. Muratori Calfat é formada em Publicidade pela Universidade Paulista, Unip em 1999 e Alumni na Harvard Business School, onde cursou Business Administration and Management, Operations no Program of Leadership Development entre 2016 e 2018 e Pós graduada em Direitos Humanos pela PUC-RS em 2021. Foi Diretora Geral de Mídia na DM9DDB Brasil entre Agosto de 2009 e Setembro de 2013. Já exerceu o cargo de Head de Vendas Telecom entre Setembro de 2013 e Setembro de 2016 e Head de Vendas Varejo entre Outubro de 2016 até Fevereiro de 2019, é membro independente do Conselho de Administração Rio Alto Energias Renováveis S.A. desde janeiro de 2021 e na Google Brasil exerce, atualmente, o cargo de Diretora do Youtube na América Latina. A Sra. Patrícia Calfat é considerado membro independente de acordo os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a RCA que se realizar após a AGO que que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Sustentabilidade		28/03/2024	Não	31/03/2020

Nome:Patricia Quirico Coimbra

CPF:942.767.907-78

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Econimista

Data de Nascimento:09/02/1968

Experiência Profissional:

Patricia Quirico Coimbra é graduada em Tecnologia da Informação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ("PUC-RJ"), em Economia, pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduada em Marketing, também pela PUC-RJ. Tem 27 anos de experiência em Recursos Humanos em companhias nacionais e multinacionais, 5 anos de experiência em Planejamento Estratégico e Econômico, 1 ano de experiência na área comercial e 3 anos na área de Tecnologia da Informação. Ingressou na Shell em 1989, onde atuou até 1998, deixando a companhia no cargo de Business Partner Corporativa e Negócios. Em 1998 iniciou como Gerente de Desenvolvimento Organizacional na S. C. Johnson, onde atuou até 2011, deixando a companhia no cargo de Diretoria de Recursos Humanos. Atuou como Diretora de Desenvolvimento/Gente e Gestão na Oi S.A., de 2011 a 2013. Foi Vice-Presidente de Capital Humano, Sustentabilidade e Marketing na SulAmerica Seguros, no período de 2013 a 2023. Ocupou a cadeira de Vice-Presidente de Gente, Gestão e Pessoas (incluindo ESG e facilities) na Cielo, de 2023 a 2024. Ocupa atualmente o cargo de Gente e Cultura na Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e na Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., desde ago/2024, e o cargo de membro dos Comitês de Sustentabilidade, Ética e Conduta e Pessoas e Cultura, desde out/2024.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/10/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Comitê de Sustentabilidade		02/10/2024	Sim	02/10/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/10/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Comitê de Pessoas e Cultura		02/10/2024	Sim	02/10/2024

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	02/10/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026	Comitê de Ética e Conduta	02/10/2024	Sim	02/10/2024
----------------	----------------------------	------------	---	---------------------------	------------	-----	------------

Nome: PAULO SERGIO KAKINOFF

CPF: 194.344.518-41

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de empresas

Data de Nascimento: 06/09/1974

Experiência Profissional:

Paulo Sérgio Kakinoff é Diretor Presidente da Companhia, eleito em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de janeiro de 2024. Iniciou sua trajetória na Porto em março de 2020, atuando como membro do Conselho de Administração, cargo que ocupou até julho de 2023. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, começou sua carreira na indústria automobilística, onde atuou por 18 anos. Ocupou o cargo de Diretor Presidente da GOL Linhas Aéreas de 2012 a 2022, tendo sido anteriormente membro independente do Conselho de Administração da empresa por dois anos e, posteriormente, por um ano. Foi Presidente da Audi Brasil, ocupou funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil, Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha, e membro do Conselho de Supervisão da Volkswagen Participações. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração das empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, Simpar S.A, Suzano Papel e Celulose, MRV&Co e Cocal Energia Sustentável.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a AGO que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Membro do Comitê Clientes, Marketing e Digital e Comitê de Sustentabilidade		28/03/2024	Não	28/03/2024

Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Finanças Corporativas e Comitê de Pessoas e Cultura	28/03/2024	Não	06/12/2023
----------------	----------------------------	------------	--	---	------------	-----	------------

Nome: Pedro Luiz Cerize

CPF: 774.487.316-53

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 03/05/1969

Experiência Profissional:

Pedro Luiz Cerize é graduado com honras em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo FGV/SP, com MBA em finanças pelo IBMEC Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Trabalhou na Corretora Socopa, Banco Fator e Banco Itaú-BBA. Foi sócio-fundador e gestor da Skopos Investimentos de 2001 até 2023. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, onde atua desde março de 2008. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de São Paulo Comgás, Contax, Fosfertil, Romi, COPEL e PDG Realty S.A. Empreendimentos. Além do cargo de Administração exercido na Companhia, o Sr. Pedro Luiz Cerize exerceu cargos de administração nas seguintes companhias abertas: Companhia de Gás de São Paulo Comgás e PDG Realty S.A. Empreendimentos, no cargo acima especificado.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Finanças Corporativas		28/03/2024	Não	06/12/2023

Nome:Roberto de Souza Santos**CPF:**641.284.587-91**Passaporte:****Nacionalidade:**Brasil**Profissão:**Administrador de Empresas**Data de Nascimento:**02/05/1961

Experiência Profissional:

Roberto de Souza Santos é graduado em administração de empresas pela Universidade Federal Fluminense (1985). Foi eleito para o cargo de diretor presidente da PSSA, posição em que atuou de março de 2018 a dezembro 2023, tendo ocupado anteriormente o cargo de diretor vice-presidente executivo da PSSA, entre setembro de 2017 a março de 2018 e o cargo de diretor geral – seguros patrimoniais e saúde, entre junho de 2016 e setembro de 2017. É também membro do conselho de administração da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., holding controladora da Companhia, tendo ocupado o cargo de Diretor Presidente até 2023. Ingressou na Porto Seguro quando da aquisição da Azul Companhia de Seguros Gerais, como membro da diretoria dessa sociedade. Presidente do Conselho Diretor da CNseg, foi presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e professor da Escola Nacional de Seguros.

Nos últimos cinco anos não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/03/2024	Até a primeira reunião do Conselho de Administração que sucederá a AGO da Companhia de 2026.	Membro do Comitê de Risco Integrado.		28/03/2024	Não	06/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	BRUNO CAMPOS GARFINKEL	02.149.205/0001-69	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jayme Brasil Garfinkel	525.260.388-04	ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO S/A	59.884.445/0001-24	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	BRUNO CAMPOS GARFINKEL	02.149.205/0001-69	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jayme Brasil Garfinkel	525.260.388-04	Pares Empreend. e Partic. S/A	43.761.758/0001-55	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente / Acionista	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	BRUNO CAMPOS GARFINKEL	02.149.205/0001-69	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jayme Brasil Garfinkel	525.260.388-04	Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	11.342.322/0001-35	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	BRUNO CAMPOS GARFINKEL	02.149.205/0001-69	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Luiza Campos Garfinkel	299.713.918-05	Pares Empreend. e Partic. S/A	43.761.758/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretora / Acionista	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	BRUNO CAMPOS GARFINKEL	02.149.205/0001-69	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Cleusa Campos Garfinkel	410.929.458-49	Pares Empreend. e Partic. S/A	43.761.758/0001-55	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretora / Acionista	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2023			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	11.342.322/0001-35		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Pares Empreend. e Partic. S/A	43.761.758/0001-55		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO S/A	59.884.445/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	11.342.322/0001-35		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Pares Empreend. e Partic. S/A	43.761.758/0001-55		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Bruno Campos Garfinkel	267.737.238-09	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO S/A	59.884.445/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ana Luiza Campos Garfinkel	299.713.918-05	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Pares Empreend. e Partic. S/A	43.761.758/0001-55	Brasileiro(a) - Brasil	
Diretora	N/A		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ana Luiza Campos Garfinkel	299.713.918-05	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ROSAG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO S/A	59.884.445/0001-24	Brasileiro(a) - Brasil	
Diretora	N/A		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marco Ambrogio Crespi Bonomi	700.536.698-00	Controle	Controlador Indireto
Vice - Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	11.342.322/0001-35	Brasileiro(a) - Brasil	
Vice - Presidente do Conselho de Administração	N/A		
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marco Ambrogio Crespi Bonomi	700.536.698-00	Controle	Controlador Direto
Vice - Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	11.342.322/0001-35		
Vice - Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
André Luís Teixeira Rodrigues	799.914.406-15	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	11.342.322/0001-35		
Diretor e Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

O Grupo Porto possui apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores das empresas do Grupo Porto. O valor do prêmio da apólice é de R\$ 451.535,07. O seguro tem vigência anual e possui como objeto o pagamento, a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo segurado em decorrência de ato ou fato pelo qual seja responsabilizado, ocorrido durante o período de vigência da apólice ou durante o prazo complementar ou suplementar aplicável.

7.8 Outras informações relevantes

A Companhia informa a realização das seguintes assembleias gerais nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

- (i) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2023, em que estiveram presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social;
- (ii) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2022, em que estiveram presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social;
- (iii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2021, em que estiveram presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social;
- (iv) Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021, em que estiveram presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social.

Esclarece ainda que os membros do Conselho de Administração da Companhia informaram nos itens 7.1/7.3 todos os cargos que ocupam no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades ou entidades. Não há qualquer informação a ser prestada adicionalmente ao contido nos itens 7.1/7.3.

8.1 Política ou prática de remuneração

- a. **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia e por suas controladas têm como principal propósito alinhar os administradores da Companhia e de suas controladas aos objetivos da Companhia e do Grupo Porto, incentivando os profissionais para a geração de valor econômico aos acionistas e para o respeito aos interesses dos demais stakeholders, no curto, médio e longo prazos.

A Companhia e suas controladas são empresas integrantes do Grupo Porto. Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, parte dos administradores da Companhia também compõe a administração de outras empresas do Grupo Porto.

A participação de administradores da Companhia na administração de outras empresas do Grupo Porto é importante e salutar na medida em que fortalece e promove as sinergias e complementaridades existentes entre as diferentes unidades de negócios do Grupo Porto, sem deixar de considerar as particularidades, e independência, de cada vertical e de seus mercados de atuação.

Nesse contexto, na data de preenchimento deste Formulário de Referência, parte da remuneração dos administradores é atrelada a resultados do Grupo Porto como um todo, de forma a, por meio do compartilhamento de riscos e de outros elementos de incentivo e controle, alinhar os interesses dos administradores com aqueles da Companhia, do Grupo Porto e de todas as demais pessoas e empresas que contribuem e dependem do desenvolvimento adequado das atividades do Grupo Porto. Em linha com as melhores práticas de mercado, as práticas de remuneração adotadas pela Companhia consideram e visam ainda a consistência interna do Grupo Porto, sua competitividade externa e a motivação dos profissionais.

A Companhia possui uma política de remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 31.10.2018 e revisada em 15.12.2020 e 31.12.2022. Esta política tem por objetivo estabelecer as diretrizes sobre a remuneração dos administradores do Grupo Porto, considerando, dentre outros fatores, o disposto em sua declaração de “Apetite por Risco”, que define as diretrizes, métricas e limites de exposição aos principais fatores de risco aos quais o Grupo Porto está sujeito, para atingir seus objetivos de negócio.

Os critérios e diretrizes de remuneração buscam garantir que não ocorra, ou seja incentivada, a elevação da exposição ao risco nas estratégias adotadas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. Nesse sentido, destaca-se que as métricas utilizadas para remuneração não poderão ter impacto sobre os limites de risco definidos pelo conselho de administração da Companhia.

A remuneração de cada administrador será determinada levando-se em conta suas qualificações profissionais, condições de mercado e suas atribuições na Companhia e nas controladas da Companhia.

Entre os critérios utilizados na avaliação da remuneração dos administradores, destacam-se, conforme indicado na Política de Remuneração da Porto Seguro: (i) o alinhamento das estratégias do Grupo Porto, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo; (ii) a proporcionalidade às atribuições, responsabilidades e demanda de tempo; e (iii) eventuais correções na forma de medição ou novos critérios ou formas de apuração, dentre outros fatores considerados relevantes.

8.1 Política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração da Porto Seguro encontra-se à disposição dos acionistas e dos demais participantes do mercado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

O Comitê de Pessoas e Cultura tem por atribuições, dentre outras, validar os parâmetros e políticas de remuneração fixa e variável dos administradores, bem como avaliar os valores referentes à remuneração individual dos administradores, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral e de acordo com as normas internas, legislação e regulamentação aplicáveis.

O Comitê de Pessoas e Cultura, dessa forma, fornece subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulam o assunto, além da legislação e regulamentação aplicáveis.

O Conselho de Administração da Companhia, no âmbito de suas competências, delegou ao seu Comitê de Pessoas e Cultura a administração do plano de remuneração em ações e respectivos programas de remuneração em ações da Companhia, inclusive quanto à sua interpretação, preenchimento ou integração, em caso de dúvidas ou omissões, e ao estabelecimento de regras adicionais, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A remuneração individual dos administradores é determinada através da combinação de diferentes critérios, tais como: (i) indicadores específicos de desempenho, dependendo da natureza da função e das variáveis relacionados ao sucesso da área sob gestão do administrador, como crescimento de negócios, desenvolvimento de novos negócios, lucro líquido, rentabilidade sobre ativos e patrimônio líquido, produtividade/eficiência; (ii) senioridade; (iii) experiência profissional; (iv) dedicação; e (v) importância e valor estratégico da retenção do administrador para o Grupo Porto, notadamente para manutenção da confiança na gestão da Companhia por parte de investidores, acionistas, funcionários e clientes.

Os critérios e parâmetros internos utilizados pela administração da Companhia para definição da remuneração dos administradores são constantemente objeto de revisão por parte de consultorias especializadas em remuneração e benefícios.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

As práticas de remuneração da Companhia são discutidas e reavaliadas em reuniões do Conselho de Administração, em periodicidade não superior à anual. A política de remuneração é reavaliada sempre que houver atualizações e, pelo menos, a cada 2 (dois) anos.

8.1 Política ou prática de remuneração

- c. **composição da remuneração, indicando:**
- i. **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Os elementos que compõem a remuneração dos administradores do Grupo Porto são os seguintes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios pós-emprego.

A Companhia e suas controladas privilegiam a remuneração variável, constituindo a maior parte do valor recebido pelos administradores. Na medida em que tal parcela da remuneração está associada ao desempenho econômico, operacional e ao desenvolvimento da Companhia e de suas controladas, os acionistas são beneficiados pela melhor performance dos administradores.

A escolha de indicadores e a definição das metas são suportadas por planejamento estratégico, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de negócios e das áreas corporativas para períodos futuros. O referido planejamento estabelece objetivos e indicadores de curto, médio e longo prazos. As metas que norteiam a atuação dos administradores visam garantir o atingimento de resultados de forma sustentável e perene, privilegiando projetos que gerem valor no longo prazo, não se atendo somente a metas de curto prazo.

A remuneração total permite e visa ainda atrair, recompensar, reter e incentivar administradores que demonstrem excelência na superação e atingimento de melhores resultados, dentro do planejamento estratégico do grupo e, conseqüentemente, permite geração de valor econômico de curto, médio e longo prazo.

A descrição detalhada de cada um dos elementos da remuneração é indicada a seguir.

(i) Remuneração fixa:

Conselho de Administração:

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é definida com base em valores praticados no mercado por empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares ao da Companhia.

A remuneração fixa dos Conselheiros de Administração é paga mensalmente, com o objetivo de garantir dedicação e de propiciar maior controle de desempenho e custos.

Diretoria:

A remuneração fixa dos Diretores é paga com base no know-how de cada Diretor e na responsabilidade e contribuição da posição ocupada sobre resultados administrados, objetivando equivalência em relação às empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, conforme recomendação de consultoria especializada.

A remuneração fixa dos Diretores é paga mensalmente, com o objetivo de garantir dedicação e de propiciar maior controle de desempenho e custos.

Complementando a remuneração fixa mensal, também são concedidos benefícios diretos e indiretos (assistência médica, seguro de vida, recolhimento de FGTS, auxílio educacional e automóvel), todos com o objetivo de atrair e reter os melhores talentos e permitir a dedicação e a competência dos administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitês de Assessoramento:

Os membros dos Comitês de Assessoramento não recebem remuneração fixa, sendo remunerados por participação nas reuniões desses comitês.

Conselho Fiscal:

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31.03.2022 aprovou a instalação do Conselho Fiscal, que funcionou até a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31.03.2023. Em 2023, não houve instalação do Conselho Fiscal. Quando em funcionamento, os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal, em conformidade com a legislação aplicável.

(ii) Remuneração variável:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração poderão receber uma parcela variável de remuneração, cujo objetivo é reconhecer e recompensar a atuação de cada conselheiro.

A remuneração variável atribuível a cada membro do Conselho de Administração é calculada tendo-se por base a participação individual diferenciada de cada um em atividades que geram alto valor agregado de longo prazo ao Grupo Porto, a contribuição específica para a geração de resultado econômico, bem como a participação, aconselhamento ou coordenação do Comitê Diretivo Organizacional, e tem como escopo garantir e estimular o alinhamento estratégico e cultural do grupo.

Diretoria:

A remuneração variável dos diretores é um componente fundamental de alinhamento entre os administradores e os resultados econômicos, operacionais e sociais buscados pelo Grupo Porto.

O principal objetivo da remuneração variável é recompensar financeiramente os diretores pela geração de valor e atingimento de resultados, de forma sustentável e perene, com respeito e preservação dos interesses e satisfação de clientes, parceiros comerciais, colaboradores, da comunidade que se relaciona com o Grupo Porto e de seus demais *stakeholders*.

O valor da remuneração variável dos diretores é definido com base nos valores médios pagos por empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, assim como a partir da análise do desafio de crescimento, sustentabilidade e resultados de cada negócio, produto ou serviço, a cargo de cada diretor, em cada período de apuração.

Comitês de Assessoramento:

Os membros do Conselho de Administração que integram os Comitês de Assessoramento podem receber remuneração adicional por participação em reuniões desses comitês. Os membros da Diretoria que participam desses Comitês de Assessoramento não recebem remuneração adicional à remuneração recebida pelos cargos que exercem na Companhia ou em suas controladas. Os membros externos dos Comitês de Assessoramento são remunerados por participação em reuniões dos comitês dos quais participam.

Conselho Fiscal:

8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

(iii) Benefícios pós-emprego:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis aos benefícios pós-emprego.

Diretoria:

Os benefícios pós-emprego representam um importante componente da remuneração total que, além de reconhecer os Diretores do Grupo Porto de forma integral (período laboral e aposentadoria), também está em linha com as melhores práticas de mercado. A participação é facultativa e conferida aos administradores das sociedades do Grupo Porto que patrocinam a Portoprev – Porto Seguro Previdência Complementar (Portoprev).

Ressaltamos que a Companhia não é patrocinadora da Portoprev e, portanto, não suporta planos de previdência privada complementar para seus administradores.

Comitês de Assessoramento:

Os membros dos Comitês de Assessoramento não são elegíveis aos benefícios pós-emprego em função de sua participação nesses comitês.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal não são elegíveis aos benefícios pós-emprego.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

As tabelas abaixo indicam o percentual que cada elemento representou na remuneração dos administradores da Companhia reconhecida em seu resultado e no resultado consolidado do Grupo Porto:

Companhia:

Órgão	Ano	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios Pós-Emprego	Total
Conselho de Administração	2023	20,20%	79,80%	-	100,00%
Conselho de Administração	2022	32,40%	67,60%	-	100,00%
Conselho de Administração	2021	27,08%	72,92%	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2023	100,00%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2022	100,00%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2021	100,00%	-	-	100,00%
Diretoria	2023	-	100,00%	-	100,00%
Diretoria	2022	-	100,00%	-	100,00%
Diretoria	2021	-	100,00%	-	100,00%
Conselho Fiscal	2023	100,00%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2022	100,00%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2021	100,00%	-	-	100,00%

Companhia e suas controladas (consolidado):

Órgão	Ano	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios Pós-Emprego	Total
Conselho de Administração	2023	20,20%	79,80%	-	100,00%
Conselho de Administração	2022	32,40%	67,60%	-	100,00%

8.1 Política ou prática de remuneração

Órgão	Ano	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios Pós-Emprego	Total
Conselho de Administração	2021	27,08%	72,92%	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2023	100,00%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2022	100,00%	-	-	100,00%
Comitês de Assessoramento	2021	100,00%	-	-	100,00%
Diretoria	2023	12,69%	86,65%	0,66%	100,00%
Diretoria	2022	26,16%	72,69%	1,15%	100,00%
Diretoria	2021	13,37%	85,81%	0,82%	100,00%
Conselho Fiscal	2023	100,00%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2022	100,00%	-	-	100,00%
Conselho Fiscal	2021	100,00%	-	-	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

(i) Remuneração fixa:

A metodologia de cálculo e reajuste da remuneração fixa observa os valores praticados pelo mercado, considerando-se empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, conforme recomendação e condução de consultoria especializada em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, bem como a evolução dos indicadores financeiros do País, levando-se ainda em consideração o desempenho individual dos administradores.

Os montantes globais de remuneração dos administradores da Companhia e de suas controladas são aprovados pelas respectivas assembleias gerais ou reuniões de sócios, conforme aplicável. Os valores individuais de remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia e das Diretorias da Companhia e das controladas são aprovados pelos órgãos de administração competentes e/ou, quando aplicável, por comitês especificamente criados pelo Conselho de Administração.

(ii) Remuneração variável:

A metodologia de cálculo e reajuste da remuneração variável dos administradores observa os valores praticados pelo mercado, considerando-se empresas do mesmo setor de atuação e/ou empresas com características, porte e complexidade similares, conforme recomendação e condução de consultoria especializada em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, a evolução dos indicadores financeiros do País, indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e de planejamento do Grupo Porto, bem como o desempenho e contribuição individual de cada administrador. Os valores são revistos e definidos anualmente.

O Conselho de Administração e/ou, quando aplicável, comitês especificamente criados pelo Conselho de Administração, define os valores que eventualmente serão distribuídos aos seus membros a título de remuneração variável, tendo por base a participação diferenciada de cada membro em atividades que geram alto valor agregado ao Grupo Porto, dentre outros elementos já explicitados.

Para a Diretoria, anualmente são definidas metas objetivas individuais alinhadas a cada atividade ou negócio administrado, bem como nível de competências necessárias para o seu atingimento. A validação das metas e a aprovação dos valores individuais que serão distribuídos como remuneração variável são realizadas diretamente pela Presidência do Grupo Porto, com assessoria das áreas corporativas envolvidas.

(iii) Benefícios pós-emprego:

8.1 Política ou prática de remuneração

Os benefícios pós-emprego, relacionados à opção conferida aos Diretores do Grupo Porto que patrocinam a Portoprev de aderirem ao plano de previdência privada oferecido, observam as regras estabelecidas pelo regulamento do Plano de Benefícios Portoprev, que são únicas para administradores e funcionários do Grupo Porto.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Apenas a remuneração variável está atrelada a indicadores de desempenho, como o resultado econômico/operacional apurado em cada exercício social e o desempenho individual dos administradores.

A determinação da remuneração variável dos diretores é resultado de análise em dois níveis: (i) resultado do Grupo Porto; e (ii) performance dos negócios / áreas sob responsabilidade de cada diretor. O desempenho é avaliado tanto de forma objetiva, quanto subjetiva, considerando o nível de desenvolvimento de cada negócio, fase (ex: investimento, maturidade, etc.), desafios mercadológicos, dentre outros. Os indicadores objetivos podem incluir desde variáveis financeiras quanto operacionais. Vale ressaltar que tais indicadores não se restringem a resultados imediatos / de curto prazo, mas também na consecução de iniciativas que são críticas para o sucesso futuro do grupo e a geração de valor ao acionista no longo prazo.

A remuneração variável representa a maior parcela do total de remuneração paga aos administradores do Grupo Porto. A remuneração fixa e os benefícios pós-emprego representam a menor parcela da remuneração total paga aos administradores e não são impactados diretamente por indicadores de desempenho.

Cada diretoria possui indicadores específicos, dependendo da natureza de sua função (ex: negócios, área corporativa / de suporte) e das variáveis críticas associadas ao sucesso de cada atividade empresarial. Dentre os principais indicadores, encontram-se:

- Financeiros – ex: crescimento de negócio, lucro líquido, rentabilidade sobre ativos e patrimônio líquido
- Operacionais – ex: índice combinado, sinistralidade, produtividade / eficiência
- Projetos e iniciativas – ex: desenvolvimento de novos negócios, aprimoramento de funções corporativas

Os indicadores referidos acima não são exaustivos e podem evoluir e se adaptar conforme os desafios e prioridades empresariais identificados ao longo do tempo.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração, dividida em componentes fixo, variável e benefícios pós-emprego fortalece e cria condições para o comprometimento e o alinhamento dos administradores com os interesses da Companhia, de seus acionistas, do Grupo Porto e de todos que com ele colaboram ou dele dependem, no longo prazo, uma vez que, reserva parcela significativa da compensação anual total de cada administração para a remuneração variável.

Mesmo destinando maior parte para remuneração variável e, portanto, para a obtenção de melhores resultados, a Companhia também garante remuneração fixa e benefícios pós-emprego alinhados às melhores práticas de mercado, permitindo que os administradores tenham condições adequadas para desenvolver suas atividades.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração contempla componentes alinhados aos adotados pelo mercado, observando consistência interna do grupo, competitividade externa, gerenciamento de risco, motivação e desenvolvimento profissional.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No exercício de 2023, um dos membros do Conselho de Administração renunciou à remuneração por sua participação no respectivo órgão, durante a vigência de seu mandato. Há membros da Diretoria que não são remunerados diretamente pela Companhia, com remuneração suportada por suas controladas em razão de cargos exercidos nessas sociedades.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte dos administradores da Companhia recebe remuneração também de controladas da Companhia, mas exclusivamente em razão de cargos exercidos nessas sociedades, conforme detalhamento trazido no item 8.19. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos da Companhia ou por sociedades sob controle comum.

Adicionalmente às informações prestadas no item 8.19, a Companhia esclarece que a remuneração total paga a todos os administradores estatutários do Grupo Porto, pela Companhia e por suas controladas, está indicada de forma consolidada no item 8.20.

Deve-se ressaltar, a esse respeito, ainda, que os membros da Diretoria que participam dos Comitês de Assessoramento não recebem remuneração adicional à remuneração recebida pelos cargos que exercem na Companhia ou em suas controladas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, não existem benefícios ou mecanismos de remuneração associados a ocorrência de eventos societários. A administração da Companhia avalia constantemente novos meios de incentivo e alinhamento e poderá criar, no futuro, mecanismos de remuneração ou benefícios associados à ocorrência de determinados eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00		15,00
Nº de membros remunerados	6,00	1,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.657.859,84	0,00		2.657.859,84
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		n/a		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	1.054.391,00	0,00		1.054.391,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	15.800.000,00	4.200.000,00		20.000.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor total da remuneração está alinhado com o valor proposto pela administração para o exercício de 2024, a ser deliberado na AGOE da Companhia a se realizar em 28.03.2024.	n/a		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.800.000,00		1.800.000,00
Observação		1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor total da remuneração está alinhado com o valor proposto pela administração para o exercício de 2024, a ser deliberado na AGOE da Companhia a se realizar em 28.03.2024.		
Total da remuneração	19.512.250,84	6.000.000,00		25.512.250,84

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,92	0,75	14,67
Nº de membros remunerados	6,00	1,00	0,75	7,75
Esclarecimento			n/a	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.780.914,84	0,00	59.801,94	2.840.716,78
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. O valor total da remuneração está alinhado com o valor aprovado na AGOE da Companhia de 31.03.2023.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor total da remuneração está alinhado com o valor aprovado na AGOE da Companhia de 31.03.2023.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à projeção da média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Os valores indicados correspondem aos pagamentos realizados até a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31.03.2023. Como o Conselho Fiscal não foi instalado para um novo exercício, não há valores indicados para os meses subsequentes.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	14.196.144,92	5.162.234,52	0,00	19.358.379,44
Participação em reuniões	812.163,00	0,00	0,00	812.163,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	17.789.222,76	5.162.234,52	59.801,94	23.011.259,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,67	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	6,00	1,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.509.072,00	0,00	232.090,00	2.741.162,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	941.310,00	0,00	0,00	941.310,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	n/a	Encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	7.200.000,00	3.655.536,00	0,00	10.855.536,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		n/a		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.566.658,00	0,00	1.566.658,00
Observação	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGOE da Companhia realizada em 31.03.2022.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor da remuneração baseada em ações indica apenas o valor da projeção da remuneração variável que será convertido em ações de acordo com a cotação da época da transferência das ações, nos termos do Plano 2018. 4. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGOE da Companhia realizada em 31.03.2022.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGOE da Companhia realizada em 31.03.2022.	
Total da remuneração	10.650.382,00	5.222.194,00	232.090,00	16.104.666,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	6,17	3,00	15,92
Nº de membros remunerados	6,00	1,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.277.662,00	0,00	204.990,00	2.482.652,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	1.138.860,00	0,00	0,00	1.138.860,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais (INSS)		Encargos sociais (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	9.200.000,00	2.924.451,00	0,00	12.124.451,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		n/a	n/a	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.253.336,00	0,00	1.253.336,00
Observação	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGOE da Companhia a realizada em 31.03.2021.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. Não foram informados valores relativos aos benefícios pós-emprego uma vez que não há planos de previdência privada complementar suportados diretamente pela Companhia. 3. O valor da remuneração baseada em ações indica apenas o valor da projeção da remuneração variável que será convertido em ações de acordo com a cotação da época da transferência das ações, nos termos do Plano 2018. 4. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGOE da Companhia realizada em 31.03.2021.	1. O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente. 2. O valor total da remuneração está alinhado com o valor deliberado na AGOE da Companhia realizada em 31.03.2021.	
Total da remuneração	12.616.522,00	4.177.787,00	204.990,00	16.999.299,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00		15,00
N° de membros remunerados	1,00	1,00		2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	15800000,00	6000000,00		21.800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	11060000,00	4200000,00		15.260.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	6,92	0,75	14,67
N° de membros remunerados	1,00	1,00	0,00	2,00
Esclarecimento			Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, não fazem jus a remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	10200000,00	7800000,00	0,00	18.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	7140000,00	5460000,00	0,00	12.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	14196144,92	5162234,52	0,00	19.358.379,44

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	6,67	3,00	16,67
N° de membros remunerados	1,00	2,00	0,00	3,00
Esclarecimento			Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, não fazem jus a remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	10200000,00	7800000,00	0,00	18.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	7140000,00	5460000,00	0,00	12.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	7200000,00	5222194,62	0,00	12.422.194,62

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,75	6,17	3,00	15,92
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	0,00	2,00
Esclarecimento			n/a	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	9200000,00	7300000,00	0,00	16.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6440000,00	5110000,00	0,00	11.550.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	9200000,00	4177786,83	0,00	13.377.786,83

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais

A Companhia tem 2 planos de remuneração em ações: (i) o “Plano de Remuneração em Ações” aprovado na assembleia geral realizada em 29.03.2018 e terminado em 31.03.2022, mantidos os direitos outorgados aos beneficiários antes de seu término (“Plano 2018”); e (ii) o “Plano de Remuneração em Ações” aprovado na assembleia geral realizada em 31.03.2022 (“Plano 2022”).

O Conselho de Administração, no âmbito de suas competências, delegou ao Comitê de Remuneração a administração dos planos de remuneração em ações e outros planos equivalentes da Companhia, inclusive quanto à sua interpretação, preenchimento ou integração, em caso de dúvidas ou omissões, e ao estabelecimento de regras adicionais, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia.

Os principais objetivos dos planos são (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores, dos acionistas, da Companhia e de suas controladas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas controladas; e (iii) a criação de valor para os acionistas.

Os planos se inserem na política de remuneração da Companhia como um dos elementos da remuneração variável dos administradores e, portanto, como importante componente de alinhamento entre os administradores e os resultados econômicos, operacionais e sociais buscados pelo Grupo Porto.

Os planos não conferem a qualquer beneficiário o direito de ser, ou permanecer, administrador, estatutário ou não estatutário, ou empregado da Companhia ou de sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente. A Companhia e as sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, poderão, na forma da lei, a qualquer momento, optar por desligar seus administradores, por qualquer razão ou motivo, a seu critério, ainda que tenham sido, ou sejam, beneficiários do Plano.

Os termos e condições de cada um dos planos da Companhia são indicados a seguir:

Plano 2018:

O Plano 2018 disciplina os termos e as condições gerais por meio dos quais os diretores da Companhia e/ou de sociedades nas quais a Companhia é titular de participação societária, direta ou indiretamente, podem fazer jus a receber ações ordinárias de emissão da Companhia, como parte do pagamento de sua remuneração variável anual.

São elegíveis para participar do Plano os diretores da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente.

Com o objetivo de permitir a implantação do Plano 2018 de forma gradativa foi definido o seguinte cronograma: (i) exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos Beneficiários com pagamento em ações; (ii) exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos Beneficiários com pagamento em ações; (iii) exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos Beneficiários com pagamento em ações; e (iv) exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022): 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos beneficiários com pagamento em ações.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Plano 2018 não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos direitos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas aos diretores após o período de 3 anos posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, salvo casos excepcionais previstos no Plano 2018.

O Plano 2018 foi terminado em 31.03.2022, mantendo-se em vigor, no entanto, os direitos outorgados aos beneficiários antes de seu término.

Plano 2022:

O Plano 2022 disciplina os termos e as condições gerais por meio dos quais os administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, indicados a seguir: (i) Programa Remuneração Anual em Ações: referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (ii) Programa Bonificação Adicional: referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (iii) Programa Mega Grant: referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (iv) Programa Porto em Ação: referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 0 a 3 anos, conforme o programa.

O Plano 2022 permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado, ou extinto, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da Companhia, a partir de proposta do Conselho de Administração. Os programas de remuneração aprovados no âmbito do Plano 2022 têm os seguintes prazos de vigência: (i) Programa Remuneração Anual em Ações: prazo indeterminado; (ii) Programa Mega Grant: até o término do período restrito aplicável às ações atribuídas aos beneficiários no ciclo encerrado em 31.12.2025; (iii) Programa Bonificação Adicional: até o término do período restrito aplicável às ações atribuídas aos beneficiários no ciclo encerrado em 31.12.2024; e (iv) Programa Porto em Ação: até o término do período restrito aplicável às ações atribuídas aos beneficiários no ciclo encerrado em 31.12.2025.

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano 2018:

O Plano 2018 foi aprovado pela assembleia geral realizada em 29.03.2018.

Plano 2022:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Plano 2022 foi aprovado pela assembleia geral realizada em 31.03.2022. Os 4 programas de remuneração aprovados no âmbito do Plano 2022 foram discutidos pelo Conselho de Administração em 04.02.2022 e ratificados pelo Conselho de Administração em 21.12.2022.

c. número máximo de ações abrangidas

O limite de ações que poderão ser abrangidas pelos planos corresponderá sempre ao limite permitido na regulação aplicável.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há outorgas de opções de compra de ações nos planos de remuneração em ações da Companhia. Poderão ser atribuídas aos beneficiários ações até o limite máximo de ações abrangidas pelos planos, conforme item “c”, acima.

e. condições de aquisição de ações

Plano 2018:

Uma vez determinado o direito do beneficiário ao recebimento de sua remuneração variável e calculado o valor da referida remuneração, será então, nos termos do plano, calculado o número de ações a que o diretor terá direito a receber como pagamento de sua remuneração variável. O diretor não terá direito a receber imediatamente as referidas ações, mas somente apenas após transcorrido o período de vesting, nos termos do Plano 2018, e desde que o beneficiário permaneça na administração estatutária da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, durante o mesmo período, de forma ininterrupta.

O Conselho de Administração, ou outro órgão interno da Companhia para o qual o Conselho de Administração delegue tal competência, poderá determinar outras condições adicionais a serem verificadas para que cada beneficiário adquira o direito de efetivamente receber ações nos termos do plano.

Plano 2022:

Somente terão direito a ações no âmbito do Plano 2022 os beneficiários que forem selecionados, de acordo com as regras de cada um dos programas de remuneração, e que, cumulativamente: (i) forem administradores ou empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas, no dia 31 de dezembro de cada ciclo; e (ii) não tiverem descumprido quaisquer regras previstas no Plano 2022, no programa de remuneração aplicável, nos contratos de trabalho ou de executivo, em quaisquer outros contratos celebrados com a Companhia e suas controladas, diretas ou indiretas, e/ou na lei aplicável até a data base de atribuição das ações.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2018:

O valor unitário das ações, considerado para fins da atribuição das ações aos beneficiários, é o preço de cotação das ações no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data da atribuição das ações em questão.

Plano 2022:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Até a AGOE de 28.03.2024, o valor unitário das ações, considerado para fins da atribuição das ações aos beneficiários, foi o preço de cotação das ações no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data da atribuição das ações em questão. A partir da AGOE de 28.03.2024, o valor unitário das ações, considerado para fins da atribuição das ações aos beneficiários passou a ser o preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data da atribuição das ações em questão.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano 2018:

As ações são entregues ao beneficiário após o término do período de vesting ou o desligamento do diretor, nos termos e condições estabelecidos no contrato de outorga, inclusive com relação às hipóteses de perda do direito às ações.

Plano 2022:

Não aplicável. As ações são entregues ao beneficiário mediante a atribuição da remuneração em ações, sem prazo adicional de aquisição ou exercício.

h. forma de liquidação

As ações da Companhia a que os beneficiários ou seus sucessores tiverem direito, nos termos dos planos, dos programas e dos respectivos contratos, serão transferidas fisicamente mediante averbação nos registros escriturais da Companhia, nos termos e condições estabelecidos no contrato de outorga, inclusive com relação às hipóteses de perda do direito às ações. A transferência das ações aos beneficiários está sujeita à apresentação tempestiva dos documentos e informações suficientes à administração da Companhia.

i. restrições à transferência das ações

Plano 2018:

Durante o período de vesting e enquanto a propriedade das ações não for efetivamente transferida ao beneficiário, o beneficiário não será considerado em qualquer hipótese acionista e não terá quaisquer dos direitos de sócio, patrimoniais e políticos, com relação às ações, inclusive o direito de voto e/ou direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Após a efetiva transferência das ações aos beneficiários, não haverá qualquer tipo de limitação ou restrição para transferência das ações a terceiros, observadas o quanto previsto na legislação e regulação aplicáveis, assim como o disposto na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Plano 2022:

As ações são transferidas aos beneficiários na data de atribuição da remuneração em ações. O beneficiário adquire a titularidade das ações atribuídas e pode exercer os direitos de sócio com relação às ações, devendo observar o disposto na legislação e regulação aplicáveis, bem como na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Cada programa estabelece um período restrito, durante o qual o beneficiário não poderá negociar, onerar, alienar, transferir e/ou prometer negociar, onerar, alienar e/ou transferir, de qualquer

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

forma, as suas ações que estejam sujeitas ao período restrito, conforme indicado a seguir: (i) Programa Remuneração Anual em Ações: período restrito de 3 anos; (ii) Programa Mega Grant: 50% das ações estão sujeitas a período restrito de 2 anos e 50% das ações não estão sujeitas a período restrito; (iii) Programa Bonificação Adicional: período restrito de 3 anos; e (iv) Programa Porto em Ação: período restrito de 6 meses.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 2018:

O Plano 2018 foi terminado em 31.03.2022, mantendo-se em vigor, no entanto, os direitos outorgados aos beneficiários antes de seu término.

Plano 2022:

O Plano 2022 permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado, ou extinto, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da Companhia, a partir de proposta do Conselho de Administração.

Os programas de remuneração aprovados no âmbito do Plano 2022 têm os seguintes prazos de vigência: (i) Programa Remuneração Anual em Ações: prazo indeterminado; (ii) Programa Mega Grant: até o término do período restrito aplicável às ações atribuídas aos beneficiários no ciclo encerrado em 31.12.2025; (iii) Programa Bonificação Adicional: até o término do período restrito aplicável às ações atribuídas aos beneficiários no ciclo encerrado em 31.12.2024; e (iv) Programa Porto em Ação: até o término do período restrito aplicável às ações atribuídas aos beneficiários no ciclo encerrado em 31.12.2025.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 2018:

Caso seja desligado da administração estatutária de que faça parte, seja a administração da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, desde que tenha havido falta grave, conforme definição no contrato de outorga, durante o período de vesting, o beneficiário perderá, de forma automática, e independentemente de qualquer notificação ou comunicação, o direito ao recebimento das ações que lhe caberiam, nos termos do Plano e do contrato de outorga. Neste caso, o beneficiário não terá direito a qualquer indenização, ou qualquer valor, de qualquer natureza, em razão da referida perda de direitos.

Na hipótese de desligamento sem falta grave, o beneficiário conservará o direito de adquirir as ações que lhe caberiam caso o período de vesting fosse completado, desde que cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

Na hipótese de desligamento voluntário do diretor da administração estatutária da Companhia e de todas as sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, de que faça parte, sem que tenha havido falta grave de sua parte, o diretor terá direito ao recebimento de 1/3 (um terço) do total de ações definitivas que lhe seriam atribuídas caso o período de vesting fosse concluído para cada 1 (um) ano completo cumprido do período de vesting, desde cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de aposentadoria por invalidez permanente e falecimento, o beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, conservarão o direito de adquirir as ações que lhes caberiam, nos termos do Plano e do contrato de outorga, independentemente do período de vesting, desde que cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

Na hipótese de desligamento do diretor pelo atingimento de idade máxima determinada nos termos das regras estatutárias e/ou diretrizes internas aplicáveis, a Companhia atribuirá ao diretor as ações a que tem direito, independentemente do período de vesting, desde que cumpridas todas as demais condições previstas no Plano e no contrato de outorga.

Plano 2022:

Caso o beneficiário deixe de ser colaborador da Companhia antes da data base de atribuição das ações referentes a determinado exercício social, o beneficiário em questão perderá o direito ao recebimento das ações referentes à remuneração em ações daquele exercício social.

Caso o beneficiário deixe de ser colaborador da Companhia após a atribuição das ações referentes a determinado exercício social e enquanto perdurar o período restrito, as ações restritas do beneficiário em questão passarão a estar sujeitas a uma opção de compra exercível pela Companhia, observadas as regras de cada programa a respeito da opção de compra.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,92	0,75	14,67
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	A Companhia não tem planos de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício em curso ou que estavam em vigor nos 3 (três) últimos exercícios.	A Companhia não tem planos de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício em curso ou que estavam em vigor nos 3 (três) últimos exercícios.	A Companhia não tem planos de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício em curso ou que estavam em vigor nos 3 (três) últimos exercícios.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

A Companhia não outorgou opções de compra de ações nos 3 (três) últimos exercícios sociais.
Não há outorgas de opções de compra de ações previstas para o exercício social em curso.

8.7 Opções em aberto

Não havia opções de compra em aberto outorgadas pela Companhia no final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não foram exercidas quaisquer opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.

Remuneração baseada em ações no exercício social findo em 31.12.2023		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7,00	6,92
Número de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.

Remuneração baseada em ações no exercício social findo em 31.12.2022		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7,00	6,67
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.

Remuneração baseada em ações no exercício social findo em 31.12.2021		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	6,75	6,17
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.	A Companhia entrega ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, de forma que a atribuição das ações não implica a diluição dos acionistas.

8.10 Outorga de ações

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7,00	8,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00
Data de outorga	n/a	
Quantidade de ações outorgadas	0,00	
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0,00	

* Foi considerado o valor das ações no pregão de 26.02.2024 (último pregão disponível).

Outorga de ações no exercício social findo em 31.12.2023		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7,00	6,92
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	n/a	01.04.2023
Quantidade de ações outorgadas	0,00	48.291
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	As ações são entregues no ato de outorga (Plano 2022).
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	0 a 3 anos, a depender do programa em que as ações foram atribuídas ao beneficiário (Plano 2022).
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	R\$ 23,42 (cotação das ações em 31.03.2023)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0,00	R\$ 1.130.975,22

Outorga de ações no exercício social findo em 31.12.2022		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7,00	6,67
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	n/a	01.04.2022
Quantidade de ações outorgadas	0,00	59.910,90 ações (ações de referência, de acordo com o Plano 2018)
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos, contados da data de término do exercício social anterior à atribuição das ações (período de vesting) (Plano 2018)
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Após a entrega das ações, não há período de restrição adicional (Plano 2018)
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	R\$ 20,92 (cotação das ações em 30.12.2021)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0,00	R\$ 1.253.336,03

Outorga de ações no exercício social findo em 31.12.2021		
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	6,75	6,17
Número de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	n/a	02.04.2021
Quantidade de ações outorgadas	0,00	31.248,02 ações (ações de referência, de acordo com o Plano 2018)
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos, contados da data de término do exercício social anterior à atribuição das ações (período de vesting) (Plano 2018)
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Após a entrega das ações, não há período de restrição adicional (Plano 2018)
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	R\$ 49,00 (cotação das ações em 30.12.2020)

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	6,92	
N° de membros remunerados	0,00	2,00	
N° de ações	0	72.644	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	23,18	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	23,53	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-25.425,40	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus para remuneração variável em ações.		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		6,67	
N° de membros remunerados		3,00	
N° de ações		50.087	
Preço médio ponderado de aquisição		23,18	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		20,96	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		111.193,14	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,75	6,17	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável em ações.	Não houve entrega de ações neste exercício, pois a efetiva entrega das ações depende do transcurso do período de vesting, bem como o cumprimento das demais condições estabelecidas no Plano 2018.	

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

A remuneração variável é determinada da seguinte forma: (i) parte da remuneração variável é determinada pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Remuneração, a cada ano, sendo que parte dela deve ser paga em ações, nos termos de programa de remuneração em ações em vigor; e (ii) parte da remuneração variável é determinada de acordo com outros programas de remuneração em ações aprovados pelo Conselho de Administração.

O valor unitário das ações, considerado para fins da atribuição das ações aos beneficiários, é: (i) no Plano 2018, o preço de cotação das ações no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data da atribuição das ações em questão; e (ii) no Plano 2022, o preço de cotação das ações no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data da atribuição das ações em questão.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, uma vez que o valor das ações correspondente ao preço de cotação das ações em um determinado pregão, previsto no plano de remuneração em ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Porto Seguro S.A. (emissora)	8.800	865.582	0
Pares Empreendimentos e Participações S.A. (controladora indireta)	16.986.763	0	0

Data base: 31.12.2023

8.14 Planos de previdência

Administradores da Companhia			
	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de membros	7	6	13
Nº de membros remunerados	0	2	2
Nome do plano	Plano de Benefícios PORTOPREV II	Plano de Benefícios PORTOPREV II	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	2	2
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) completar 55 anos e (ii) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora		
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	6.839.925,90	6.839.925,90
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	699.215,64	699.215,64
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	(i) rescindir ou tiver rescindido o vínculo empregatício ou de direção com a patrocinadora, (ii) direito a receber parcela do fundo patrocinado de acordo com o tempo de vínculo ao Plano e (iii) sem limite de idade. Tempo de vinculação ao Plano / Percentual incidente sobre o saldo do Fundo Patrocinado: < 3 anos / 0%; ≥3 anos < 4 anos / 20%; ≥4 anos < 5 anos / 30%; ≥5 anos < 6 anos / 40%; ≥6 anos < 7 anos / 50%; ≥7 anos < 8 anos / 60%; ≥8 anos < 9 anos / 70%		

Observações:

- A Companhia não é patrocinadora da Portoprev. As contribuições mencionadas na tabela acima são efetuadas por sua controlada Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em nome dos administradores da Companhia inscritos no plano de previdência, na qualidade de Diretores Estatutários dessa controlada.
- As regras estabelecidas no Regulamento do Plano de Benefícios PORTOPREV são únicas para administradores e empregados do Grupo Porto.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	6,92	6,67	6,17	7,00	7,00	6,75	0,75	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,00	6,00	6,00	6,00	0,75	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	5.162.234,52	5.222.195,00	4.177.787,00	14.938.454,56	7.896.972,00	9.917.050,00	19.933,98	75.272,00	68.330,00
Valor da menor remuneraçãoReal	5.162.234,52	5.222.195,00	4.177.787,00	490.820,38	464.644,00	463.970,00	19.933,98	75.272,00	68.330,00
Valor médio da remuneraçãoReal	5.162.234,52	5.222.195,00	4.177.787,00	2.964.870,46	1.775.064,00	2.102.754,00	19.933,98	75.272,00	68.330,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021	Os cálculos do valor das menores remunerações anuais foram apurados com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício	Órgão	N.º de membros	Percentual de remuneração de membros que sejam partes relacionadas
2024 (previsão)	Conselho de Administração	4	70,21%
	Diretoria	1	23,52%
	Conselho Fiscal	0	0,00%
2023	Conselho de Administração	4	70,03%
	Diretoria	1	22,43%
	Conselho Fiscal	0	0,00%
2022	Conselho de Administração	4	55,96%
	Diretoria	1	32,43%
	Conselho Fiscal	0	0,00%
2021	Conselho de Administração	4	64,79%
	Diretoria	1	24,58%
	Conselho Fiscal	0	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

A Companhia não remunerou os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Todos os membros da diretoria da Companhia recebem remuneração em função de cargos exercidos em suas controladas. Não há remunerações pagas por outras razões que não sejam em função de cargos exercidos pelos administradores nas controladas da Companhia.

A remuneração total dos diretores reconhecida no resultado de controladas da Companhia, indicada nas tabelas abaixo, observa as regras estabelecidas nos estatutos sociais de cada sociedade pagadora e o disposto no artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

Exercício social 2024 (previsão)

PSSA	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos (PSIUPAR, Pares e Rosag)	Não há	Não há	Não há	Não há
Controladas do emissor	50.008	125.017.517	Não há	127.619.253
Sociedades sob controle comum	Não há	Não há	Não há	Não há

Exercício social 2023

PSSA	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos (PSIUPAR, Pares e Rosag)	Não há	Não há	Não há	Não há
Controladas do emissor	25.004	108.365.325	Não há	109.690.329
Sociedades sob controle comum	Não há	Não há	Não há	Não há

Exercício social 2022

PSSA	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos (PSIUPAR, Pares e Rosag)	Não há	Não há	Não há	Não há
Controladas do emissor	Não há	56.280.168	Não há	56.280.168
Sociedades sob controle comum	Não há	Não há	Não há	Não há

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Exercício social 2021

PSSA	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos (PSIUPAR, Pares e Rosag)	Não há	Não há	Não há	Não há
Controladas do emissor	Não há	56.226.248	Não há	56.226.248
Sociedades sob controle comum	Não há	Não há	Não há	Não há

Não há remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia suportada por seus controladores diretos ou indiretos.

8.20 Outras informações relevantes

A remuneração recebida pelos administradores estatutários da Companhia e de suas controladas, no exercício social de 2023, é indicada abaixo:

Remuneração total do exercício social findo em 31.12.2023 (Companhia e controladas)				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros				
Nº total de membros	7,00	33,50	3,00	43,50
Nº de membros remunerados	6,00	33,50	0,75	40,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.780.914,84	33.419.155,94	59.801,94	36.259.872,72
Benefícios diretos e indiretos	0,00	4.166.904,53,00	0,00	4.166.904,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	14.196.144,92	130.679.980,27	0,00	144.876.125,19
Participação em reuniões	812.163,00	0,00	0,00	812.163,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	1.833.021,76	0,00	1.833.021,76
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	47.246.848,19	0,00	47.246.848,19
Total da remuneração (por órgão)	17.789.222,76	217.345.910,69	59.801,94	235.194.935,38
Total da remuneração (global)	235.194.935,38			

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda		Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/01/2022		01/01/2022	
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, consolidadas e de suas controladas; auditoria atuarial das controladas supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); revisão de hedge account e usufruto das ações; prestação de serviços de assegurações e revisões específicas para atendimento às exigências regulatórias das controladas; e "Due Dilligences" contratadas eventualmente.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Honorários relativos a serviços de auditoria para o exercício de 2023: R\$ 4.992.100 Honorários relativos a outros serviços para o exercício de 2023: R\$ 3.912.831 Honorários totais para exercício de 2023: R\$ 8.904.931			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Não se aplica.

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	581	734	0	0	0
Não-liderança	7082	4940	15	0	2
TOTAL = 13.354	7663	5674	15	0	2

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	34	973	55	252	1	0	0
Não-liderança	197	7042	1193	3585	21	0	1
TOTAL = 13.354	231	8015	1248	3837	22	0	1

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	33	1140	142
Não-liderança	3451	7816	772
TOTAL = 13.354	3484	8956	914

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	3	22	12	1217	18	43
Não-liderança	25	228	99	11314	207	166
TOTAL = 13.354	28	250	111	12531	225	209

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	16	12	0	0	0
Nordeste	125	125	0	0	0
Centro-Oeste	50	61	0	0	0
Sudeste	7255	5259	15	0	2
Sul	105	120	0	0	0
Exterior	112	97	0	0	0
TOTAL = 13.354	7663	5674	15	0	2

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	1	18	1	8	0	0	0
Nordeste	5	103	25	117	0	0	0
Centro-Oeste	0	56	11	44	0	0	0
Sudeste	224	7451	1203	3630	22	0	1
Sul	1	178	8	38	0	0	0
Exterior	0	209	0	0	0	0	0
TOTAL = 13.354	231	8015	1248	3837	22	0	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	2	24	2
Nordeste	28	202	20
Centro-Oeste	9	92	10
Sudeste	3391	8314	826
Sul	21	176	28
Exterior	33	148	28
TOTAL = 13.354	3484	8956	914

10.1 Descrição dos recursos humanos

Recursos Humanos	2020	2021	2022	2023
a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)	12.810	12.907	13.455	13.386
	(81,96% Matriz e 18,04% demais localidades)	(82,89% Matriz e 17,11% demais localidades)	(83,31% Matriz e 16,69% demais localidades)	(84,83% Matriz e 15,17% demais localidades)
b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)	11.327	12.137	13.239	12.986
	(75,30% Matriz e 24,70% demais localidades)	(85,05% Matriz e 14,95% demais localidades)	(84,52% Matriz e 15,48% demais localidades)	(77,63% Matriz e 22,37% demais localidades)
c. índice de rotatividade	13,80%	25,99%	22,86%	17,22%
d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas*	10,96%	5,36%	6,18%	6,72%

*Critério de cálculo: quantidade de novas contingências trabalhistas / quantidade de desligados.

10.2 Alterações relevantes

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2023 com 13.386 funcionários, sendo 8.719 pessoas nas empresas seguradoras e 4.667 nas demais. Foram admitidos 2.377 colaboradores, desses, foram 358 nos programas de diversidade: “Programa de Jovem Aprendiz” e “Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 17,22%, 5,64 pontos percentuais menor que no ano anterior.

Houve redução no quadro de funcionários total da Corporação de 0,51%, saindo de 13.455 em dezembro de 2022 para 13.386 em dezembro de 2023. A empresa do grupo que possui maior representatividade nesse comportamento é a Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

O parâmetro para definição dos salários praticados pela empresa é a mediana (medida estatística) dos valores praticados pelo mercado de trabalho, representado pelas tabelas salariais que identificam os níveis e faixas salariais.

A atualização dos valores das tabelas ocorre uma vez por ano através da competitividade de mercado, exceto para os casos de piso salarial que aplica-se o reajuste mediante as convenções e/ou acordos coletivos.

Aumentos salariais:

O reajuste salarial decorrente de convenção e/ou acordo coletivo depende da negociação entre sindicatos de empregadores e de empregados e varia de acordo com a data base de cada categoria. Uma vez estabelecido o percentual no instrumento coletivo, esse percentual de reajuste é aplicado ao salário dos colaboradores.

Os aumentos individuais consideram a análise individual de desempenho dos colaboradores e possuem os tipos de movimentações a seguir:

- O aumento decorrente de Enquadramento é aquele que eleva o salário até a faixa inicial do cargo, e não há limite de percentual para realizar o ajuste.

- Carência de 6 (seis) meses, entre um ajuste e outro que caracteriza aumento salarial, seja por enquadramento na faixa ou mérito;

- A aprovação é efetuada pelo Gerente da área.

- O aumento por Mérito é concedido mediante o desempenho do colaborador e a aplicação ocorre a partir da faixa inicial, de acordo com as diretrizes abaixo:

- Carência de 6 (seis) meses, entre um ajuste e outro;

- A aprovação é efetuada pelo Gerente da área.

- A Promoção ocorre quando o colaborador passa a exercer de forma definitiva um cargo de nível hierárquico superior de maior complexidade e/ou responsabilidade e embora não obrigatório, recomenda-se que todas as promoções impactem em aumento salarial, desde que exista a vaga disponível e aprovada, de acordo com as diretrizes abaixo:

- Carência de 6 (seis) meses, entre um ajuste e outro;

- O colaborador dever ter no mínimo 6 (seis) meses no cargo atual para ser elegível a promoção.

Remuneração Variável:

O programa de remuneração variável tem como objetivo reconhecer o alcance de metas estratégicas da empresa, atrelado ao desempenho institucional e das áreas que estão relacionadas à melhoria de resultados da corporação. Os objetivos são traduzidos para toda a organização por meio de indicadores e as metas de cada indicador definidas anualmente.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

b. Política de benefícios

A Política de benefícios é baseada na competitividade do mercado e referência na atração e retenção dos melhores profissionais, sob esse conceito a estratégia da empresa é potencializar o pacote de remuneração com programas voltados ao desenvolvimento e o bem-estar dos colaboradores.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

O Programa Porto em Ação é uma ferramenta para potencializar o engajamento das equipes para o atingimento das principais metas da temporada. Com o atingimento dessas metas, a Porto recompensará os colaboradores (CLTs) com ações da companhia, fortalecendo nossa parceria em busca de um objetivo comum aos negócios. Para ser elegível, o colaborador deve estar ativo ao final da apuração do exercício.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
14.938.453,56	64.416,00	231,91
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Porto se relaciona com 56 sindicatos laborais e 20 patronais, sendo que o sindicato laboral com maior número de empregados é o dos Securitários do Estado de São Paulo. Com todo eles, busca manter um relacionamento, visando solucionar eventuais questionamentos e denúncias, além de uma negociação ganha-ganha dentro do campo de boas práticas de relações sindicais. Mantém diversos acordos negociados com os referidos sindicatos, estabelecendo regras de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, utilização de banco de horas, teletrabalho e controle alternativo de jornada. Além disto, a Porto Seguro se faz presente na comissão de negociação para renovação anual da convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Securitários, Sindicato Nacional das Administradoras de Consórcio e Sindicato das Empresas Financeiras, tendo ao longo do tempo ampliado sua representação nas assembleias e participações patronais, assim como nas mesas de negociação dos sindicatos laborais. As reuniões de negociação ocorrem de acordo com as pautas patronais e laborais e datas bases de cada categoria. Adicionalmente, as comissões patronais realizam reuniões periódicas com vistas a desenvolver novos temas e práticas no campo das relações trabalhistas, visando a sua constante modernização frente aos desafios que surgem no dia-a-dia das empresas.

Não houve nos últimos três anos, movimentos de paralisação ou greves nas categorias sindicais com as quais a Porto se relaciona.

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 Regras, políticas e práticas

Naquilo que lhe for aplicável, a Companhia e suas controladas devem observar a Política de Transações entre Partes Relacionadas da PSSA, que é aplicável a todas as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas (as principais regras e procedimentos aplicáveis estão descritos ao longo deste item 11.1).

Nas operações realizadas entre partes relacionadas, são observadas as seguintes condições:

- a) as transações devem estar em condições de mercado, sempre que viável e de acordo com o estabelecido na política interna e, ainda, em consonância com as demais práticas utilizadas pela Administração da Companhia, tais como as diretrizes dispostas no Código de Ética da Companhia e demais políticas internas;
- b) as transações devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como: nome das partes, preço global, preço unitário, prazos, garantias, recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, condições para rescisão, etc.;
- c) as transações que envolvem compartilhamento de custos e despesas comuns às partes devem ser feitas nos limites de custos incorridos; e,
- d) as transações devem estar claramente divulgadas nas demonstrações contábeis da Porto Seguro, conforme os critérios de materialidade trazidos pelas normas contábeis.

Na hipótese de qualquer empresa do Grupo Porto Seguro vir a ser contratada por Partes Relacionadas em operações ativas, passivas ou prestações de serviços deverão ser praticadas as condições de mercado aplicáveis a outros clientes que tenham o mesmo perfil, exposição ao risco, volume de recursos, dentre outras características. Exceto em situações nas quais o sigilo decorra de obrigação legal.

Com o objetivo de tornar as verticais de negócios do Grupo Porto cada vez mais independentes, sem deixar de fortalecer e promover as sinergias e complementaridades existentes entre as diferentes unidades de negócios, a administração da Companhia avalia continuamente o aprimoramento das práticas, regras e procedimentos para realização de operações com partes relacionadas.

Em casos raros onde não houver equivalentes de mercado para os produtos ou serviços prestados (tais como serviços especializados ou “prime”), a Administração documentará e aprovará o racional utilizado para a definição dos preços praticados.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas nas seguintes hipóteses:

- a) concessão de empréstimos ou adiantamentos nos termos do artigo 17 da Lei nº 7.492/86 e naquelas situações não autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- b) contratos de prestação de serviços ou fornecimento de produtos pela Companhia e suas Controladas com Partes Relacionadas que envolvam remuneração não justificável ou desproporcional em termos de geração de valor para a Companhia; e;
- c) repasse de valores acima dos custos incorridos, quando do rateio de custos e despesas comuns às partes.

A Política de Transações entre Partes Relacionadas está disponível na CVM e na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br/>).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Azul Companhia de Seguros Gerais	31/12/2023	11.726.577,03	760.725,03	100	48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura (29/06/2022).	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Montante referente ao reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A. em favor da Azul Companhia de Seguros Gerais para cumprimento de obrigações de pagamento de reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância forçada no âmbito de contrato de venda de imóveis. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A a título de despesas com manutenção de imóveis e indenização pela vacância forçada de imóveis alienados pela Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Saúde, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e Porto Seguro Vida e Previdência. Foram emitidos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de identificar o valor de mercado e, em razão da existência do pagamento de ajuste de preço e da indenização pela vacância forçada, os imóveis foram vendidos a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor indicado nos laudos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Azul Companhia de Seguros Gerais	31/12/2023	774.894.903,92	38.936.743,47	100	Indeterminado, exceto seguro saúde com renovação anual, locação de veículo com 36 (trinta e seis) meses para o Grupo Elegíveis I e 24 (vinte e quatro) meses para o Grupo Elegíveis II, contados a partir da data de assinatura e O contrato tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042 referente aos serviços automotivos e residenciais.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Regulamento de Arranjo de Pagamento/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Administração de título : O contrato pode ser encerrado a qualquer tempo por qualquer das partes, sem ônus ou penalidade, mediante simples notificação com aviso prévio de 30 dias e 60 dias para os serviços de call center. O contrato também poderá ser considerado rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), caso o descumprimento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação a esse respeito. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Rateios: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Serviços automotivos e residencial: Em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente. Arranjo de Pagamento: O contrato pode ser encerrado mediante aviso prévio.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Crediporto Promotora de Serviços Ltda.	31/12/2023	36.798.498,06	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de desenvolvimento e assessoramento de negócios. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Para operação de serviços de desenvolvimento e assessoramento de negócios: O contrato pode ser encerrado a qualquer tempo por qualquer das partes, sem ônus ou penalidade, mediante simples notificação com aviso prévio de 30 dias. O contrato também poderá ser considerado rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), caso o descumprimento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação a esse respeito.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Crediporto Promotora de Serviços Ltda.	31/12/2023	9.722.134,82	119.382,89	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	31/12/2023	107.475.301,69	3.610.961,07	100	Indeterminado, exceto seguro saúde com renovação anual, locação de veículo com 36 (trinta e seis) meses para o Grupo Elegíveis I e 24 (vinte e quatro) meses para o Grupo Elegíveis II, contados a partir da data de assinatura e O contrato tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042 referente aos serviços automotivos e residenciais.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de locação de veículos aos colaboradores/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato pode ser encerrado a qualquer tempo por qualquer das partes, sem ônus ou penalidade, mediante simples notificação com aviso prévio de 30 dias e 60 dias para os serviços de call center. O contrato também poderá ser considerado rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), caso o descumprimento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação a esse respeito. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Rateios: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Locação de veículo: Em caso de desligamento do funcionário ocorra a impossibilite o desconto do valor da multa em folha de pagamento, a contratante arcará com os valores da multa/infrações e taxa de administração. Serviços automotivos e residencial: Em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	31/12/2023	1.855.528,24	153.833,46	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mobitech Locadora de Veículos S.A.	31/12/2023	25.807.006,47	508.958,25	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual e serviços automotivo e residencial, onde o contrato tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial/Receita com venda de peças recuperadas/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento e 30 dias para os serviços de call center. Rateio: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela contratante. Serviços automotivos e residencial: Em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mobitech Locadora de Veículos S.A.	31/12/2023	14.667.966,03	1.703,35	100	Indeterminado para operação de rateio e para locação de veículo, 36 (trinta e seis) meses para o Grupo Elegíveis I e 24 (vinte e quatro) meses para o Grupo Elegíveis II, contados a partir da data de assinatura.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de locação de veículos aos colaboradores. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido (as despesas variam mês a mês para os casos de rateio e embora tenha valores de mensalidades pré fixadas com maximas de acordo com os grupos elegíveis); nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Para os casos de locação, se houver desligamento do funcionário impossibilitando o desconto do valor da multa em folha de pagamento, a contratante arcará com os valores da multa/infrações e taxa de administração.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Bank S.A.	31/12/2023	38.275,00	38.275,00	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Negócios Financeiros S.A.	31/12/2023	63.275,00	63.275,00	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Saúde S.A	31/12/2023	14.410.410,06	1.513.395,92	100	48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura (29/06/2022).	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Montante referente ao reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A. em favor da Porto Saúde S.A. para cumprimento de obrigações de pagamento de reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância forçada no âmbito de contrato de venda de imóveis. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A a título de despesas com manutenção de imóveis e indenização pela vacância forçada de imóveis alienados pela Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Saúde, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e Porto Seguro Vida e Previdência. Foram emitidos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de identificar o valor de mercado e, em razão da existência do pagamento de ajuste de preço e da indenização pela vacância forçada, os imóveis foram vendidos a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor indicado nos laudos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Saúde S.A	31/12/2023	159.145.674,86	13.463.088,52	100	Indeterminado.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Serviços de saúde prestados de gestão de saúde, medicina ambulatorial restrita e consultas/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento e 30 dias para os serviços de call center. Rateio: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Saúde S.A	31/12/2023	214.397.476,86	1.922.026,50	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.	31/12/2023	126.755.360,00	9.673.335,07	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Prestação de serviços de subscrição de títulos de capitalização/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato pode ser encerrado a qualquer tempo por qualquer das partes, sem ônus ou penalidade, mediante simples notificação com aviso prévio de 30 dias e 60 dias para os serviços de call center. O contrato também poderá ser considerado rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), caso o descumprimento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação a esse respeito. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Rateios: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Serviços automotivos e residencial: O contrato poderá ser encerrado mediante aviso prévio – clientes Consórcio. Subscrição de título: Aviso prévio com 120 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.	31/12/2023	1.049.103,99	66.012,50	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.	31/12/2023	1.691.965.116,11	0	100	Indeterminado para operação de rateio. Para os serviços de assistência automotiva e residencial, o contrato tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para os Em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente. Já para os serviços de assistência automotiva e residencial, em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.	31/12/2023	147.828.497,91	6.661.669,53	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Atendimento Ltda.	31/12/2023	99.026.912,39	5.818.882,98	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de assessoria e consultoria. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio e Consultoria: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Atendimento Ltda.	31/12/2023	235.696.436,59	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser encerrado a qualquer tempo por qualquer das partes, sem ônus ou penalidade, mediante simples notificação com aviso prévio de 60 dias. O contrato também poderá ser considerado rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), caso o descumprimento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação a esse respeito.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Capitalização S.A.	31/12/2023	16.930.502,03	1.422.283,22	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual e serviços automotivo e residencial, onde o contrato tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento e 30 dias para os serviços de call center. Rateio: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela contratante. Serviços automotivos e residencial: Em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Capitalização S.A.	31/12/2023	6.551.220,62	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de subscrição de títulos de capitalização. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio com 120 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	31/12/2023	13.239.745,93	2.048.103,50	100	48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura (29/06/2022).	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Montante referente ao reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A. em favor da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais para cumprimento de obrigações de pagamento de reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância forçada no âmbito de contrato de venda de imóveis. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A a título de despesas com manutenção de imóveis e indenização pela vacância forçada de imóveis alienados pela Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Saúde, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e Porto Seguro Vida e Previdência. Foram emitidos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de identificar o valor de mercado e, em razão da existência do pagamento de ajuste de preço e da indenização pela vacância forçada, os imóveis foram vendidos a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor indicado nos laudos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	31/12/2023	67.794,37	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia” contratada), com a operação de rateio de despesas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	31/12/2023	1.425.174.553,48	286.543,21	100	Indeterminado, exceto seguro saúde com renovação anual, locação de veículo com 36 (trinta e seis) meses para o Grupo Elegíveis I e 24 (vinte e quatro) meses para o Grupo Elegíveis II, contados a partir da data de assinatura, além disso, o contrato referente aos serviços automotivos e residenciais tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Receita com venda de venda de equipamentos/Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Prestação de serviços de subscrição de títulos de capitalização/Regulamento de Arranjo de Pagamento/Serviços de desenvolvimento e assessoramento de negócios/Serviços de locação de veículos aos colaboradores/Serviços de assessoria e consultoria/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de saúde prestados de gestão de saúde, medicina ambulatorial restrita e consultas. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Conforme natureza das operações e contratos.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	31/12/2023	1.080.622.914,76	106.137.745,14	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Investimentos Ltda.	31/12/2023	958.848,02	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser encerrado mediante aviso prévio.					
Natureza e razão para a operação	Porto Seguro Investimentos Ltda. (contratada) com os serviços de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários e ativos da Companhia e de suas controladas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Investimentos Ltda.	31/12/2023	7.835.005,10	618.014,75	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Investimentos Ltda.	31/12/2023	15.736.291,62	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda.	31/12/2023	174.762,76	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Receita com venda de venda de equipamentos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda.	31/12/2023	8.301.394,39	508.151,52	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Renova – Serviços e Comércio Ltda.	31/12/2023	22.909,70	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Receita com venda de peças recuperadas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Renova – Serviços e Comércio Ltda.	31/12/2023	2.566.688,33	213.893,77	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda.	31/12/2023	538.159,04	0	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio e Consultoria: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda.	31/12/2023	2.255.805,55	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de saúde prestados de gestão de saúde, medicina ambulatorial restrita e consultas. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda.	31/12/2023	10.025.445,80	773.621,72	100	Indeterminado, exceto seguro saúde que possui renovação anual.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	31/12/2023	5.054.953,94	20.552,22	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de assessoria e consultoria. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	31/12/2023	13.116.081,55	532.375,14	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Serviços Médicos Ltda.	31/12/2023	32.106.984,32	2.477.671,70	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda.	31/12/2023	48.903,82	0	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda.	31/12/2023	55.238,96	205,92	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas:O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Telecomunicações Ltda.	31/12/2023	3.063,57	1.380,24	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas:O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	31/12/2023	154.901,45	11.786,83	100	48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura (29/06/2022).	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Montante referente ao reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A. em favor da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. para cumprimento de obrigações de pagamento de reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância forçada no âmbito de contrato de venda de imóveis. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A a título de despesas com manutenção de imóveis e indenização pela vacância forçada de imóveis alienados pela Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Saúde, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e Porto Seguro Vida e Previdência. Foram emitidos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de identificar o valor de mercado e, em razão da existência do pagamento de ajuste de preço e da indenização pela vacância forçada, os imóveis foram vendidos a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor indicado nos laudos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	31/12/2023	29.356.261,39	1.901.596,52	100	Indeterminado, exceto seguro saúde com renovação anual.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Prestação de serviços de subscrição de títulos de capitalização. Obs.: Tendo em vista o objeto do contrato, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor anual consolidado de despesas com a referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Serviços de administração, o contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento e 30 dias para os serviços de call center. Rateio: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Subscrição de título: Aviso prévio com 120 dias de antecedência. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda.	31/12/2023	926.923,12	17.289,43	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	31/12/2023	1.277.111,20	101.522,88	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo "montante envolvido" o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	31/12/2023	6.728.730,00	446.327,12	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas: O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, e sem justificativa de motivos, mediante simples notificação prévia, escrita e protocolada com antecedência mínima de 30 dias e 60 dias para serviços de call center. O contrato poderá ser considerado rescindido de pleno direito também nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 05 (cinco) dias, contados do seu recebimento. Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Exceto para seguro saúde, necessita de aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante. Rateio: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	31/12/2023	345.494.000,00	21.491.012,84	100	Indeterminado, exceto seguro saúde com renovação anual, locação de veículo com 36 (trinta e seis) meses para o Grupo Elegíveis I e 24 (vinte e quatro) meses para o Grupo Elegíveis II, contados a partir da data de assinatura e O contrato tem prazo de vigência de 20 anos, com término em 01.05.2042 referente aos serviços automotivos e residenciais.	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas/Serviços de “call center” prestados em favor de controladas da Companhia/Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados em favor de colaboradores/Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Serviços de desenvolvimento e assessoramento de negócios/Serviços de locação de veículos aos colaboradores/ Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial aos clientes que contratam serviços da Porto Assistência utilizando o cartão de crédito da Portoseg. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Desenvolvimento e Assessoramento de negocios e para Serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros em favor da Companhia e de suas controladas : O contrato pode ser encerrado a qualquer tempo por qualquer das partes, sem ônus ou penalidade, mediante simples notificação com aviso prévio de 30 dias e 60 dias para os serviços de call center. O contrato também poderá ser considerado rescindido de pleno direito nas seguintes hipóteses: (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes; (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos; (c) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas em contrato e em seu(s) anexos (s), caso o descumprimento não tenha sido sanado em 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação a esse respeito. Seguro saúde: Mediante aviso prévio ou inadimplência de pagamento pela Contratante Rateios: Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação. Serviços automotivos e residencial: Em caso de descumprimento do contrato, a parte infratora poderá ficar sujeita à execução específica do contrato e à obrigação de indenizar a parte inocente. Locação de veículos: Em caso de desligamento do funcionário ocorra a impossibilite o desconto do valor da multa em folha de pagamento, a contratante arcará com os valores da multa/infrações e taxa de administração.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	31/12/2023	41.741.373,29	977.524,03	100	Indeterminado	Não há
Relação com o emissor	Sociedade controlada.					
Objeto contrato	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos/Regulamento de Arranjo de Pagamento. Obs.: Tendo em vista o objeto contratado, a operação não contempla um montante envolvido previamente estabelecido; nesse sentido, foram indicados no campo “montante envolvido” o valor consolidado anual da referida operação em 31 de dezembro de 2023, motivo pelo qual foi indicado também esta data como data da transação					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável pois o contrato permanece vigente. O contrato poderá ser encerrado por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem qualquer ônus ou encargo, mediante simples notificação.					
Natureza e razão para a operação	Não há					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Identificação da operação	Receitas oriundas da cobrança de prêmio de seguro saúde e outros serviços de saúde prestados por controladas da Companhia em favor das demais empresas do Grupo Porto.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotadas medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados pelas controladas da Companhia observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.

Identificação da operação	Rateio de despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de recursos humanos do Grupo Porto.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotado medidas formais para tratar conflitos de interesses, as despesas objeto de rateio foram incorridas observando condições semelhantes ao que o mercado pratica, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia e suas contrapartes.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	As transações que envolvem compartilhamento de custos e despesas são feitas nos limites dos custos incorridos e observando condições semelhantes ao que o mercado pratica, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia e suas contrapartes.

Identificação da operação	Receitas oriundas de serviços de "call center" prestados em favor de controladas da Companhia.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotado medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados das controladas da Companhia pela Porto Atendimento observam condições semelhantes ao que a Porto Atendimento pratica com outras empresas em operações da mesma natureza e volume, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados das controladas da Companhia pela Porto Atendimento observam condições semelhantes ao que a Porto Atendimento pratica com outras empresas em operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
--	---

Identificação da operação	Receitas oriunda de serviços de administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros prestados em favor da Companhia e de suas controladas.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotadas medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados observam condições semelhantes ao que a Porto Investimentos e Capitalização pratica com outras empresas em operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados observam condições semelhantes ao que a Porto Investimentos e Capitalização praticam com outras empresas em operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.

Identificação da operação	Receitas oriundas de reembolso de despesas suportadas pela Porto Seguro S.A para cumprimento de obrigações de pagamento de reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no âmbito de contrato de venda de imóveis da Porto Saúde S.A, Porto Cia, Azul Seguros e Vida e Previdência.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotado medidas formais para tratar conflitos de interesses, as despesas objeto de rateio foram incorridas observando condições semelhantes ao que o mercado pratica, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia e suas contrapartes.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Todas as empresas do grupo que alienaram imóveis no âmbito da operação possuem as mesmas condições contratuais e são tratadas <i>pari passu</i> .

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Identificação da operação	Receitas oriundas da prestação de serviços de assistência automotiva e residencial em favor a clientes das empresas do Grupo Porto.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotadas medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados pelas controladas da Companhia observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação. Adicionalmente, os valores cobrados podem variar conforme critérios de sazonalidade, km adicional rodado, adicional noturno, hora parada, tipo de estrada, particularidades de regiões atendidas, dentre outros.

Identificação da operação	Receitas oriundas com venda de peças da Porto Renova em favor da Companhia.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotadas medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados observam condições semelhantes ao que a Porto Renova pratica com outras empresas em operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.

Identificação da operação	Receitas oriundas de locação de veículos por controladas da Companhia em favor das demais empresas do Grupo.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotadas medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados observam condições semelhantes ao que a Porto Renova pratica com outras empresas em operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Identificação da operação	Receitas oriundas de correspondentes bancários e operações com cartão de crédito por controladas da Companhia em favor das demais empresas do Grupo.
Medidas tomadas para tratar conflito de interesses	Embora não tenham sido adotadas medidas formais para tratar conflitos de interesses, os valores cobrados observam condições semelhantes ao que as controladas da Companhia praticam no mercado para operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.
Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Os valores cobrados observam condições semelhantes ao que a Portoseg e Crediporto praticam com outras empresas em operações da mesma natureza, volume e prazo, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para as partes envolvidas na transação.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/10/2021			8.500.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
646.586.060		0	646.586.060

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/10/2021			8.500.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
646.586.060		0	646.586.060

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/10/2021			8.500.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
646.586.060		0	646.586.060

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
20/10/2021			0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
108.279.858		0	108.279.858

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica, pois a Companhia não possui valores mobiliários emitidos em mercados estrangeiros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	5ª (quinta) emissão de Letras Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Data de emissão	14/03/2022
Data de vencimento	14/03/2026
Quantidade	6.500
Valor nominal global R\$	650.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	590.510.622,80
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	as Letras Financeiras somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emitente, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Letras Financeiras deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado:

1ª Série: 24 (vinte e quatro) meses e 10 (dez) dias, contados da Data de Emissão.

2ª Série: 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão.

3ª Série: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão.

As obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Letras Financeiras estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Letras Financeiras, a Emitente obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido das respectivas Remunerações, inclusive encargos moratórios conforme previstos na Cláusula 5.8.5 do DIE, se houver, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente nos termos da Letra Financeira ou do DIE, fora do âmbito da B3, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente de Letras Financeiras à Emitente, sem prejuízo dos encargos moratórios.

ii. juros: Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de Bookbuilding.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de Bookbuilding.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de Bookbuilding.

iii. garantia: N/A.

iv. restrições impostas ao emissor, sob pena de vencimento antecipado em relação: realização de qualquer pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado, pela Emitente, caso esta esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas no DIE, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, que fica permitido, desde que no percentual atualmente previsto no estatuto da Emitente.

v. agente de letras financeiras: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Letras Financeiras que representem a metade, no mínimo, das Letras Financeiras em Circulação da respectiva Série ou de forma conjunta entre as Séries, conforme aplicável, e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares de Letras Financeiras. Nas deliberações da Assembleia Geral, a cada Letra Financeira em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titular de Letra Financeira ou não. Qualquer deliberação em Assembleia Geral deverá contar com a aprovação de titulares de Letras Financeiras representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Letras Financeiras em Circulação da respectiva Série ou de forma conjunta entre as Séries, conforme aplicável, ressalvados os quóruns específicos previstos no DIE. Especificamente na hipótese em que a Assembleia Geral seja convocada com a finalidade de deliberar sobre eventual alteração das disposições do DIE relacionadas a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do DIE, quóruns e cláusulas de Eventos de Crédito e de Vencimento Antecipado, o quórum de aprovação será de, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Letras Financeiras em Circulação, considerando as Letras Financeiras da 1ª Série e das Letras Financeiras da 2ª Série em conjunto.
Outras características relevantes	N/A
Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	6ª (sexta) emissão de Letras Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Data de emissão	22/03/2024
Data de vencimento	22/04/2027
Quantidade	6.500
Valor nominal global R\$	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	801.371.708,73
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	as Letras Financeiras somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emitente, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Letras Financeiras deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	1ª Série: 24 (vinte e quatro) meses e 10 (dez) dias, contados da Data de Emissão – liquidado em mar/24 2ª Série: 37 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão. As obrigações assumidas pela Emissora no âmbito das Letras Financeiras estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Letras Financeiras, a Emitente obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido das respectivas Remunerações, inclusive encargos moratórios conforme previstos na Cláusula 5.8.5 do DIE, se houver, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente nos termos da Letra Financeira ou do DIE, fora do âmbito da B3, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente de Letras Financeiras à Emitente, sem prejuízo dos encargos moratórios.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente 0,60% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de Bookbuilding. Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa equivalente 0,75% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida no Procedimento de Bookbuilding. iv. restrições impostas ao emissor, sob pena de vencimento antecipado em relação: realização de qualquer pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado, pela Emitente, caso esta esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas no DIE, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, que fica permitido, desde que no percentual atualmente previsto no estatuto da Emitente. j. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Letras Financeiras que representem a metade, no mínimo, das Letras Financeiras em Circulação da respectiva Série ou de forma conjunta entre as Séries, conforme aplicável, e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares de Letras Financeiras. Nas deliberações da Assembleia Geral, a cada Letra Financeira em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titular de Letra Financeira ou não. Qualquer deliberação em Assembleia Geral deverá contar com a aprovação de titulares de Letras Financeiras representando, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Letras Financeiras em Circulação da respectiva Série ou de forma conjunta entre as Séries, conforme aplicável, ressalvados os quóruns específicos previstos no DIE. Especificamente na hipótese em que a Assembleia Geral seja convocada com a finalidade de deliberar sobre eventual alteração das disposições do DIE relacionadas a prazos, forma de remuneração, datas de pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do DIE, quóruns e cláusulas de Eventos de Crédito e de Vencimento Antecipado, o quórum de aprovação será de, pelo menos, 90% (noventa por cento) das Letras Financeiras em Circulação, considerando as Letras Financeiras da 1ª Série e das Letras Financeiras da 2ª Série em conjunto.
Outras características relevantes	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª (primeira) emissão de Debêntures da Mobitech Locadora de Veículos S.A.
Data de emissão	19/11/2021
Data de vencimento	19/11/2024
Quantidade	400.000
Valor nominal global R\$	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	104.415.511,60
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	1º série liquidada em 19/11/2024 As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no artigo 12 da Resolução CVM 30) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme definido no artigo 11 da Resolução CVM 30), ressalvado o lote de Debêntures objeto da garanti firme eventualmente exercida pelos Coordenadores, nos termos do inciso II, artigo 13 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	(i) A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 19 de novembro de 2022, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), devendo encaminhar aviso prévio aos respectivos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os respectivos Debenturistas), com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário as Debêntures a serem resgatadas, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração das respectivas Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido do prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado pro rata temporis em relação ao prazo remanescente das Debêntures da respectiva Série, incidente sobre o valor do resgate antecipado, o qual será calculado conforme fórmula constante da Cláusula 5.1.2 da Escritura de Emissão. (ii) A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), com o consequente cancelamento das respectivas Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s), sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate antecipado das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”).

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de novembro de 2023 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de novembro de 2024. As obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático ("Eventos de Inadimplemento"). Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento da totalidade das Debêntures, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início Rentabilidade da respectiva Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quando aplicáveis.

ii. juros: Remuneração das Debêntures da Primeira Série
Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com as respectivas fórmulas previstas na Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série
Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com as respectivas fórmulas previstas na Escritura de Emissão.

iii. garantia: Fiança

iv. restrições impostas ao emissor, sob pena de vencimento antecipado em relação: (i) Risco de vencimento antecipado caso haja distribuição de lucros ou dividendos, excetuando-se o dividendo mínimo obrigatório, conforme o caso, ou de quaisquer outros valores a título de rendimentos pela Emissora e/ou Fiadora a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures estabelecidas na Escritura de Emissão;

v. agente fiduciário: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação e/ou pela CVM. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, (i) 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação no caso de alterações relacionadas, (a) à Data de Vencimento, (b) ao valor e/ou cálculo e/ou data de pagamento da Remuneração, (c) às disposições aplicáveis ao Resgate Antecipado Facultativo Total, amortização extraordinária, Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa das Debêntures, (d) à alteração e/ou exclusão da redação das Cláusulas relativas aos Eventos de Inadimplemento, e (e) à alteração dos quóruns de deliberação e instalação previstos na Escritura. Exceto pelos demais quóruns expressamente previstos na Escritura de Emissão, as demais matérias ou alterações a serem deliberadas deverão ser aprovadas pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série.
Outras características relevantes	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª (segunda) emissão de Debêntures da Mobitech Locadora de Veículos S.A.
Data de emissão	18/05/2022
Data de vencimento	18/05/2025
Quantidade	400.000
Valor nominal global R\$	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	417.605.638,35
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no artigo 12 da Resolução CVM 30) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme definido no artigo 11 da Resolução CVM 30), ressalvado o lote de Debêntures objeto da garanti firme eventualmente exercida pelos Coordenadores, nos termos do inciso II, artigo 13 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

(i) A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 18 de maio de 2023, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), devendo encaminhar aviso prévio aos respectivos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os respectivos Debenturistas), com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento de Remuneração das respectivas Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido do prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado pro rata temporis em relação ao prazo remanescente das Debêntures da respectiva Série, incidente sobre o valor do resgate antecipado, o qual será calculado conforme fórmula constante da Cláusula 5.1.2 da Escritura de Emissão.

(ii) A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da(s) respectiva(s) Série(s), com o consequente cancelamento das respectivas Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s), sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate antecipado das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”).

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de maio de 2024 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de maio de 2025. As obrigações assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático ("Eventos de Inadimplemento"). Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento da totalidade das Debêntures, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início Rentabilidade da respectiva Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quando aplicáveis.

ii. juros: Remuneração das Debêntures da Primeira Série

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,28% (um inteiro e vinte e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com as respectivas fórmulas previstas na Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,33% (um inteiro e trinta e três centésimos por cento) ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com as respectivas fórmulas previstas na Escritura de Emissão.

iii. garantia: Fiança

iv. restrições impostas ao emissor, sob pena de vencimento antecipado em relação: (i) Risco de vencimento antecipado caso haja distribuição de lucros ou dividendos, excetuando-se o dividendo mínimo obrigatório, conforme o caso, ou de quaisquer outros valores a título de rendimentos pela Emissora e/ou Fiadora a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures estabelecidas na Escritura de Emissão;

v. agente fiduciário PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação e/ou pela CVM. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, (i) 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação no caso de alterações relacionadas, (a) à Data de Vencimento, (b) ao valor e/ou cálculo e/ou data de pagamento da Remuneração, (c) às disposições aplicáveis ao Resgate Antecipado Facultativo Total, amortização extraordinária, Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa das Debêntures, (d) à alteração e/ou exclusão da redação das Cláusulas relativas aos Eventos de Inadimplemento, e (e) à alteração dos quóruns de deliberação e instalação previstos na Escritura. Exceto pelos demais quóruns expressamente previstos na Escritura de Emissão, as demais matérias ou alterações a serem deliberadas deverão ser aprovadas pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série.
Outras características relevantes	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	0
Letras Financeiras	0	0	27

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações da Porto Seguro são negociadas apenas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois a Companhia não possui valores mobiliários emitidos em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Nos últimos três exercícios sociais, assim como no exercício social corrente, foram efetuadas as seguintes ofertas públicas de distribuição pela Companhia:

Em 12 de março de 2021 foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Letras Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, empresa controlada pela Porto Seguro S.A., sendo 6.000 (seis mil) debêntures totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). As Letras Financeiras foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com a 1ª série vencendo após 24 meses e 10 dias da data de emissão, e a 2ª série vencendo após 36 meses decorridos da data da emissão.

Em 26 de julho de 2021 foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Porto Seguro S.A., sendo 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, totalizando R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), com vencimento após 36 decorridos da data de emissão. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme Resolução CVM 30), ressalvado o lote de Debêntures objeto da garantia firme eventualmente exercida pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 476.

Em 19 de novembro de 2021 foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Mobitech Locadora de Veículos S.A., empresa controlada pela Porto Seguro S.A., sendo 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, totalizando R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a 1ª série vencendo após 24 meses, e a 2ª série vencendo após 36 meses decorridos da data da emissão. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme Resolução CVM 30), ressalvado o lote de Debêntures objeto da garantia firme eventualmente exercida pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 476.

Em 14 de março de 2022 foi aprovada a 5ª (quinta) emissão de Letras Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, empresa controlada pela Porto Seguro S.A., totalizando R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). As Letras Financeiras foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com a 1ª série vencendo após 24 meses e 10 dias da data de emissão, a 2ª série vencendo após 36 meses decorridos da data da emissão e a 3ª série vencendo após 48 meses decorridos da data da emissão.

Em 18 de maio de 2022 foi aprovada a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Mobitech Locadora de Veículos S.A., empresa controlada pela Porto Seguro S.A., sendo 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, totalizando R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a 1ª série vencendo após 24 meses, e a 2ª série vencendo após 36 meses decorridos da data da emissão. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados nos

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme Resolução CVM 30), ressalvado o lote de Debêntures objeto da garantia firme eventualmente exercida pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 476.

Para maiores informações sobre os títulos e valores mobiliários listados acima, emitidos pela Companhia, vide itens 18.5 deste Formulário de Referência.

Em 22 de março de 2024 foi aprovada a 6ª (quinta) emissão de Letras Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, empresa controlada pela Porto Seguro S.A., totalizando R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). As Letras Financeiras foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, com a 1ª série vencendo após 24 meses e 10 dias da data de emissão, a 2ª série vencendo após 37 meses da data da emissão.

Para maiores informações sobre os títulos e valores mobiliários listados acima, emitidos pela Companhia, vide itens 18.5 deste Formulário de Referência.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas a valores mobiliários

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Paulo Sérgio Kakinoff	Diretor Presidente	Registrado	
Domingos de Toledo Piza Falavina	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

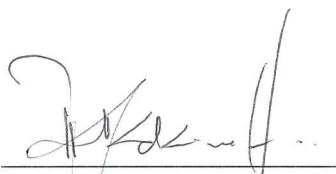
13.1 Declaração do diretor presidente

São Paulo, 29 de maio de 2024.

Eu, Paulo Sérgio Kakinoff, na qualidade de Diretor Presidente da Porto Seguro S.A., nos termos da Instrução CVM nº 80/22, declaro que:

- a. Revisei este formulário de referência no âmbito do processo interno de revisão deste documento pelos órgãos da administração;
- b. Todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80/22, em especial os artigos 15 e 20; e,
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,



Paulo Sérgio Kakinoff
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

São Paulo, 29 de maio de 2024.

Eu, Domingos de Toledo Piza Falavina, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, declaro que:

- a. Revisei este formulário de referência no âmbito do processo interno de revisão deste documento pelos órgãos da administração;
- b. Todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80/22, em especial os artigos 15 e 20; e,
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Atenciosamente,

Domingos de Toledo Piza Falavina
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.